



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Licenciatura em Ciências Sociais

Noite

JUIZ DE FORA/MG
2025

Administração Universitária

Reitora

Profa. Dra. Girlene Alves da Silva

Vice-Reitor

Prof. Dr. Telmo Mota Ronzani

Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Fernando Perlatto

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Dr. Wagner Batella

Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Prof. Dr. Raphael Bispo

Vice-Coordenadora do Curso de Ciências Sociais

Profa. Dra. Célia Arribas

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais (2021-2024)

Prof. Dr. Raphael Bispo

Profa. Dra. Célia Arribas

Profa. Dra. Rogéria Campos de Almeida Dutra

Profa. Dra. Christiane Jalles de Paula

Profa. Dra. Rogéria da Silva Martins

Profa. Dra. Rafaela Reis

Prof. Dr. Luzimar Pereira

Sumário

1 – Introdução: O Curso de Ciências Sociais na UFJF	6
2 – Informações Gerais sobre o Curso	9
2.1 – Justificativa da Oferta do Curso	9
2.2 – Objetivos do Curso	10
2.3 – Formas de Acesso ao Curso	10
2.4 – Carga-Horária Total do Curso	11
2.5 – Período de Integralização	11
2.6 - Número de vagas, turno e ingresso	11
3 – Perfil do Egresso/ Formando	13
3.1 – Competências e Habilidades	13
3.2 – Competências Gerais	13
3.3 – Competências Específicas para a Licenciatura	14
3.4 – Público-Alvo	14
3.5 – Sistema de Avaliação do Projeto do Curso	15
3.6 – Sistema de Avaliação do Ensino e Aprendizagem	16
3.7 – Apoio ao Discente	17
4 – Administração Acadêmica	19
4.1 – Coordenação do Curso (COC)	19
4.2 – Núcleo Docente Estruturante (NDE)	19
4.3 – Colegiado do Curso (CLC)	20
4.4 – Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX)	22
4.5 – Comissão de Orientação de Estágios (COE)	23
4.6 – Departamento de Ciências Sociais (DCSO)	24
4.7 – Representação Estudantil	24

5 – Estrutura Curricular

25

5.1 – Concepção Geral	25
5.2 – Ciclo Básico (Núcleo de Formação Geral)	25
5.3 – Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente	29
5.4 – Núcleo Profissionalizante	33
5.5 – Núcleo de Eixos Transversais	34
5.6 – Reingresso na Licenciatura por Vaga Ociosa	35
5.7 - Pré-requisitos e Co-requisitos na Licenciatura	36

6 – Periodização do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

39

6.1 – Periodização do Ciclo Básico (Formação Geral)	39
6.2 – Periodização do Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente e Profissionalizante	40
6.3 – Periodização por Reingresso por Vaga Ociosa	42

7 – Diretrizes Pedagógicas

44

7.1 – Prática como Componente Curricular	44
7.2 – Atividades Curriculares de Extensão	45
7.3 – Temas Transversais: Conteúdos Étnico-raciais, Ambientais e Educação para os Direitos Humanos	47
7.4 – Flexibilização Curricular: Atividades Complementares	50
7.5 – Estágios Curriculares Obrigatórios	51
7.6 – Estágios Supervisionados Não-obrigatórios	53
7.7 – Aproveitamento de Estudos: Dispensas e Equivalências	54

8 – Ementário

56

8.1 – Disciplinas Obrigatórias do Ciclo Básico (Núcleo de Formação Geral)	56
--	----

8.2 – Disciplinas Obrigatórias do Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente	77
8.3 – Disciplinas Obrigatórias do Núcleo Profissionalizante	105
8.4 – Disciplinas Eletivas	109

9 – Disposições Gerais e Transitórias 177

9.1 – A transição de PPCs no Curso de Ciências Sociais	177
9.2 – Cronograma de Transição e distribuição de vagas: Segundo Ciclo e entrada via PISM/ SISU	179
9.3 – Equivalência de Disciplinas entre Antigo Curso de Segundo Ciclo e a Nova Matriz Curricular	180
7.3 – Questões Omissas	181

Anexos

Anexo 1: Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	182
Anexo 2: Regimento do Colegiado do Curso (CLC)	185
Anexo 3: Regimento da Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX)	189
Anexo 4: Regimento da Comissão de Orientação de Estágios (COE) e dos Estágios Não-obrigatórios	192
Anexo 5: Atividades Complementares (Atividades Previstas para Flexibilização Curricular)	196
Anexo 6: Fluxograma da Licenciatura em Ciências Sociais	198

1 – INTRODUÇÃO: O CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

O Curso de Ciências Sociais da UFJF, proposto em 1946, teve início efetivo em 1947, por meio do Decreto Federal nº. 23.939, de 27 de outubro de 1947, que autorizou o funcionamento dos Cursos de Geografia, História, Ciências Sociais e de Letras Clássicas da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora. Trata-se, portanto, de um dos cursos de Ciências Sociais mais antigos do país. Possui características históricas particulares: foi criado pela iniciativa de um grupo de intelectuais católicos, fundadores da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora (incorporada à Universidade Federal de Juiz de Fora pela Lei Federal nº 5.060 de 1º de julho de 1966, atendendo com atraso de três anos o previsto no artigo 10 da Lei 3.858/1960 que criou a referida Universidade); e, destoando da maioria dos cursos de Ciências Sociais existentes no país, não estava situado num grande centro nem vinculado a Faculdades de Direito ou Economia.

Sua primeira turma de professores era praticamente autodidata em Ciências Sociais, sem formação acadêmica. A partir da segunda turma, impulsionou-se a construção de trajetórias acadêmicas institucionalizadas. As gerações posteriores mantiveram ativas a docência e a pesquisa. Há registros, inclusive, de várias iniciativas da sociedade civil, a exemplo do Centro de Estudos Sociológicos de Juiz de Fora, entidade que até os anos 1970 promoveu pesquisas sobre a cultura popular mineira e brasileira, e sobre temas específicos da sociedade juiz-forana, como a industrialização e o mundo do trabalho.

Com a redemocratização do país, ao final dos anos 1980, o Curso de Ciências Sociais da UFJF passou a interagir de modo mais incisivo com importantes programas de pós-graduações *stricto sensu*, sobretudo os mestrados da UFMG, do Museu Nacional, do IUPERJ e da USP, tanto através da capacitação de docentes quanto pelo contínuo fluxo de estudantes que lá cursaram a pós-graduação. No início dos anos 1990, ocorreu uma gradual substituição de professores aposentados por uma nova geração docente qualificada em mestrados nas respectivas áreas disciplinares. Em grande medida, as reformas curriculares realizadas até 1996 consolidaram o modelo vigente até o momento atual.

Até o ano de 1992, o Curso funcionava em dois turnos, diurno e noturno, com entrada semestral de novos alunos. Em 1993, o Curso de Ciências Sociais tornou-se exclusivamente noturno, com ingresso anual. De certo modo, o único turno permitiu uma melhor capacitação do corpo docente do Departamento de Ciências Sociais, e logo a ampla maioria dos seus professores veio a concluir seu doutoramento.

Posteriormente, foi possível a elaboração e implementação de um projeto de mestrado no ano de 2005, que o Departamento de Ciências Sociais credenciou junto a CAPES. Em 2006, foi então criado o curso de doutorado, credenciado na CAPES com nota 4 (quatro). Destas iniciativas, ressalta-se o impacto positivo das atividades da pós-graduação nas atividades da graduação, por meio da realização de encontros de discussão, minicursos, palestras e seminários.

No mesmo sentido, o Centro de Pesquisas Sociais (CPS), órgão suplementar de pesquisa da Reitoria, sob a coordenação de professores do Departamento de Ciências Sociais, tornou-se uma instância de mobilização para inúmeras carreiras de pesquisa em Ciências Sociais na UFJF: além de considerável infraestrutura que o ampara na realização de pesquisas de grande porte, constitui-se num espaço de formação continuada para os acadêmicos do Curso.

Em 2007, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Ministério da Educação (MEC), e propôs a criação de bacharelados interdisciplinares. Em 2010, a graduação em Ciências Sociais aderiu a este modelo, de renovação da arquitetura curricular das universidades brasileiras. O Curso passou a ter entrada indireta, sendo oferecido apenas como Segundo Ciclo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (BACH), também à noite.

A partir então, entre os anos de 2007 e 2025, o candidato que desejava a graduação em Ciências Sociais concorria às vagas destinadas ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (BACH) e, posteriormente, optava pela habilitação em Ciências Sociais (com duas opções de modalidade: o bacharelado e a licenciatura). Cabe ressaltar que no Edital dos Programas de Ingresso 2011 da UFJF foram oferecidas 267 vagas para o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, sendo 90 dessas destinadas às Ciências Sociais, depois da conclusão dos requisitos de Primeiro Ciclo. Desde então, até o ano de 2025, foram 90 vagas anuais para o Curso de Ciências Sociais, acessado sempre como Segundo Ciclo, 45 por semestre, sempre noturnas.

O BACH foi concebido como um Curso que promove formação generalista na área de Ciências Humanas e era integralizado em cinco semestres, findos os quais os alunos podiam, mediante avaliação do seu índice de rendimento acadêmico (IRA), ingressar em um dos Cursos do Segundo Ciclo: Filosofia, Turismo, Ciência da Religião ou Ciências Sociais. Durante todo esse período, o Curso de Ciências Sociais sempre foi o mais procurado pelos discentes que finalizaram o primeiro ciclo, revelando a qualidade dos professores e temas de ciências sociais que se dedicavam ao BACH.

Contudo, desde 2015, com a publicação da Portaria nº 2, do Conselho Nacional de Educação (CNE), ocorreu um gradual processo de implementação de mudanças nos cursos que ofereciam a habilitação em licenciatura na UFJF. A principal delas foi a ampliação da carga horária total dos cursos de licenciatura para, no mínimo, 3200 horas. Em 2018, após vários anos de debates internos, a UFJF aprovou o Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas (PPI), conforme determinava a legislação vigente. Logo em seguida, veio a proposta geral do CNE de curricularização da extensão em todas as graduações Brasil afora, exigindo novas adaptações ao Curso de Ciências Sociais da UFJF.

Assim, para adequar o Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais a estas resoluções gerais, percebeu-se ser necessário discutir a forma de ingresso no curso, uma vez que a modalidade licenciatura passaria a ter um tempo de integralização demasiadamente longo (sete anos, no mínimo). A aprovação do PPI das Licenciaturas da UFJF exigiu, assim, a alteração na forma de ingresso no curso.

Tal diagnóstico levou o Departamento de Ciências Sociais – ouvidos a Coordenação, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso – a aprovar, em reunião departamental, por unanimidade, em 10 de novembro de 2022, a mudança na forma de entrada no Curso de Ciências Sociais, para que se institísse novamente a entrada direta no curso, via PISM (Programa de Ingresso Seletivo Misto) da UFJF e o SISU (Sistema de Seleção Unificada) do Ministério da Educação. Consequentemente, o Departamento também aprovava com essa medida o fim da formação em Ciências Sociais em ciclos formativos, não passando mais a compor a sua matriz curricular com o BACH. Em 14 de dezembro de 2024, o Conselho Universitário da UFJF (CONSU) aprovou a mudança na forma de ingresso do curso de Ciências Sociais, que passa com isso a ter a seguinte estrutura: um Bacharelado no turno da tarde e uma Licenciatura em Ciências Sociais no turno da noite.

Assim, como todas essas mudanças em tela, exigiu-se uma densa Reforma Curricular no Projeto Político Pedagógico do curso. Nestes termos, o presente PPC foi elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado do Curso (CLC) a fim de atender às novas exigências para a formação qualificada de cientistas sociais pela UFJF.

2 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO

2.1 – *Justificativa da Oferta do Curso*

O tipo de saber envolvido nas Ciências Sociais possibilita um amplo campo de desenvolvimento de instrumentos conceituais aplicáveis à interpretação e intervenção na realidade social. Nesse sentido, permite articular criticamente três paradigmas do saber social (Ciência Política, Antropologia e Sociologia), com vistas não apenas ao seu aprofundamento teórico, mas, sobretudo, à experiência de implementar pesquisas e ações que possam ter resultados práticos em termos de atuações sociais como, por exemplo: diagnósticos sobre desenvolvimento humano, criminalidade, cultura, comportamento político, mobilidade das classes sociais, entre tantos outros campos que não são compreensíveis sem um adequado delineamento em termos de teoria social.

Como função central, o Curso de Graduação em Ciências Sociais pretende formar profissionais com espírito crítico para a análise das questões societárias, além de dotar esses agentes de habilidades para intervenção prática nos diversos problemas que reclamam a conjugação de ciência com o discernimento ético, promovendo valores que sustentam a noção de um bem comum compartilhado pelos membros da sociedade brasileira.

A formação de todo cientista depende crucialmente de seu aparelhamento metodológico. Essa proposição requer ênfase no aprendizado e na correta aplicação da teoria social, tendo como meta o aprofundamento do estudo e prática de métodos e técnicas de pesquisa sob um novo ângulo. Daí, a atitude de renovação da prática metodológica através do diálogo crítico entre os enquadramentos dos três paradigmas das Ciências Sociais. Se de um lado temos bem desenvolvido pela Sociologia e pela Ciência Política a manipulação de *surveys* quantitativos, que envolvem procedimentos amostrais e permitem, em alguns casos, uma relativa generalização das conclusões, de outro, na Antropologia, há a dedicação a procedimentos de observação direta e próxima dos fatos relevantes. A observação etnográfica, aliada a técnicas de entrevista, traz um aporte capaz de alterar e adensar a compreensão dos fenômenos sociais.

Contra antigos preconceitos de um abismo epistemológico entre estudos quantitativos e qualitativos, a proposta do Curso busca envolver os distintos olhares sobre objetos comuns. Um exemplo básico: um estudo eleitoral pode tanto discutir quantitativamente a tendência da opinião pública quanto, sobre o mesmo tema, investigar as representações culturais do voto, o sentido da democracia como festa ou a influência de níveis de escolarização e renda no voto. Tais enquadramentos passam a dialogar, gerando tensões e indicando novas possibilidades de compreender a realidade social e de nela orientar-se de forma mais adequada em seu exercício profissional (seja no ensino ou na pesquisa).

Por sua vez, as docências no Ensino Superior e no Ensino Médio devem complementar, de forma substantiva, as possibilidades de atuação profissional do egresso de Ciências Sociais, ampliando o caráter de pesquisa que marca o Curso. De acordo com os dados do IBGE, no ano de 2022, o município de Juiz de Fora (MG) conta com o total de 540.756 pessoas, configurando-se como o quarto município mais populoso do estado de Minas Gerais e o 38º do Brasil. Apesar da cidade de Juiz de Fora contar com várias instituições privadas de ensino superior, não há nestas instituições a oferta de graduação em Ciências Sociais. A UFJF é a única instituição pública e federal que oferece a graduação em

Ciências Sociais no município. A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), instituição pública estadual que oferta também o curso de graduação em Ciências Sociais, fica a 96 km de Juiz de Fora, não atendendo, portanto, a demanda local por esta formação. Vale destacar a importância da oferta do curso de Ciências Sociais em Juiz de Fora, como cidade principal da região da Zona da Mata, atendendo a população do município e da região, oferecendo a oportunidade para a descoberta das Ciências Sociais como ciência e como profissão.

Sendo assim, do ponto de vista formativo, o curso deve atender diferentes perspectivas de atuação profissional: docência na educação básica; no trabalho intelectual na academia e no mercado profissional não acadêmico, condizente às preocupações da população em geral. Todas com igual valor e prestígio, desde que absorvidas e configuradas no fundamento crítico acionadas pela capacidade analítica dos fenômenos sociais.

2.2 – Objetivos do Curso de Licenciatura

Os objetivos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais se relacionam tanto com a formação profissionalizante, quanto com a formação geral, através da ampliação do capital cultural e consciência crítica tão necessárias ao exercício da cidadania. Em se tratando da formação profissional, o curso objetiva capacitar seus discentes em três vertentes.

- A primeira, para atuação do egresso como antropólogo, cientista político ou sociólogo em diferentes cargos e ocupações no mercado e nas instituições privadas e públicas;
- A segunda, para atuação do egresso como pesquisador e professor nas instituições de ensino superior nos cursos das grandes áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, bem como áreas afins;
- A terceira, para atuação do egresso como professor da Educação Básica, ministrando a Sociologia escolar, prevista na grade curricular do Ensino Médio, bem como disciplinas afins, relacionadas à mais recente reforma do Ensino Médio, como Projeto de Vida.

2.3 – Formas de Acesso ao Curso

A principal forma de acesso ao Curso de Ciências Sociais é via processos de entrada originários (SISU/ENEM e PISM/UFJF).

O Processo Seletivo Público Originário (SISU/ENEM e PISM/UFJF) segue as normas da Universidade Federal de Juiz de Fora, que estão definidas no Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG), em seu Título II, Capítulo I, de 03 de setembro de 2019, que em seu art. 3º diz que “processo seletivo público é toda modalidade de seleção, definida pelo Conselho Setorial de Graduação, podendo ser realizado pela própria UFJF, por outro Órgão da Administração Pública Federal ou por ambos, visando ao ingresso originário de discentes nos cursos de graduação”.

O RAG também regula as formas de ingresso, no Título II, Capítulo I, art. 3º onde se lê que “O processo seletivo público de ingresso originário, com classificação no limite das vagas definidas para cada curso, fica definido como aqueles que permitem acesso aos cursos de graduação da UFJF e se dará mediante: a) Vestibular b) PISM c) SISU”.

A segunda forma de ingresso no Curso de Ciências Sociais é se, caso haja sobra de vagas, que elas sejam preenchidas por critérios estipulados pelo Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF para preenchimento de vagas ociosas, com convocação via edital próprio. Cinquenta por cento (50%) das vagas ociosas disponibilizadas são destinados a candidatos excedentes do mais recente processo seletivo de ingresso originário (SISU/PISM), e os 50% restantes são destinados para candidatos a reinscrição, mudança de curso, transferência e ingresso como graduado.

Por fim, ainda é possível também o ingresso no curso em casos de admissão especial, definidos em lei, como vagas criadas por programas de convênio ou transferência de aceitação obrigatória.

2.4 – Carga-horária Total do Curso

De acordo com o art. 3º da Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, a carga horária do Curso de Ciências Sociais em sua modalidade licenciatura, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de Cursos de licenciatura.

A carga horária da licenciatura está disciplinada pela Resolução CNE/MEC nº 2 de 2015, constante no Parecer CNE/CP nº 2 de 2015, que dispõe em seu art. 13, § 1º que os cursos de licenciatura “terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos”. O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFJF possui carga horária total de 3200 horas, obedecendo assim também ao exigido pelas regulamentações específicas do campo de formação de professores e o PPI das Licenciaturas da própria UFJF.

2.5 – Período de Integralização

Os prazos para a integralização do Curso de Ciências Sociais são:

- Na modalidade Licenciatura, mínimo de 09 (nove) períodos ou 04 (quatro) anos e meio, média de 12 (doze) períodos ou 06 (seis) anos e máximo de 15 (quinze) períodos ou 07 (sete) anos e meio.

Os discentes que ingressarem no curso por outras modalidades de acesso conforme consta no Item 3.3 deste PPC, também deverão observar os prazos acima mencionados.

Depois de ter concluído o curso de bacharelado em Ciências Sociais o discente pode ter o interesse em cursar a licenciatura em Ciências Sociais por meio do edital de vaga ociosa. Por conta das inúmeras disciplinas em comum, o discente da licenciatura oriundo do bacharelado da UFJF terá o prazo máximo de:

- mais 07 (sete) períodos ou 3 (três) anos e meio para concluir a modalidade Licenciatura

2.6 – Número de vagas, turno e ingresso

A Licenciatura de Ciências Sociais é um curso noturno, logo, tendo todas as suas disciplinas ministradas no período da noite (entre 19h e 23h). São 47 vagas ofertadas anualmente, para entrada direta via PISM/ UFJF ou SISU, sempre no segundo período letivo do ano. Ele tem a duração mínima de quatro anos e meio ou nove períodos letivos. Logo, temos:

Licenciatura em Ciências Sociais	
Vagas	47
Turno	Noite
Duração	4,5 anos (9 períodos letivos)
Entrada	Segundo Período Letivo do Ano
Unidade Acadêmica	Instituto de Ciências Humanas

3 – PERFIL DO EGRESSO/ FORMANDO

3.1. Competências e Habilidades

De acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso estabelecidas na Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, entende-se que o cientista social atua na compreensão e intervenção das atividades desenvolvidas nos espaços sociais, não somente orientando as instituições como também contribuindo para as condições normativas de seu funcionamento. Cabe a esse profissional analisar, propor e participar de processos que desencadeiem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atividades e instituições sociais e políticas, incluindo atividades relacionadas ao planejamento, construção e avaliação de políticas públicas e ações de gestão no terceiro setor.

Um dos campos privilegiados de trabalho é a pesquisa acadêmica em nível superior, bem como um amplo leque de pesquisas de opinião. A área de estudos de culturas e de grupos étnicos minoritários constitui-se hoje num dos campos estruturados de ação da Antropologia e da Sociologia próprias ao campo das Ciências Sociais. No que se refere à docência, o cientista social atua no ensino médio e superior. Em síntese, o profissional do Curso de Ciências Sociais é um agente com formação versátil e crucial em procedimentos de análise e intervenções em processos da sociedade contemporânea.

Em consonância com o Parecer CNE/CES nº. 492 de 2001, que orienta a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, tem-se, de modo geral, as seguintes competências e habilidades gerais como princípios que guiam este Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais:

- **Perfil do Licenciado em Ciências Sociais da UFJF:** o licenciado em Ciências Sociais poderá atuar no campo da educação, compreendendo o ensino das Ciências Sociais na educação básica, em diferentes redes de ensino; profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. Desenvolver, sobretudo, um apoio à profissionalização para a promoção de aptidões necessárias para o trabalho em organizações mais complexas.

3.2 – Competências Gerais

As competências e habilidades gerais a serem desenvolvidas pelo aluno de Ciências Sociais, observando o Parecer nº 492 de 2001, são:

- Dominar a bibliografia teórica e metodológica básica das Ciências Sociais;
- Pensar os temas sociais de forma circunstanciada pela teoria social com liberdade de interpretação;
- Interpretar teórica e aplicadamente o saber da teoria social, inclusive para permitir intervenções na realidade;
- Desenvolver uma autonomia intelectual, capacidade analítica e crítica;
- Valorizar o compromisso e responsabilidade social;
- Exercitar a sensibilidade e curiosidade investigativas e a criatividade;

- Desenvolver a aptidão para socializar conhecimentos em vários contextos para públicos distintos;
- Promover a articulação de conhecimentos da área com as demandas da sociedade;
- Dominar competências na utilização de tecnologias aplicáveis às Ciências Sociais;
- Como professor ou pesquisador, o cientista social deve trabalhar numa perspectiva crítica na geração e interpretação de dados que sua atividade venha a gerar;
- Compromisso social, ou seja, uma atenção ao contexto de ação no meio social em que vive e que lhe permite ser consequente.

3.3 – Competências Específicas para a Licenciatura

As competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas pelo aluno de Ciências Sociais, em sua modalidade licenciatura, observando a Resolução nº 2 de 2015 do CNE/ CES e o PPI das licenciaturas da UFJF de 2018, são:

- Dominar os conteúdos básicos que são objetos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Levar a interpretação da teoria social às turmas do Ensino Médio enquanto um desafio didático e reflexivo;
- Compreender os métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- Estimular a aprendizagem das técnicas que envolvem o domínio de linguagens contemporâneas, sobretudo informática;
- Valorizar as especificidades de ensino para diferentes contextos sociais e para diferentes grupos socialmente diferenciados;
- Desenvolver atividade docente e cognoscente ao mesmo tempo, ou seja, não apenas estimular o domínio do ensino, mas também da apreensão do mundo escolar e, através delas, sofisticar os meios para realização das finalidades educativas.

3.4 – Público-Alvo

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) se destina a estudantes oriundos da Zona da Mata de Minas Gerais e região, cujo acesso ocorre através do PISM, bem como a estudantes oriundos de qualquer localidade do país, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) - mediante a classificação obtida no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Como público alvo o curso de Ciências Sociais destina-se a:

- Todo e qualquer indivíduo que tenha concluído o ensino médio e que se identifique com o saber das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política);

- Todo e qualquer indivíduo independentemente da idade, comprometidos com a leitura e que deseje uma sólida formação intelectual, com disposição para a cultura e a pluralidade;
- Todo e qualquer indivíduo que se interesse por uma ampla formação geral e humanística, com base reflexiva sobre questões sociais, estruturando um saber integrado que auxilia na formação intelectual dos estudantes;
- Todo e qualquer indivíduo que se interesse pela docência, processos de ensino e aprendizagem de Sociologia do Ensino Médio;

3.5 – Sistema de Avaliação do Projeto do Curso

O curso terá o aporte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da licenciatura no acompanhamento da implantação e desenvolvimento das atividades curriculares de forma contínua, permitindo realizar quando necessário as modificações, inclusões e adequações ao PPC. Ademais, será realizada uma avaliação anual da dinâmica em ensino, pesquisa e extensão que servirá de instrumento para o NDE.

O processo de autoavaliação do curso de Ciências Sociais é realizado pelo NDE, de forma concomitante às demandas de adaptação ao RAG e às Diretrizes Curriculares Nacionais. Assim sendo, fica estabelecido nesse PPC que caberá ao NDE do curso de Ciências Sociais da UFJF elaborar critérios e estratégias visando à autoavaliação e ao aprimoramento contínuo do curso e de seu PPC, cabendo ao Colegiado do Curso (CLC) de Ciências Sociais a sua aprovação. Mais informações sobre as dinâmicas do NDE e do CLC podem ser encontradas no item 5 deste PPC, bem como os regulamentos destes órgãos que estão disponíveis nos anexos deste documento.

Internamente, a avaliação de cursos de graduação na UFJF é realizada através do Questionário de Avaliação das Atividades Acadêmicas. O instrumento é aplicado através do Módulo de Avaliação do SIGA e coleta opiniões de docentes e estudantes sobre as disciplinas ministradas nos semestres letivos avaliados. Os resultados gerais dos cursos são públicos e divulgados pela Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI) da UFJF; já os resultados individuais de cada disciplina são enviados exclusivamente para os professores, conforme determina a Resolução nº 13 de 2015: “Normas para avaliação das atividades acadêmicas”.

As avaliações do Curso de bacharelado em Ciências Sociais serão realizadas e articuladas também de forma externa à UFJF, de acordo com a Política Pública de Avaliação do Ensino Superior, instituída pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004). Este sistema permitirá ao Curso ser avaliado enquanto pertencente à Instituição (UFJF), enquanto Curso e uma avaliação de desempenho dos/das discentes por meio do ENADE, levando em consideração três aspectos: ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Ciências Sociais articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento pela UFJF têm como objetivo o fortalecimento do ensino. Para tanto, deve-se realizar interface entre os programas e projetos institucionais da UFJF, tais como: Programa Institucional de

Monitoria; Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET); Programa de Iniciação à Docência (PIBID), dentre outros.

3.6 – Sistema de Avaliação do Ensino e Aprendizagem

A avaliação tem como base o aspecto político-pedagógico, cujo objetivo é emancipar, oportunizando aos discentes a liberdade de escrever sua própria história na construção do conhecimento. Partindo desse pressuposto, a avaliação constitui-se em um processo contínuo, gradativo, sistemático e integral, adequado à natureza e aos objetivos da disciplina e ao conjunto de atividades acadêmicas curriculares.

O número e as modalidades de avaliação serão previstos nos respectivos planos de curso, que serão elaborados pelos docentes responsáveis e apresentados aos discentes no início da disciplina. Todo esse processo avaliativo será realizado conforme previsto no Regulamento Acadêmico de Graduação da UFJF (RAG), o qual é integralmente seguido pelo curso de Ciências Sociais da UFJF.

Dependendo da natureza da atividade acadêmica – estágios, trabalhos de conclusão de curso ou congêneres definidos neste PPC –, a avaliação é registrada no histórico escolar “APR” (aprovada ou aprovado) ou “REP” (reprovada ou reprovado) ou a nota obtida ou ainda provisoriamente “SC” (sem conceito), caso as avaliações não tenham sido finalizadas. Para efeito de aprovação, os discentes são avaliados quanto à assiduidade e ao aproveitamento.

Na disciplina ou conjunto de atividades acadêmicas curriculares, é aprovado quanto à assiduidade o discente que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), das atividades previstas no plano de curso.

A nota final atribuída a cada disciplina ou conjunto de atividades acadêmicas curriculares varia de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, podendo ser por soma dos pontos cumulativos, média ponderada ou média aritmética, resultante de, no mínimo, 3 (três) avaliações parciais, aplicadas no período letivo, e nenhuma delas pode ultrapassar 40% (quarenta por cento) da nota máxima.

O número e as formas de avaliação devem estar previstos no respectivo plano de curso da disciplina, nos termos do art. 26 do Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF.

É aprovado, quanto ao aproveitamento, em todas as disciplinas ou conjunto de atividades acadêmicas curriculares, o discente que alcançar nota final igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da nota máxima.

O discente tem o prazo máximo de 6 (seis) meses para a substituição do lançamento “SC” (sem conceito); não o fazendo, este lançamento é substituído por REP (reprovado).

O discente tem direito à segunda chamada de qualquer avaliação, desde que apresente requerimento ao professor da disciplina, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar de sua aplicação, contendo justificativa que demonstre a impossibilidade do comparecimento. A modalidade da avaliação de segunda chamada é definida no plano de curso da disciplina ou atividade acadêmica.

Sendo a justificativa julgada procedente, a segunda chamada é designada pelo professor e versa sobre os mesmos tópicos da avaliação não realizada. Do indeferimento cabe recurso à Chefia de Departamento, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da cientificação da decisão.

Sendo a justificativa julgada improcedente, o discente faz a segunda chamada, por escrito, ao final do período letivo, versando sobre conteúdo acumulado. É direito do discente ter vista e requerer revisão de qualquer avaliação, mediante as condições expostas no art. 36 do RAG.

3.7 – Apoio ao discente

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) conta com políticas e programas institucionais de acolhimento, permanência e acompanhamento dos discentes ao longo de sua jornada na Universidade.

Especificamente sobre o atendimento individual dos alunos do curso de Ciências Sociais, os docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas a cada semestre devem disponibilizar em seus programas os horários de atendimento individual aos discentes.

Sobre a política de acolhimento, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) conta com vários programas em que a equipe multidisciplinar se aproxima dos discentes que estão chegando na universidade para promover o acesso à política de permanência. Os encontros acontecem no início de cada semestre. A PROAE prevê também as seguintes modalidades de bolsa e auxílios de assistência estudantil:

- Bolsas e auxílios a brasileiros/as e refugiados/as;
- Bolsa e auxílios para discentes estrangeiros/as;
- Moradia Estudantil;
- Serviço Social na Assistência Estudantil da UFJF;
- Programa de Bolsas e Assistência Estudantil, que inclui as seguintes modalidades: Bolsa PNAES; Auxílio-moradia; Auxílio-transporte; Auxílio-creche; Auxílio-alimentação; Restaurante Universitário;

Além de um conjunto amplo de bolsas de auxílio estudantil, a UFJF também oferece inúmeras outras bolsas dedicadas ao ensino, pesquisa e extensão, garantindo assim o apoio discente por meio da execução de atividades fundamentais da universidade. As principais bolsas são:

- Treinamento Profissional;
- Monitoria;
- Iniciação científica;
- Extensão;
- Estágio;
- Mobilidade Estudantil;

Os discentes de Ciências Sociais também possuirão acompanhamento do Apoio pedagógico da UFJF, com o objetivo de diminuir as deficiências pedagógicas, estimular e facilitar a permanência do estudante no curso e assessorar os alunos nas demandas didáticas e acadêmicas.

Por sua vez, o Serviço de Psicologia da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil é aberto a todos estudantes da UFJF, sendo oferecido nas modalidades individual e grupal. No atendimento individual é ofertado um espaço de acolhimento e escuta com o objetivo de refletir sobre a vida acadêmica, as questões afetivas e emocionais que podem ocorrer

durante a experiência universitária, além do atendimento breve e do encaminhamento para outros serviços, quando necessário.

Cabe destacar que nos últimos anos, houve um amplo investimento da UFJF na Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF), que tem por objetivo promover e concretizar políticas de promoção de igualdade e o reconhecimento das diferenças e diversidades. A DIAAF é responsável pela proposição e articulação de ações que sensibilizem e mobilizem a comunidade universitária para a convivência cidadã com as inúmeras realidades presentes na diversidade social, relacionadas aos gêneros e às sexualidades, às tradições das culturas, às questões étnico-raciais, à vulnerabilidade socioeconômica, dentre outras. A DIAAF mantém uma Ouvidoria Especializada para acolhimento de denúncias e depoimentos a respeito de situações de assédios, discriminações, preconceitos, violências e opressões.

Além disso, há também no âmbito do apoio e assistência estudantil o Núcleo de Apoio e Inclusão (NAI), vinculado à Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF), com objetivo de construir e implementar políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação da UFJF, visando melhorar as condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência no interior da universidade e assessorar os cursos de graduação e pós-graduação, bem como outros setores da UFJF, no cumprimento das atuais demandas legais.

4 – ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

4.1. Coordenação do Curso (COC)

De acordo com o art. 27 do Regimento Geral da UFJF, “a coordenação didática de cada Curso será exercida por um Coordenador, integrante da carreira do magistério, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente para um mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução, sendo substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Coordenador, eleito pela mesma forma”.

De acordo com o art. 28 do Regimento Geral da UFJF (RAG), compete aos Coordenadores dos Cursos de Graduação:

- **Quanto ao Curso:** propor ao Conselho Setorial de Graduação (CONGRADD) a sua duração mínima e máxima e a forma de sua integralização em número total de créditos, ouvido o Conselho da Unidade do Instituto de Ciências Humanas, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado do Curso de Ciências Sociais; orientar, fiscalizar e coordenar o seu funcionamento; coordenar o processo regular de sua avaliação; propor ao CONGRAD, ouvido o Conselho de Unidade, a sua organização; representar o Curso nas diversas instâncias universitárias;
- **Quanto ao currículo:** propor ao Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), ouvido o Conselho de Unidade, as disciplinas que o integram e suas modificações; propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvidos os Departamentos interessados, os pré-requisitos das disciplinas; propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvidos os Departamentos interessados, a fixação dos créditos das disciplinas que o integram;
- **Quanto aos programas e planos de Curso:** aprovar, compatibilizar e zelar pela sua observância; propor alterações aos Departamentos envolvidos.

O Coordenador do Curso de Ciências Sociais deve dedicar efetivamente 20 horas semanais à Coordenação do Curso, tendo ele formalmente os benefícios de função gratificada, e as responsabilidades inerentes à sua função administrativa.

4.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação é uma instância consultiva, sendo constituído por um grupo de pelo menos 05 docentes do corpo docente atuante no curso.

O NDE dos cursos de graduação é regulamentado pela Resolução 01/2010 do CONAES/MEC, o Parecer 4/2010 do CONAES/MEC, e, na UFJF, pela Resolução 17/2011 do CONGRAD/UFJF. De acordo com esta última resolução, o NDE é a “instância consultiva constituída por grupo de docentes que terão as atribuições de acompanhar, atuar na concepção, na consolidação e na contínua atualização de seus projetos pedagógicos” (Art. 2º).

Assim, de modo geral, o NDE tem a função de acompanhamento acadêmico do curso, atuando principalmente na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do mesmo.

As principais competências do NDE do Curso de Ciências Sociais são:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- Realizar monitoramento, avaliação e atualização contínua do PPC do curso, bem como criar dispositivos que visem ao aperfeiçoamento da experiência ensino-aprendizagem dos alunos do curso;

Em conformidade com o que estabelece a citada Resolução, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais será constituído por, pelo menos, 5 (cinco) professores efetivos lotados nos departamentos que atendem ao curso. Os membros são:

- O Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente);
- O vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente);
- 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais;
- 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);

Além disso, em observância ao disposto no Artigo 5º da Resolução N. 17/2011, 60% dos membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu e, pelo menos, 20% dos membros devem ter regime de trabalho integral.

Ainda em conformidade com a citada Resolução, os membros do NDE do curso de Ciências Sociais durarão 4 (quatro) anos na função, podendo ser reconduzidos. A renovação do núcleo docente estruturante ocorrerá no período mínimo de 2 (dois) anos, de forma parcial, com a substituição de até no máximo dois membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso.

Ainda conforme a Resolução n. 17/2011 (Art. 6º), deve o NDE reunir-se ordinariamente pelo menos 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu coordenador. Os membros do NDE serão indicados pelo Colegiado do Curso e nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas.

O NDE do curso possui regimento próprio aprovado em reunião do Colegiado do Curso de Ciências Sociais no dia 30 de novembro de 2023, e encontra-se disponível no Anexo 1 deste PPC.

4.3. Colegiado do Curso (CLC)

O Colegiado de um curso de graduação é o órgão deliberativo que se ocupa com as questões do curso. O Colegiado do Curso de Ciências Sociais é presidido pelo coordenador

do curso, sendo ele composto por professores (80%) e discentes do Curso de Ciências Sociais (20%). Os órgãos colegiados no ensino superior são regulamentados pela Lei 9.394/96 (LDB), e na UFJF, pelo seu Estatuto e Regimento. São atribuições do colegiado:

- Analisar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento pedagógico do curso, propondo às instâncias competentes, se necessário, as devidas alterações;
- Participar da administração acadêmica, assessoramento à coordenação e o Núcleo Docente Estruturante no desempenho de suas funções;
- Propor medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinas, administrativas e didático-pedagógicas, necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;
- Constituir comissões específicas para o estudo de assuntos de interesse do curso de Ciências Sociais;
- Propor alterações nas disposições deste regulamento, observadas as competências dos conselhos superiores;
- Propor ao coordenador do curso providências necessárias à melhoria do curso;
- Funcionar como órgão de recurso para as decisões do coordenador do Curso;
- Propor alterações curriculares;
- Propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso;

Em conformidade com o que estabelece as resoluções da UFJF, o Colegiado do Curso de Ciências Sociais será composto por 7 (sete) membros, a saber:

- O Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente);
- O vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente);
- 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais;
- 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);
- 1 discente do curso de ciências sociais;
- 1 técnico-administrativo em assuntos educacionais;

A presidência do colegiado do curso de Ciências Sociais será exercida pelo Coordenador do curso, eleito pelos docentes em exercício no Colegiado e pela representação discente para um mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução conforme o andamento também na Coordenação do Curso, sendo ele substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Coordenador, eleito pela mesma forma.

Os membros do colegiado do Curso de Ciências Sociais que são docentes e TAE terão mandato de 4 (quatro) anos na função, permitida uma recondução. O membro discente do Curso de Ciências Sociais terá mandato de 1(um) ano na função, permitida uma recondução.

A renovação do colegiado ocorrerá em um período mínimo de 02 (dois) anos sempre de forma parcial, com a substituição de até três membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso.

Os membros do Colegiado serão indicados pelos Departamentos relacionados ao curso, no caso dos docentes, pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais, no caso do discentes, e a Direção do Instituto, no caso do técnico-administrativo, sendo nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas.

O Colegiado do curso possui regimento próprio aprovado em reunião do próprio colegiado do dia 30 de novembro de 2023, e encontra-se disponível no Anexo 2 deste PPC.

4.4. Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX)

A Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) é um órgão suplementar da estrutura da Coordenação do Curso de Ciências Sociais no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso. A CAEX é regida mais diretamente pela Resolução nº 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura (CONEXC), que fixa as normas sobre a Política de Extensão da UFJF, bem como a Resolução nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), que estabelece normas para a inserção da Extensão nos Currículos de Graduação UFJF.

De modo geral, a CAEX é responsável por fomentar, orientar, articular e monitorar as ações de curricularização da extensão no Curso de Ciências Sociais. Entende-se como extensão as ações acadêmicas identificadas com os fins da Universidade, sendo um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, e que promove a interação entre a Universidade e setores da sociedade.

São competências específicas da CAEX:

- Desenvolver a política de curricularização da extensão do Curso de Ciências Sociais, considerando o seu interesse para o curso e a comunidade;
- Viabilizar a implementação da política de extensão do Curso de Ciências Sociais da UFJF;
- Atuar como elemento articulador entre a Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Graduação e o Curso de Ciências Sociais;
- Assessorar sobretudo docentes na elaboração e encaminhamento dos programas, projetos, cursos e eventos passíveis de serem vinculados às atividades curriculares obrigatórias de extensão do Curso de Ciências Sociais, uma vez previstas no projeto pedagógico do curso;
- Apoiar os proponentes, analisando as ações de extensão propostas quanto à sua adequação;
- Viabilizar a oferta regular de atividades de extensão junto ao Curso de Ciências Sociais, de forma a contemplar a disponibilidade de, pelo menos, 10% de toda a carga horária do curso nessa modalidade;
- Atuar em parceria com a Coordenação de Curso para que a oferta de disciplinas extensionistas atenda, semestralmente, à demanda projetada, de forma a garantir que todos os alunos possam ter acesso a esse componente curricular obrigatório.

De acordo com o Art. 3º do Regimento da CAEX do Curso de Ciências Sociais, esta será composta pelos 5 (cinco) membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e de 1 (um) representante discente do Curso de Ciências Sociais. Portanto, conforme o tópico 4.2 deste PPC e o anexo 3 também deste PPC, os membros da CAEX são:

- O Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente);
- O vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente);
- 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais;
- 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);
- 1 discente do curso de ciências sociais;

Os membros professores participantes da CAEX serão eleitos e terão a duração de seus mandatos conforme as regras orientadoras do NDE do curso, ou seja: durarão 4 (quatro) anos na função, sendo possível a prorrogação por igual período. O membro discente do Curso de Ciências Sociais terá mandato de 1(um) ano na função, permitida uma recondução.

A renovação do colegiado ocorrerá no período mínimo de 02 (dois) anos sempre de forma parcial, com a substituição de até três membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso. Os membros da CAEX, assim como os do NDE, serão indicados pelo Colegiado do Curso e nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas no caso dos professores. O representante discente da CAEX será indicado pelo Centro Acadêmico de Estudantes de Ciências Sociais. Os membros a que se refere este artigo serão sempre substituídos por seus substitutos legais, escolhidos pelo mesmo processo dos titulares.

A CAEX do curso possui regimento próprio aprovado em reunião do Conselho de Unidade do ICH no dia 23 de junho de 2023, e encontra-se disponível no Anexo 3 deste PPC.

4.5. Comissão de Orientação de Estágios (COE)

A Comissão Orientadora de Estágio (COE) possui caráter consultivo e é responsável pelo acompanhamento dos estudantes que realizarem estágio não-obrigatório na área das Ciências Sociais, dentro dos campos de atuação profissional previstos neste PPC.

A COE de Ciências Sociais é constituída por 3 (três) membros, oriundos do Departamento de Ciências Sociais, eleitos pelo Colegiado do curso, sendo 1 (um) desses três membros obrigatoriamente o Coordenador Acadêmico do curso.

O Presidente e Vice-Presidente da COE serão eleitos, entre seus pares, excluindo-se o Coordenador do Curso, para mandato de 02 (dois) anos.

São competências da COE:

- zelar pela organização didática-pedagógica do estágio não obrigatório do Curso de Ciências Sociais;
- Elaborar normas complementares para o estágio não obrigatório no âmbito do curso;
- Auxiliar o professor orientador do estágio na definição de instrumentos de avaliação para o estágio não obrigatório;
- Fixar as atribuições dos professores orientadores e demais instruções necessárias ao bom desenvolvimento do estágio não obrigatório;
- Oficiar à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) bem como ao Setor da Prograd responsável pelos estágios de graduação da UFJF sobre o período de mandato do Presidente e Vice-Presidente da COE, bem como a relação nominal de seus participantes.

A COE de Ciências Sociais possui regimento próprio aprovado em reunião do Colegiado do Curso de Ciências Sociais do dia 30 de novembro de 2023, e encontra-se disponível no Anexo 4 deste PPC.

4.6. Departamento de Ciências Sociais (DCSO)

De acordo com o art. 30 do Regimento Geral da UFJF, O Departamento é a menor subdivisão da estrutura universitária, para os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente, integrando docentes e disciplinas com objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.

São competências do Departamento de Ciências Sociais:

- Elaborar seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino ou de pesquisa e extensão a docentes;
- Propor ao Conselho de Unidade a abertura de concursos ou provas de seleção para docente;
- Propor ao Conselho de Unidade medidas de ordem didática e administrativa;
- Propor e opinar sobre a movimentação de docentes;
- Propor aos Coordenadores de Curso os programas das disciplinas e respectivos planos, acompanhando, obrigatoriamente, a sua execução;
- Propor ao Coordenador de Curso o número de créditos e os pré-requisitos correspondentes a cada disciplina;
- Conhecer e decidir sobre recursos interpostos por discentes;
- Propor e opinar sobre afastamento e dispensa de docente;
- Indicar membros para compor comissão examinadora de concursos ou provas de seleção de docentes;
- Elaborar e propor, ao Conselho de Unidade, programas para concursos ou provas de seleção de docentes.

O art. 32 do Regimento Geral da UFJF ainda dispõe que o Departamento será chefiado por professor integrante da carreira do magistério, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

4.7. Representação Estudantil

Cada curso do Instituto de Ciências Humanas (ICH) tem o seu Centro Acadêmico (CA), entidade estudantil, organizado por alunos do curso, todos com espaço físico cedido pelo ICH para realização de suas atividades.

O Curso de Ciências Sociais, historicamente, possui uma representação estudantil ativa. O CA do curso chama-se Darcy Ribeiro e elege periodicamente seus dirigentes, que são também os representantes estudantis dos alunos do curso, participando das reuniões do Colegiado (COC) e da Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) do Curso de Ciências Sociais, além do Conselho de Unidade do ICH e do Departamento de Ciências Sociais (DCSO), onde possuem assento e intermediam informações entre estes e os alunos, bem como trazem à tona demandas dos mesmos.

Suas atividades são diversas; dentre orientar os alunos dentro do espaço acadêmico, buscando sanar suas dúvidas ao promover atividades extra curriculares, como a conhecida *Jornada de Ciências Sociais*. Também é de responsabilidade do C.A enviar ofícios para a reitoria buscando viabilizar transportes para os graduandos participarem de outras atividades que ocorrem fora do município de Juiz de Fora.

5 – ESTRUTURA CURRICULAR

5.1 – *Concepção Geral*

Para formar bacharéis e licenciados em Ciências Sociais que possam exercer funções significativas na sociedade brasileira, torna-se necessário considerar diversas competências a serem adquiridas pelos discentes ao longo do curso, o que demanda uma formação integral abrangendo aspectos sócio-políticos, ético-humanistas, pedagógicos e científicos, conciliando ensino, pesquisa e extensão de ponta.

Para contemplar esta vasta e articulada formação, o presente projeto estabelece algumas bases normativas que norteiam a estruturação pedagógica do curso e seu projeto curricular, explicitadas a seguir.

- Parecer CNE/ CES nº 492 de 2001 – define as diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Sociais no Brasil;
- Resolução CNE/ CES nº 2 de 2007 – dispõe sobre procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de bacharelados presenciais no Brasil;
- Resolução CNE/ CP nº 2 de 2015 – define as diretrizes para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura;
- Resolução CNE/CES nº 7 de 2018 – estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira;
- Resolução nº 26 de 2016 do CONGRAD/ UFJF – aprova texto final e anexos do Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF;
- Resolução nº 11 de 2018 do CONGRAD/ UFJF – Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas da UFJF (PPI das Licenciaturas);
- Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF – estabelece normas para a inserção da extensão nos currículos de graduação da UFJF;
- Resolução nº 46 de 2023 do CONGRAD/ UFJF – aprova a Política Institucional de Estágios para os cursos de graduação da UFJF (PPE);

5.2 – *Ciclo Básico (Núcleo de Formação Geral)*

O ingresso no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (noite) dá-se através do Ciclo Básico, exclusivamente no período noturno e sempre no segundo semestre de cada ano. A estrutura curricular inicial do curso é composta por uma base comum ao bacharelado e à licenciatura, denominada a partir de agora de *Ciclo Básico*, acessada pelos discentes ao longo dos quatro primeiros períodos da graduação.

Trata-se de um primeiro ciclo voltado para a formação específica dos cientistas sociais, que irá permitir que conhecimentos amplos e imprescindíveis sejam adquiridos, tendo como meta uma formação científica e humanística qualificada na área. De acordo com o Parecer CNE/ CES nº 492 de 2001, um currículo de Ciências Sociais (tanto para o bacharelado quanto para a licenciatura) deve ser organizado em torno de três eixos: *Formação Específica*, *Formação Complementar* e *Formação Livre*. Consideramos que o *Ciclo*

Básico (ABI – Ciências Sociais) aqui em tela atende ao quesito da formação específica do cientista social:

“O Eixo de *Formação Específica* deve constituir a base do saber característico da área de atuação do cientista social. Entende-se que tal Eixo deva ser composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares que fazem parte da identidade do Curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Cabe ao Colegiado do Curso definir criteriosamente as atividades que definem a especificidade do Curso bem como a tradução destas em carga horária.” (Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, p. 27)

Além disso, o currículo da Licenciatura em Ciências Sociais na UFJF também está em consonância com princípios institucionais e legais que têm como foco a formação de professores e profissionais da Educação Básica. Além da Resolução CNE/ CP nº 2 de 2015, este PPC organiza-se também conforme as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas da UFJF (PPI; Resolução nº 111/2018 do CONGRAD/ UFJF), sem deixar de levar em conta, é claro, o Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, que versa sobre os currículos de graduação em Ciências Sociais (tanto os bacharelados quanto as licenciaturas).

Sendo assim, o currículo da Licenciatura de Ciências Sociais será integrado pelos seguintes núcleos formativos, conforme o PPI das Licenciaturas e em diálogo com as diretrizes de três eixos de formação propostas pelo Parecer CNE/CES nº 492 de 2001:

- 1 – *Núcleo de Formação Geral*
- 2 – *Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Formação Docente*
- 3 – *Núcleo Profissionalizante*
- 4 – *Núcleo de Eixos Transversais*

Entende-se como sendo o *Núcleo de Formação Geral (Núcleo 1)* o espaço “voltado a estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, constituindo-se em momento de formação da escolha por bacharelado ou licenciatura, no caso dos cursos que admitem Áreas Básicas de Ingresso (ABIs)” (Resolução nº 111/2018 do CONGRAD/ UFJF, p: 45).

Sendo assim, o denominado *Ciclo Básico* corresponde integralmente ao *Núcleo de Formação Geral* da Licenciatura em Ciências Sociais, tendo em vista a possibilidade de oferta de disciplinas em comum com o bacharelado, além de apresentar os princípios, concepções, conteúdos e critérios relacionados aos referenciais teórico-epistemológicos das Ciências Sociais.

O *Ciclo Básico* é composto por 19 disciplinas obrigatórias, em sua grande maioria teóricas, sendo apenas uma delas prática, totalizando uma carga horária efetiva de 1110 horas, distribuídas em quatro períodos letivos e meio.

O conteúdo formativo principal do *Ciclo Básico* se divide em torno das três grandes áreas do conhecimento que compõem as Ciências Sociais: a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia.

Nesta primeira fase do curso, visa-se apresentar as principais correntes teóricas e escolas que compõem as três áreas. São estudados os princípios, concepções, conteúdos e

critérios relacionados aos referenciais teórico-epistemológicos da Antropologia, da Ciência Política e da Sociologia e que devem ser de comum conhecimento a qualquer cientista social.

As disciplinas por áreas são sequenciais, sempre após uma mais introdutória disponibilizada aos discentes no primeiro período. Visa-se com essa estratégia um percurso formativo escalonado, com pré-requisitos para que as disciplinas mais avançadas sejam cursadas ao longo do *Ciclo Básico* apenas após aquelas de conteúdo mais introdutório.

São as disciplinas de Antropologia do *Ciclo Básico*:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Introdução à Antropologia	Teórica	60 horas
Antropologia I	Teórica	60 horas
Antropologia II	Teórica	60 horas
Antropologia III	Teórica	60 horas

São as disciplinas de Ciência Política do *Ciclo Básico*:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Introdução à Ciência Política	Teórica	60 horas
Política I	Teórica	60 horas
Política II	Teórica	60 horas
Política III	Teórica	60 horas

São as disciplinas de Sociologia do *Ciclo Básico*:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Introdução à Sociologia	Teórica	60 horas
Sociologia I	Teórica	60 horas
Sociologia II	Teórica	60 horas
Sociologia III	Teórica	60 horas

Além da formação pelo recorte das áreas estimulada pelo Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, há também um conjunto inicial de disciplinas introdutórias de outras áreas das humanidades no *Ciclo Básico*, que favorece os primeiros contatos dos discentes com um conteúdo humanístico mais amplo e imprescindível à formação do cientista social, realçando o caráter interdisciplinar da disciplina desde a sua origem, para além das conhecidas divisões por áreas do conhecimento.

São as disciplinas introdutórias de formação humanística do *Ciclo Básico*:

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Introdução aos Estudos das Humanidades	Teórica	60 horas
Economia	Teórica	60 horas
Linguística I	Teórica	60 horas
Psicologia e Cultura	Teórica	60 horas
Fundamentos da Geografia	Teórica	60 horas

Cabe destacar que, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2 de 2015 e a Resolução nº 11 de 2018 do CONGRAD/ UFJF – que versam exclusivamente sobre os cursos de licenciatura e sua constituição em quatro núcleos formativos –, o *Ciclo Básico* garante com essa estrutura a oferta de disciplinas sobre conteúdos voltados ao aprofundamento e diversificação de estudos nas áreas de atuação profissional docente nos primeiros períodos da graduação.

Sendo assim, duas disciplinas específicas do *Ciclo Básico* assumem os objetivos epistemológicos, pedagógicos e políticos de integrar e dar sentido aos conhecimentos científicos das Ciências Sociais junto aos fenômenos educativos. São as disciplinas de ensino e formação docente do *Ciclo Básico*, ministradas pela Faculdade de Educação (FACED):

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Saberes Escolares em Sociologia	Teórica	60 horas
Prática em Saberes Escolares em Sociologia	Prática	30 horas

Como é possível notar, o *Ciclo Básico*, por conta de seu caráter introdutório e específico, possui em sua maioria disciplinas teóricas, favorecendo uma sólida construção profissional dos cientistas sociais por meio de leituras e discussões em sala de aula. Entretanto, 30 horas das 1110 horas totais que compõem o *Ciclo Básico* visam garantir desde o início do curso Práticas como Componente Curricular (PCC; item 7.1 deste PPC) amplas e variadas. Tais práticas com ênfase curricular serão sempre desenvolvidas através da reflexão

e articulação com o conteúdo teórico *do Ciclo Básico*, incentivando a atuação dos cientistas sociais em situações contextualizadas de atuação profissional.

Como exposto nas tabelas acima, as 30 horas de atividade prática do *Ciclo Básico* serão dedicadas às Atividades Curriculares de Extensão (ACE; item 7.2 deste PPC). *Prática em Saberes Escolares em Sociologia*, co-requisito da disciplina teórica *Saberes Escolares em Sociologia*, realiza uma ACE de forma presencial nas escolas, articulando ações educativas e processos pedagógicos enquanto uma prática como componente curricular de caráter extensionista do ensino universitário no âmbito da Educação Básica, ampliando as trocas de saberes entre conhecimento popular e científico por meio da aproximação da universidade com outros setores da sociedade, como preconizado pela Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF, que estabelece normas para a inserção da extensão nos currículos de graduação da Universidade.

Como é possível notar, o *Ciclo Básico*, por conta de seu caráter introdutório e específico, possui disciplinas teóricas e práticas, favorecendo uma sólida construção profissional dos cientistas sociais por meio de leituras e discussões em sala de aula ao longo dos quatro primeiros períodos da estrutura curricular presentes neste PPC.

5.3 – Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente

Conforme a Resolução CNE/ CP nº 2 de 2015 – que dispõe sobre procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de licenciatura presenciais no Brasil – a carga horária mínima de uma licenciatura é de 3200 horas. Assim, após as 1110 horas do *Ciclo Básico/ Núcleo de Formação Geral*, o discente que optar por colar grau em licenciatura deverá cumprir uma carga-horária mínima de 2090 horas a mais de atividades curriculares – referentes ao núcleos formativos 2, 3 e 4 acima indicados – totalizando 3200 horas para integralização.

Como demonstrado anteriormente, o *Ciclo Básico/ Núcleo de Formação Geral* já inclui duas disciplinas relacionadas aos conteúdos pedagógicos, a saber: 1ª) *Saberes Escolares em Sociologia* e 2ª) *Prática em Saberes Escolares em Sociologia*. Tal identidade pedagógica já nos primeiros anos de formação dos futuros licenciados visa ampliar a possibilidade de oferecer referências mais consistentes para a compreensão do fenômeno educativo desde os anos iniciais na graduação. Destaca-se que a *Prática em Saberes Escolares em Sociologia* deve se constituir no *Ciclo Básico* como sendo o primeiro espaço privilegiado para os discentes elaborarem uma Atividade Curricular de Extensão (ACE) voltada para o atendimento de questões provenientes da comunidade externa escolar.

O *Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Formação Docente (Núcleo 2)* é voltado

“ao aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional docente, incluindo os conteúdos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, priorizados pelo Projeto Pedagógico de cada curso, em sintonia com o Projeto Pedagógico Institucional, com os sistemas de ensino e com as demandas sociais. O NAD reúne disciplinas de formação docente que assumem os objetivos epistemológicos, pedagógicos e políticos de integrar e dar sentido aos conhecimentos científicos das áreas de referência junto aos fenômenos educativos” (Resolução nº 111/2018 do CONGRAD/ UFJF, p: 47).

Na Licenciatura em Ciências Sociais, o núcleo 2 possui carga horária total de 1500 horas. São 25 disciplinas no total (teóricas, teórico-práticas e práticas) que atendem às especificidades dos conteúdos necessários à formação docente em seus variados aspectos.

Diante do fenômeno educativo, 4 disciplinas ministradas pela Faculdade de Educação constroem diagnósticos sobre os princípios estruturantes da educação, entendendo-a de forma ampla, como processos formativos que se desenvolvem na família, no trabalho, no cotidiano, nas instituições estatais, na sociedade civil, etc. Tal conteúdo é em sua grande maioria teórico, tendo 30 horas de Atividades Curriculares de Extensão (ACE) que se destinam à imersão dos discentes na escola pública e/ou movimentos sociais que possuem forte relação com a instituição escolar.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Estado, Sociedade e Educação	Teórica	60 horas
Questões Filosóficas Aplicadas à Educação	Teórica	60 horas
Processo ensino-aprendizagem	Teórica	60 horas
Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa	Teórica	60 horas
Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa - Prática	Prática	30 horas

Outras 5 disciplinas teóricas e práticas, também ministradas pela Faculdade de Educação, dedicam-se à profissionalização docente em Ciências Sociais, respeitando a importância de uma educação contextualizada e específica dos discentes em sua área do conhecimento. Aqui, equilibra-se teoria e prática: são 120 horas de conteúdos teóricos e 120 horas voltadas para práticas escolares de extensão como componente curricular, contemplando as dimensões da atuação docente, os processos de criação e uso de textos e materiais didáticos, a gestão da educação e da coordenação pedagógica em Ciências Sociais, em atenção principalmente às questões provenientes da comunidade externa escolar na cidade de Juiz de Fora.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Metodologia de Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Ensino de Sociologia I	Teórica	30 horas
Prática em Ensino de Sociologia I	Prática	60 horas

Ensino de Sociologia II	Teórica	30 horas
Prática em Ensino de Sociologia II	Prática	60 horas

Por sua vez, o Departamento de Ciências Sociais atenderá aos conteúdos de formação docente da licenciatura atuando no seguinte item preconizado pelo PPI: “Conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos/os” (Resolução nº 111/2018 do CONGRAD/ UFJF, p. 48).

Mais precisamente, é pretensão também que tal conjunto de disciplinas profissionalizantes ofertadas pelo DCSO realcem o estudo das relações entre educação, cidadania, diversidade e direitos humanos, entre outras problemáticas centrais à sociedade contemporânea no que se refere ao reconhecimento e respeito às diferenças no contexto educacional, como as geracionais/etárias e as étnico-raciais, melhor apresentadas no item 7.3 deste PPC.

Tais atividades serão acompanhadas de uma ampla carga-horária de Prática como Componente Curricular (90 horas no total), a fim de estimular projetos que valorizem a interação docente com questões dos direitos humanos. Cabe realçar que, dessas 90 horas práticas presentes nas disciplinas *Prática em Juventudes, Gerações e Educação* e *Prática em Relações Étnico-Raciais*, 30 horas necessariamente precisam ser dedicadas às atividades extensionistas.

O Departamento de Letras e o de Letras e Línguas Modernas se responsabilizará, respectivamente, pelos conteúdos de *Tópicos em Estudos Linguísticos: Sociolinguística* e *Libras e Educação para Surdos*, atendendo também aos princípios de equidade e justiça social que cabem aos currículos de licenciatura quanto às educações diferenciadas e mais inclusivas. A formação docente se completa com mais 120 horas de atividades extensionistas a serem desenvolvidas no *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais*, como melhor esclarecido no item 7.2 deste documento.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Juventudes, Gerações e Educação	Teórica	60 horas
Prática em Juventudes, Gerações e Educação	Prática	45 horas
Relações Étnico-Raciais e Educação	Teórica	60 horas
Prática em Relações Étnico-Raciais e Educação	Prática	45 horas
Tópicos em Estudos Linguísticos: Sociolinguística	Teórica	60 horas
Libras e Educação para Surdos	Teórica	60 horas

Laboratório de Extensão em Ciências Sociais	Extensão	120 horas
---	----------	-----------

Um outro conjunto de disciplinas, ministradas pelo Departamento de Ciências Sociais e pelo de Estatística, estimula a observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas, escolares e/ou não escolares, prioritariamente públicas, como mencionado no PPI das Licenciaturas da UFJF (Resolução nº 111/2018 do CONGRAD/ UFJF, p. 48).

Esse instrumental analítico de práticas pedagógicas se fará sempre em parceria com os conhecimentos científicos desenvolvidos pelas Ciências Sociais – como as metodologias quantitativas e qualitativas – dando importância às epistemologias específicas dessa área do conhecimento à formação crítica dos profissionais do magistério, conforme assegurado no Art. 9º da Resolução do CNE/ CP de 2015. As 90 horas de PCC que compõem estas disciplinas voltam-se para a pesquisa e avaliação em educação. Além desse conteúdo, complementa-se a formação metodológica de análise em educação o conjunto de mais duas disciplinas, de conteúdos estatísticos, que visam embasar melhor essa formação técnica do licenciando.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Métodos e Técnicas de Pesquisa I	Teórico-Prática	90 horas (60h Teórica; 30h Prática)
Métodos e Técnicas de Pesquisa II	Teórico-Prática	90 horas (60h Teórica; 30h Prática)
Elementos de Estatística	Teórica	60 horas
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Teórica	60 horas

Obedecendo aos princípios do Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, este PPC compreende como sendo importante a presença do *Eixo de Formação Livre* no Núcleo 2 do currículo de licenciatura, servindo como um instrumental dos discentes para aprofundamento de sua formação para o magistério seguindo seus próprios interesses.

A proposta é que eles tenham maior liberdade na concepção de seus currículos, acionando na UFJF os conhecimentos que acreditam ser imprescindíveis para se tornarem docentes na Educação Básica. Tais escolhas serão feitas segundo os seguintes critérios: os estudantes escolherão para compor a grade 2 disciplinas eletivas e 2 disciplinas optativas. Conforme o Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG; Resolução nº 26 de 2016), as eletivas são aquelas que integram o elenco de opções preestabelecidas neste PPC em *Ementário*, voltadas para tópicos temáticos especiais em Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Por sua vez, as disciplinas optativas são destinadas à formação da cultura geral, em qualquer área do conhecimento, de livre escolha do discente no âmbito da UFJF, podendo, é claro, serem estas também disciplinas eletivas do curso de ciências sociais.

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Eletiva 1	Livre Escolha	60 horas
Eletiva 2	Livre Escolha	60 horas
Optativa 1	Livre Escolha	60 horas
Optativa 2	Livre Escolha	60 horas

O art. 13 da Resolução CNE/CP nº 02/2015 diz que nas licenciaturas deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimentos sobre os objetos de ensino pelos alunos, sendo que o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não pode ser inferior à quinta parte da carga horária total da estrutura curricular. Segundo o PPI das Licenciaturas, tais horas devem se constituir para além dos estágios, Práticas como Componentes Curriculares e Atividades Curriculares de Extensão. Em um curso de 3200 horas, deve-se cumprir 640 horas mínimas de dedicação plena à dimensão pedagógica. Este PPC atende a tais resoluções a contento, cumprindo 660 horas de disciplinas pedagógicas por meio das seguintes configurações curriculares, distribuídas ao longo dos núcleos 1 e 2:

- 420 horas de dimensão pedagógica em disciplinas ofertadas pela Faculdade de Educação: *Estado, Sociedade e Educação* (60h); *Questões Filosóficas aplicadas à Educação* (60h); *Processo de Ensino-aprendizagem* (60h); *Políticas Públicas e Gestão da Educação* (60h); *Saberes Escolares em Ciências Sociais* (60h); *Metodologia de Ensino em Sociologia* (60h); *Ensino de Sociologia I* (30h) e *Ensino de Sociologia II* (30h);
- 120 horas de dimensão pedagógica em disciplinas ofertadas pelo Departamento de Ciências Sociais: *Juventudes, Gerações e Educação* (60h) e *Relações Étnico-raciais e Educação* (60h);
- 120 horas de dimensão pedagógica em disciplinas ofertadas pelos Departamento de Letras e Letras Modernas: *Tópicos em Estudos Linguísticos: Sociolinguística* (60h) e *Libras e Educação para Surdos* (60h).

5.4 – Núcleo Profissionalizante

Compreende-se como sendo o *Núcleo Profissionalizante (Núcleo 3)*,

“O espaço formativo localizado nos últimos períodos de cada curso, constituído por conhecimentos teóricos, conceituais e pedagógicos vinculados a uma determinada área do conhecimento, necessários para a atuação profissional na respectiva área, nas distintas etapas e modalidades do ensino da Educação Básica, manifestados nos Estágios Curriculares Específicos (...)” (Resolução nº 111/2018 do CONGRAD/ UFJF, p: 49).

Sendo assim, este PPC considera 400 horas de Estágios Curricular Supervisionado em Sociologia, voltados para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de didáticas e metodologias de ensino em espaços educativos, compreendendo também as concepções de

currículo, processos pedagógicos e gestão, seguindo as diretrizes do PPI das Licenciaturas da UFJF e a Resolução nº 46 de 2023 do CONGRAD/ UFJF, que aprovou a Política Institucional de Estágios para os cursos de graduação.

Trata-se de uma formação teórico-prática de inserção discente na instituição escolar a partir de dois estágios obrigatórios em períodos finais e consecutivos da graduação (oitavo e nono), com orientação de docente da UFJF, supervisor-professor na Educação Básica e *Plano de Atividades do Estágio (PAE)*, elaborado e preenchido de forma a contemplar o detalhamento das atividades previstas. Maiores esclarecimentos sobre tais estágios obrigatórios supervisionados encontram-se na seção 7.5 deste documento.

Os estágios acompanham as dinâmicas profissionalizantes do Núcleo 3 e visam mobilizar um amplo repertório de conhecimentos que garantam aos discentes concluintes uma maior capacidade de observação e análise das práticas docentes, inclusive para propor intervenções de desenvolvimento na Educação Básica em diálogo com as escolas e os sistemas educacionais, que se traduzem “em uma oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação” (Resolução nº 111/2018 do CONGRAD/ UFJF, p: 51).

Nome da Disciplina	Modalidade	Carga-Horária Total
Reflexões sobre a Atuação no Espaço Escolar I – Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia I	Prática	140 horas
Reflexões sobre a Atuação no Espaço Escolar II – Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia II	Prática	140 horas

5.5 – Núcleo de Eixos Transversais

Por fim, o *Núcleo de Eixos Transversais (Núcleo 4)*, atravessa todo o currículo da licenciatura e engloba a *Flexibilização Curricular* e a *Prática como Componente Curricular*.

Com relação ao primeiro ponto do Núcleo 4, destaca-se que serão exigidas 190 horas de *Flexibilização Curricular*, que são as atividades acadêmicas teórico-práticas previstas no item 7.4 deste PPC, que garantem aos discentes participarem da construção de seu próprio currículo e que incentivam a produção de formas diversificadas e interdisciplinares do conhecimento por meio da participação em eventos, congressos, bolsas de iniciação científica e de extensão, estágios não-obrigatórios, entre outras atividades. A solicitação do cômputo dessas atividades deve ser requerida na Coordenação do Curso (COC), acompanhada dos documentos comprobatórios exigidos no item 7.4 deste PPC e no anexo 6. Após avaliação, a COC encaminha a documentação para a Coordenadoria de Assuntos e Registros (CDARA) para a devida anotação da carga horária no histórico escolar.

Já a *Prática como Componente Curricular (PCC)* consiste de um momento de vivência de atividades voltadas para a formação de habilidades específicas para a docência e o desenvolvimento de conhecimentos adquiridos no âmbito do ensino, em suas dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas. A prática atravessa os núcleos 1 e 2 de toda a estrutura curricular da Licenciatura em Ciências Sociais, conforme apresentado ao longo deste PPC, totalizando um total de 360 horas de carga-horária, assim distribuídas: 30 horas cursadas no *Ciclo Básico/ Núcleo de Formação Geral/ Núcleo 1* e 330 horas concluídas no âmbito do *Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente/ Núcleo 2*.

Destaca-se que, desse total de 360 horas de PCC na licenciatura, 210 horas serão de Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) e as outras 150 voltam-se para práticas livres, com ênfase no aprimoramento dos conhecimentos, competências e habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. Combinada com a disciplina totalmente extensionista *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais* (120 horas), temos neste desenho curricular um total de 330 horas de ACE, cumprindo a contento a determinação da Resolução CNE/CES nº 7 de 2018, que institui que 10% (dez por cento) de um currículo de 3200 horas de carga-horária total seja voltada para atividades extensionistas. Detalhes sobre a extensão no curso de Ciências Sociais podem ser conferidos no item 7.2 deste PPC.

Dessa forma, é possível concluir que a integralização da Licenciatura em Ciências Sociais é dada da seguinte forma, conforme a carga-horária total por núcleos de formação definidos ao longo deste PPC nos itens 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5 e com base no Parecer CNE/CES nº 492 de 2001, Resolução CNE/CES nº 7 de 2018 e Resolução nº 11 de 2018 do CONGRAD/UFJF:

Eixo de Formação	Carga-Horária Total
Núcleo de Formação Geral (Ciclo Básico)	1110 horas
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação da Formação Docente	1500 horas
Núcleo Profissionalizante	400 horas
Núcleo de Eixos Transversais (Flexibilização Curricular)	190 horas
Total para Integralização da Licenciatura	3200 horas

5.6 – Reingresso na Licenciatura por Vaga Ociosa

Após a integralização do bacharelado vespertino de Ciências Sociais da UFJF – e caso seja de seu interesse – o discente poderá reingressar no curso de ciências sociais para cursar a licenciatura por meio do edital de vagas ociosas da UFJF.

Admite-se a entrada de discentes oriundos do bacharelado sempre nos segundos períodos letivos de cada ano. Esse mecanismo visa garantir o fluxo já em andamento das grades curriculares e a disposição das disciplinas nas mesmas, assegurando que o reingressante por vaga ociosa será alocado sempre no quinto período da licenciatura em Ciências Sociais.

O curso de Ciências Sociais possui 1620 horas em comum às duas habilitações (Bacharelado e Licenciatura). Isso porque, já tendo cursado o *Ciclo Básico*, 1020 horas em comum são aproveitadas após o reingresso. Algumas disciplinas em comum às duas grades e localizadas após o *Ciclo Básico* também são totalmente compatíveis em ambos os currículos. São elas:

- *Métodos e Técnicas de Pesquisa I* (90h) e *Metodologia da Pesquisa Sociológica* (90h), respectivamente, da grade da licenciatura e do bacharelado; disciplinas estas que são equivalentes, não necessitando serem cursadas novamente pelo discente;
- *Métodos e Técnicas de Pesquisa II* (90h) e *Metodologia da Pesquisa em Ciência Política* (90h), respectivamente, da grade da licenciatura e do bacharelado; disciplinas estas que são equivalentes, não necessitando serem cursadas novamente pelo discente;
- *Elementos de Estatística* (60h);
- *Estatística Aplicada às Ciências Sociais* (60h);
- *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais* (120h);
- 2 disciplinas eletivas e 1 disciplina optativa também são aproveitadas na nova grade (180 horas no total).

As 190 horas de flexibilização curricular devem ser apresentadas pelos ingressantes na licenciatura como segunda modalidade, oriundos do bacharelado.

Nesse sentido, após o reingresso por vaga ociosa, a carga-horária inédita a ser complementada pelos discentes é de 1580 horas para concluir a licenciatura (totalizando as 2430 horas curriculares).

Curso de Ciências Sociais	Carga-Horária Total
Bacharelado em Ciências Sociais	2430 horas
Licenciatura em Ciências Sociais	3200 horas
Licenciatura em Ciências Sociais - Reingresso por vaga ociosa após integralização do Bacharelado	1580 horas

5.7 - Pré-requisitos e Co-requisitos na Licenciatura

De acordo com o RAG da UFJF, pré-requisito é a carga horária ou conjunto de atividades acadêmicas no qual o discente de um determinado curso deverá ser previamente aprovado para a realização de outra atividade acadêmica. Neste PPC, as disciplinas abaixo listadas são aquelas que possuem pré-requisitos no âmbito do Curso de Ciências Sociais. Disciplinas da grade que não forem nomeadas na tabela abaixo significa que não possuem pré-requisitos para sua realização, sendo abertas inclusive para discentes de outros cursos da UFJF como disciplina optativa, quando da existência de vagas ociosas.

Disciplinas	Pré-requisitos
Sociologia I	● Introdução à Sociologia
Antropologia I	● Introdução à Antropologia
Política I	● Introdução à Ciência Política
Sociologia II	● Sociologia I
Antropologia II	● Antropologia I
Política II	● Política I
Sociologia III	● Sociologia II
Antropologia III	● Antropologia II
Política III	● Política II
Métodos e Técnicas de Pesquisa II	● Métodos e Técnicas de Pesquisa I
Metodologia de Ensino de Sociologia	● Saberes Escolares em Sociologia ● Prática em Saberes Escolares em Sociologia
Ensino de Sociologia I	● Metodologia de Ensino de Sociologia
Prática em Ensino de Sociologia I	● Metodologia de Ensino de Sociologia
Ensino de Sociologia II	● Ensino de Sociologia I ● Prática em Ensino de Sociologia I
Prática em Ensino de Sociologia II	● Ensino de Sociologia I ● Prática em Ensino de Sociologia I
Reflexões sobre a atuação no espaço escolar I – Ensino de Sociologia	● Ensino de Sociologia II ● Prática em Ensino de Sociologia II
Reflexões sobre a atuação no espaço escolar II – Ensino de Sociologia	● Reflexões sobre a atuação no espaço escolar I – Ensino de Sociologia

Por sua vez, e ainda de acordo com o RAG da UFJF, co-requisito é a atividade acadêmica cujo conteúdo programático deve ser ministrado concomitantemente ao de outra atividade acadêmica, de acordo com a matriz curricular do curso. Nesse sentido, este PPC institui as seguintes disciplinas como co-requisitos das listadas na primeira coluna à esquerda.

Disciplinas	Co-requisitos
Juventudes, Gerações e Educação	● Prática em Juventudes, Gerações e Educação
Saberes Escolares em Sociologia	● Prática em Saberes Escolares em Sociologia
Relações Étnico-Raciais e Educação	● Prática em Relações Étnico-Raciais e Educação
Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa	● Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa - Prática
Ensino de Sociologia I	● Prática em Ensino de Sociologia I

Ensino de Sociologia II	• Prática em Ensino de Sociologia II
Reflexões sobre a atuação no espaço escolar I – Ensino de Sociologia	• Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia I
Reflexões sobre a atuação no espaço escolar II – Ensino de Sociologia	• Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia II

6 – PERIODIZAÇÃO DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

6.1 – Periodização do Ciclo Básico (Núcleo de Formação Geral)

1º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Introdução à Antropologia	Teórica	60 horas
Introdução à Ciência Política	Teórica	60 horas
Introdução à Sociologia	Teórica	60 horas
Introdução às Ciências Humanas	Teórica	60 horas

Total de 240 horas

2º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Antropologia I	Teórica	60 horas
Política I	Teórica	60 horas
Sociologia I	Teórica	60 horas
Saberes Escolares em Sociologia	Teórica	60 horas
Prática em Saberes Escolares em Sociologia	Prática	30 horas

Total de 270 horas (510 horas)

3º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Antropologia II	Teórica	60 horas
Política II	Teórica	60 horas
Sociologia II	Teórica	60 horas
Linguística I	Teórica	60 horas
Psicologia e Cultura	Teórica	60 horas

Total de 300 horas (810 horas)

4º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Antropologia III	Teórica	60 horas
Política III	Teórica	60 horas
Sociologia III	Teórica	60 horas
Introdução à Geografia	Teórica	60 horas
Economia	Teórica	60 horas

Total de 300 horas (1110 horas)

Total para integralização do Ciclo Básico/ Formação Específica: 1110 horas

6.2 – Periodização do Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente e do Núcleo Profissionalizante

5º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Métodos e Técnicas de Pesquisa I	Teórico-Prática	90 horas (60h teórica; 30h prática)
Juventudes, Gerações e Educação	Teórica	60 horas
Prática em Juventudes, Gerações e Educação	Prática	45 horas
Metodologia de Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Questões Filosóficas Aplicadas à Educação	Teórica	60 horas
Elementos de Estatística	Teórica	60 horas

Total de 375 horas (1485 horas)

6º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Ensino de Sociologia I	Teórica	30 horas
Prática em Ensino de Sociologia I	Prática	60 horas
Estado, Sociedade e Educação	Teórica	60 horas
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Teórica	60 horas
Eletiva 1	Teórica	60 horas
Optativa 1	Teórica	60 horas

Total de 330 horas (1815 horas)

7º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Métodos e Técnicas de Pesquisa II	Teórico-Prática	90 horas (60h teórica; 30h prática)
Laboratório de Extensão em Ciências Sociais	Extensão	120 horas
Relações Étnico-Raciais e Educação	Teórica	60 horas
Prática em Relações Étnico-Raciais e Educação	Prática	45 horas
Ensino de Sociologia II	Teórica	30 horas
Prática em Ensino de Sociologia II	Prática	60 horas
Tópicos em Estudos Linguísticos: Sociolinguística	Teórica	60 horas

Total de 465 horas (2280 horas)

8º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa	Teórica	60 horas

Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa - Prática	Prática	30 horas
Processo Ensino-Aprendizagem	Teórica	60 horas
Reflexões sobre a Atuação no Espaço Escolar I – Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia I	Prática	140 horas
Eletiva 2	Teórica	60 horas

Total de 410 horas (2690 horas)

9º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Libras e Educação para Surdos	Teórica	60 horas
Reflexões sobre a Atuação no Espaço Escolar II – Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia II	Prática	140 horas
Optativa 2	Teórica	60 horas

Total de 320 horas (3010 horas)

190 horas de Flexibilização Curricular (Atividades Complementares)

Total para integralização da Licenciatura: 3200 horas

6.3 – Periodização por Reingresso por Vaga Ociosa**1º período**

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Juventudes, Gerações e Educação	Teórica	60 horas
Prática em Juventudes, Gerações e Educação	Prática	45 horas
Metodologia de Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Questões Filosóficas Aplicadas à Educação	Teórica	60 horas
Libras e Educação para Surdos	Teórica	60 horas

Total de 285 horas

2º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Saberes Escolares em Sociologia	Teórica	60 horas
Prática em Saberes Escolares em Sociologia	Prática	30 horas
Ensino de Sociologia I	Teórica	30 horas
Prática em Ensino de Sociologia I	Prática	60 horas
Estado, Sociedade e Educação	Teórica	60 horas
Reflexões sobre a Atuação no Espaço Escolar I – Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia I	Prática	140 horas

Total de 440 horas (725 horas)

3º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Relações Étnico-Raciais e Educação	Teórica	60 horas
Prática em Relações Étnico-Raciais e Educação	Prática	45 horas
Ensino de Sociologia II	Teórica	30 horas
Prática em Ensino de Sociologia II	Prática	60 horas
Tópicos em Estudos Linguísticos: Sociolinguística	Teórica	60 horas
Reflexões sobre a Atuação no Espaço Escolar II – Ensino de Sociologia	Teórica	60 horas
Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia II	Prática	140 horas

Total de 455 horas (1180 horas)

4º período

Disciplina	Modalidade	Carga-Horária
Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa	Teórica	60 horas

Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa - Prática	Prática	30 horas
Processo Ensino-Aprendizagem	Teórica	60 horas
Optativa 2	Teórica	60 horas

Total de 210 horas (1390 horas)

190 horas de Flexibilização Curricular (Atividades Complementares)

Total para integralização da Licenciatura por Reingresso por Vaga Ociosa: 1580 horas

7 – DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

7.1 – Prática como Componente Curricular

As Práticas como Componente Curricular (PCC) são os momentos na estrutura da Licenciatura em Ciências Sociais voltados para uma formação mais específica do discente, por meio de um conjunto de atividades formativas que proporciona experiências de aplicação dos conhecimentos, competências e habilidades adquiridos em disciplinas teóricas.

As PCC podem ser desenvolvidas como núcleo ou parte de disciplinas, tendo como características o aprofundamento em práticas de pesquisa, pedagógicas/ escolares ou de extensão e, o mais comum, a conciliação dessas três dimensões formativas.

As PCC são obrigatórias nos cursos de licenciatura, conforme Resolução do CNE/ CP nº 2 de 2015 e Resolução nº 11 de 2018 do CONGRAD/ UFJF, que institui o máximo de 400 horas para tais atividades em um currículo de 3200 horas totais, excluindo-se os Estágios Supervisionados Obrigatórios.

Assim, na Licenciatura em Ciências Sociais são 330 horas de PCC numa matriz curricular de carga-horária total de 3200 horas. No âmbito do *Ciclo Básico/ Núcleo de Formação Geral*, são 30 horas:

- 30 horas em *Prática em Saberes Escolares em Sociologia*

As demais 300 horas de PCC são concluídas na licenciatura até o fim do *Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente*, distribuídas entre o 5º e 9º período da estrutura curricular:

- 60 horas em *Prática em Ensino de Sociologia I*
- 60 horas em *Prática em Ensino de Sociologia II*
- 30 horas em *Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa - Prática*
- 45 horas em *Prática em Juventudes, Gerações e Educação*
- 45 horas em *Prática em Relações Étnico-Raciais e Educação*
- 30 horas em *Métodos e Técnicas de Pesquisa I*
- 30 horas em *Métodos e Técnicas de Pesquisa II*

Na contagem geral, temos o seguinte total de PCC:

Prática como Componente Curricular (PCC)	Carga-Horária Total
Núcleo de Formação Geral (Ciclo Básico)	<i>30 horas</i>
Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente	<i>300 horas</i>
Total para Integralização de PCC na licenciatura	<i>330 horas</i>

Os conteúdos mais detalhados acerca de que tipo de PCC são desenvolvidas nessas disciplinas podem ser verificados nas descrições da *Estrutura Curricular* no tópico 5 e mesmo no *Ementário* apresentado no item 8.

7.2 – Atividades Curriculares de Extensão

As Resoluções CNE/CES nº 7 de 2018 e nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF estabelecem as normas para a inserção da extensão nos currículos de graduação no âmbito nacional e na UFJF, respectivamente. Tal iniciativa foi fruto de amplo debate entre os setores da sociedade brasileira e as universidades em geral, visando fortalecer a relação entre esses atores sociais ao proporcionar uma maior relevância acadêmica da extensão na vida dos discentes universitários. A indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino foi o alicerce estruturante da iniciativa de curricularização das atividades extensionistas no ensino superior brasileiro.

Logo, entende-se como Atividade Curricular de Extensão (ACE) qualquer componente curricular integrante deste PPC que tenha como objetivo principal estimular a formação profissional do cientista social a partir de vivências e participações ativas experimentadas durante ações extensionistas que obrigatoriamente devem ocorrer ao longo da graduação.

A Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF indica que cada curso deve estabelecer a carga horária obrigatória a ser cumprida como ACE pelos discentes, devendo esta corresponder a, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total para a integralização do curso.

À Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) caberá analisar as ACE desenvolvidas no curso e ajustar o percurso formativo dos estudantes para a integralização desses conteúdos curriculares. Mais informações sobre as funções da CAEX no item 4 deste PPC e no regimento em anexo ao final do texto.

As ACE na UFJF podem ser desenvolvidas conforme as seguintes modalidades: *programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços* (Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF). Este PPC adota a estratégia de *disciplina extensionista*, prevista na referida resolução, a fim de equivalência a estas modalidades supracitadas. Disciplina extensionista é uma

“atividade acadêmica de extensão, com conteúdo programático composto por objetivos e resultados esperados, metodologia e avaliação próprias à atividade extensionista, colocados em plano específico, a ser desenvolvida em um período letivo, de acordo com a quantidade de horas propostas” (Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF, p: 3)

Assim, caberá primordialmente à disciplina extensionista *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais*, com carga-horária total de 120 horas, proporcionar a formação profissional em extensão no curso de Ciências Sociais, em consonância com o atendimento às necessidades provenientes da comunidade externa à UFJF ou aquelas consideradas importantes de serem levadas ao entorno social da universidade.

O *Laboratório* faz-se presente tanto na estrutura curricular do bacharelado (eixo de *Formação Complementar*) quanto da licenciatura (*Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Formação Docente*), tendo em vista o objetivo máximo dele em contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade de Juiz de Fora e adjacências

a partir das potencialidades existentes no perfil de atuação na esfera pública dos cientistas sociais. Logo, o *Laboratório* visa a transformação social a partir do diálogo com as prioridades existentes na região, que podem ser atendidas por cientistas sociais em formação, ampliando assim a relação de todo o curso com os diferentes segmentos da sociedade juizforana.

A proposta é que no 6º período do bacharelado ou no 7º período da licenciatura seja disponibilizado aos discentes por meio de uma disciplina extensionista chamada de *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais* um conjunto amplo e variado de projetos, cursos, oficinas, eventos ou prestações de serviços mais específicos por meio dos quais tais estudantes possam desempenhar suas ACE sob a supervisão de docentes e técnico-administrativos atuantes nas Ciências Sociais e no Instituto de Ciências Humanas (ICH).

Caberá à CAEX coordenar de ano em ano a oferta variada de atividades extensionistas neste “cardápio” de possibilidades que pretende ser o *Laboratório*, tendo como sensibilidade máxima saber conciliar as diferentes demandas regionais com os interesses e particularidades temáticas de pesquisa, ensino e extensão dos docentes, técnico-administrativos e discentes de Ciências Sociais em um dado período letivo.

Conforme artigo 9 da Resolução nº 75 de 2022 do CONGRAD/ UFJF, as atividades desenvolvidas como disciplinas a serem computadas como extensão devem ser sempre previamente avaliadas e concebidas no âmbito da CAEX em diálogo com a comunidade acadêmica e externa à UFJF, registradas em Plano Departamental e encaminhadas para validação e registro final junto à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) a cada novo oferecimento. Caberá a cada supervisor do *Laboratório* elaborar um breve programa com as informações básicas a serem desenvolvidas em determinado período letivo, submetendo esta proposta à validação da CAEX.

A título de ilustração, elaboramos abaixo um hipotético período letivo em que o *Laboratório* esteja em carga para a integralização de 120 horas de ACE pelos bacharelados e licenciandos do curso.

Laboratório de Extensão em Ciências Sociais – Ano 1

Turma	Atividade Curricular de Extensão (ACE)	Supervisão	Vagas	Horário
A	Projeto “Presídios e Educação diferenciada”	Prof. Rogéria Martins	15	Terça a tarde
B	Oficina “Violência de gênero em Juiz de Fora”	Prof. Célia Arribas	10	Quarta a noite
C	Evento “EREMECS: Encontro Regional Mineiro de Ensino de Ciências Sociais”	Prof. Rafaela Reis	20	Quinta a noite
D	Projeto “Alimentação na Feira da Avenida Brasil/ Juiz de Fora”	Prof. Rogéria Dutra	10	Segunda a tarde
E	Evento “Debates Contemporâneos em Gênero e Sexualidade”	Prof. Raphael Bispo	15	Sexta a tarde

Assim, no contexto da licenciatura, as 330 horas mínimas de carga-horária de ACE a serem cursadas pelos licenciandos correspondem a um pouco mais dos 10% (dez por cento) do total de 3200 horas necessárias para a finalização completa do curso.

Tais 330 horas de ACE são compostas por: 120 horas do *Laboratório* e por mais outras 210 horas de Práticas como Componente Curricular (PCC) que devem ser desempenhadas nas seguintes disciplinas, cujas características destacadas atendem às questões da comunidade externa da UFJF:

- 30 horas de ACE na PCC de *Prática em Saberes Escolares em Sociologia*
- 60 horas de ACE na PCC de *Prática em Ensino de Sociologia I*
- 60 horas de ACE na PCC de *Prática em Ensino de Sociologia II*
- 30 horas de ACE na PCC de *Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa - Prática*
- 15 horas de ACE na PCC de *Prática em Juventudes, Gerações e Educação*
- 15 horas de ACE na PCC de *Prática em Relações Étnico-raciais e Educação*

Portanto, na Licenciatura de Ciências Sociais, são 330 horas totais de PCC, sendo 210 destas horas voltadas para ACE e as outras 120 para as demais modalidades práticas curriculares, como as mais pedagógicas e de pesquisa. Com as outras 120 horas da disciplina extensionista *Laboratório de Ciências Sociais*, assim serão integralizadas as ACE na licenciatura:

Atividades Curriculares de Extensão (ACE) na Licenciatura	Carga-Horária Total
Laboratório de Extensão em Ciências Sociais	<i>120 horas</i>
Prática como Componente Curricular (PCC) ● 30 horas em <i>Prática em Saberes Escolares em Sociologia</i> ● 60 horas em <i>Prática em Ensino de Sociologia I</i> ● 60 horas em <i>Prática em Ensino de Sociologia II</i> ● 30 horas em <i>Políticas Públicas e Gestão da Educação com Prática Educativa - Prática</i> ● 15 horas em <i>Prática em Juventudes, Gerações e Educação</i> ● 15 horas em <i>Prática em Relações Étnico-raciais e Educação</i>	<i>210 horas</i>
Total para Integralização de ACE na Licenciatura	<i>330 horas</i>

7.3 – Temas transversais: conteúdos étnico-raciais, ambientais e educação para os direitos humanos

Nas últimas décadas, uma série de dispositivos legais introduziu modificações nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) aplicadas a todos os níveis e modalidades do ensino formal em instituições públicas e privadas. O objetivo foi introduzir alguns conteúdos – particularmente os referidos à educação para os direitos humanos, às questões ambientais e

aos conteúdos étnico-raciais – e sua integração à grade curricular de modo transversal, contínuo e permanente.

Entre esses dispositivos estão: a Lei nº 10639 de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; a Resolução do CNE-CP nº 1 de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a “Educação das Relações Étnico-Raciais” e para o “Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”; a Lei nº 11645 de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; a Lei nº 9.795 de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; o Decreto nº 4.281 de 2002 que regulamenta a Lei nº 9.795; e, finalmente, a Resolução do CNE-CP nº 1 de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Os conteúdos curriculares da graduação em Ciências Sociais da UFJF atendem às necessidades legais de trabalhar temas étnico-raciais, relativos à educação para os direitos humanos e ambientais, indo até mesmo além das instruções normativas, uma vez que as Ciências Sociais não somente tratam historicamente desses temas, mas também forjam as teorias que explicam como eles surgiram e se desenvolveram social e politicamente.

Assim, ao observarmos o conteúdo geral do curso de Ciências Sociais, podemos perceber como as teorias da identidade e da estratificação, por exemplo, lidam com a categoria “raça” e suas múltiplas conexões com as desigualdades visíveis da sociedade brasileira e mundial. O sentido do termo “etnicidade”, por exemplo, só pode ser pensado a partir das contribuições da Antropologia no cenário contemporâneo; e o mapeamento do crivo de “raça” nas classes sociais toma, já há anos, a agenda da Sociologia. Afinal, como temas étnico-raciais emergem como núcleos do debate social e se tornam movimentos sociais com efeitos no mundo da política? As respostas presumíveis dessa pergunta repousam no exercício continuado de análise da dinâmica da democracia contemporânea, feita pela Ciência Política, a terceira grande área formadora das Ciências Sociais.

Os temas relativos ao meio-ambiente também se constituem como um objeto multidisciplinar dentro das Ciências Sociais, articulando-se com a dupla chave que foca, de um lado, as transformações globais e os desafios que impõem às sociedades e democracias organizadas em Estados Nacionais e, de outro lado, a resistência de povos tradicionais, que sofrem com os impactos ambientais gerados a partir da modernização no século XX, e que se agravam sistematicamente no mundo em que vivemos.

Nas disciplinas obrigatórias *Introdução à Antropologia*, *Antropologia I*, *Antropologia II* e *Antropologia III* forjam-se transversalmente os instrumentos conceituais para os discentes pensarem raça, identidade, etnicidade e natureza, indo além da perspectiva meramente técnica desses termos, emprestando a eles seu caráter de chaves para o entendimento de como essas categorias são continuamente reinventadas e reconstruídas pelos agentes que as assumem como formas de vida social. O olhar de tais disciplinas sobre essas questões nos convida a pensarmos como os problemas raciais ou ambientais tornam-se linguagens para organizar a sociedade, que podem até ser naturalizadas, mas que são, antes de tudo, invenções necessárias às pessoas que se tornam portadoras de certas falas e modos de agir. A operação antropológica de relativizar as categorias de “raça”, assim como as noções de “indígena”, de “homem”, “mulher”, “negro”, “branco”, “mestiço”, “civilizado”, “heterossexual”, “primitivo”, “natureza”, “cultura” ou qualquer outra que quisermos pôr entre aspas, evidencia a sua dimensão de ideias construídas, dando aos estudantes de

Ciências Sociais especial habilidade para lidar, explicar e descrever as diferentes formas como essas noções se “encarnam” em modos de vida e modos de crença.

Na área de Sociologia, as disciplinas *Introdução à Sociologia*, *Sociologia I*, *Sociologia II* e *Sociologia III* provêm reflexões sobre os processos de modernização e suas modificações na esfera da cultura, na qual cabe um diálogo vivo com o surgimento de ideologias voltadas para a afirmação de direitos e identidades que vão além do individualismo que caracteriza a primeira modernidade, apontando para a fluidez do cenário multicultural. As disciplinas fornecem diferentes maneiras de lidar com a contundente face do problema racial, relativo à desigualdade de renda, de oportunidades, além da segregação espacial urbana que atinge, com enorme visibilidade, a população negra. Da mesma forma, o olhar crítico sobre a violência nesses conteúdos contempla, em grande medida, o tema da punição desigual em função de raça e pobreza.

Nas últimas décadas, no campo dos estudos sobre sociedade civil e movimentos sociais, e também no campo da teoria democrática e das instituições políticas, tem sido crescente a preocupação com processos que transcendem as fronteiras nacionais devido a seu caráter difuso e geral como os movimentos feministas, ambientalistas e pró-identidades étnicas. Compreende-se que tais questões, assim como o pacifismo, o combate à corrupção, a promoção e defesa dos direitos humanos, entre outros, por seu caráter difuso, fazem parte de uma agenda transnacional, que desafia formas tradicionais de se pensar e fazer política. Assim, as disciplinas *Introdução à Ciência Política*, *Política I*, *Política II* e *Política III* fornecem aos alunos conhecimentos referidos aos chamados direitos coletivos que não encontram no indivíduo seu referencial ético e moral, mas dizem respeito ao destino de muitas gerações em muitos contextos. As referidas disciplinas trabalham todos esses temas problematizando a adequação das instituições clássicas do governo democrático representativo para processar os novos e salientes desafios colocados pela realidade socioeconômica mundial, pela complexificação das relações sociais e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, examinando os impactos dessas transformações em termos de pluralização dos atores e lugares de representação e participação políticas.

Dessa forma, este PPC evidencia que tais conteúdos estimulados pelas leis e diretrizes constituem-se como algo que se encontra no cerne do debate do que é fazer Ciências Sociais, sempre havendo nas disciplinas de *Formação Específica/ Núcleo de Formação Geral* discussões dos temas étnico-raciais, relativos aos direitos humanos e de educação ambiental entrecortando todo o currículo existente. O *Ementário* permite a verificação desses conteúdos transversalmente perpassando as ementas das disciplinas de formação do curso. Logo, entendemos que a adequação deste PPC à legislação contempla e até mesmo extrapola as expectativas legais, tendo inclusive o curso de Ciências Sociais muito a contribuir no aparelhamento que toda a UFJF deve fazer a esse respeito.

O presente PPC responde também a essas normas e diretrizes nacionais por meio da implementação de disciplinas específicas na licenciatura que visam entrecruzar tais debates à formação docente, reconhecendo como o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) das Licenciaturas da UFJF trás a tona tais legislações como princípios de equidade e justiça social que devem nortear todos os cursos voltados para a formação de professores na universidade:

“Princípio VIII: A educação em e para direitos humanos como um direito basilar – Compreende reafirmar a Educação em e para os direitos humanos como um direito fundamental, inerente ao direito de todos/as à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em

seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia” (p: 34, Resolução no. 75 de 2018 do CONGRAD/ UFJF).

Assim, em *Relações Étnico-Raciais e Educação*, o discente terá acesso a debates que promovam o reconhecimento e o respeito das diversidades étnico-raciais brasileiras nas escolas, através de procedimentos de ensino-aprendizagem que contemplam valores, atitudes e práticas sociais capazes de expressar a cultura dos direitos humanos em sua interface com o ensino na educação básica. Na disciplina *Juventudes, Gerações e Educação*, a ênfase recai no desenvolvimento de ações educativas que estimulam e incentivam o envolvimento dos estudantes com o reconhecimento e o respeito à diversidade geracional/etária, incluindo o desenvolvimento de estratégias para a educação de crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos, sempre de forma interseccional com as diversidades de gênero, sexuais, religiosas, etc.

As disciplinas eletivas de Ciências Sociais também atendem amplamente a proposta de inclusão de debates sobre direitos humanos, questões ambientais e conteúdos étnico-raciais na grade do curso, ampliando o “cardápio” para os discentes interessados em se aprofundar mais ainda nesses temas. Destacamos: *Gênero e Sexualidade; Etnologia Indígena; Estudos Afro-Brasileiros; Pessoa, Indivíduo e Modernidade; Antropologia do Curso da Vida e Gerações; Antropologia da Natureza; Antropologia da Alimentação; Antropologia, Memória e Patrimônio Cultural; Desigualdades e Democracia; Gênero e Política; Movimentos Sociais e Cidadania; Pensamento Político Latino-Americano; Política Pós-Colonial e Decolonial; Raça e Política; Sociologia das Relações Étnico-Raciais; Sociologia das Relações de Gênero; Sociologia do Meio Ambiente; Sociologia do Trabalho, dentre muitas outras.*

Assim, o curso de Ciências Sociais, em atendimento às disposições legais e pedagógicas oriundas da política de graduação da UFJF, encontra-se em consonância com todos os dispositivos legais que alteraram as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis aos níveis e modalidades do ensino formal em instituições de ensino públicas e privadas, tratando a abordagem, tanto da educação ambiental, quanto dos conteúdos étnico-raciais e da educação para os direitos humanos de uma forma, como já enfatizamos, que vai além do reconhecimento dessas questões, constituindo-as como objetos estruturalmente discutidos pelo curso.

7.4 – Flexibilização Curricular: Atividades Complementares

Entende-se por flexibilização curricular as atividades acadêmicas teórico-práticas que garantem aos discentes participarem da construção de seu próprio currículo e que incentivam a produção de formas diversificadas e interdisciplinares do conhecimento. Também conhecidas simplesmente como *Atividades Complementares*, a flexibilização deve propiciar aos alunos a oportunidade de se inteirarem acerca das diferentes áreas do conhecimento, de se prepararem para a escolha de uma especialização, de desenvolverem o senso crítico e, principalmente, de estabelecerem parâmetros práticos para sua atuação profissional, tornando-se uma ponte entre a teoria e a prática.

No âmbito da Licenciatura em Ciências Sociais, *Atividades Complementares* devem ser, justamente, atividades que sirvam para enriquecer o currículo, permitindo que o discente também reconheça e avalie suas habilidades e competências, inclusive fora do ambiente universitário. Isso porque as *Atividades Complementares* são componentes

curriculares que não são alocadas em nenhum semestre específico. Possibilitam a aquisição de habilidades e competências segundo as necessidades do estudante, podendo ser realizadas intra e extramuros, por meio da presença deles em eventos, congressos, bolsas de iniciação científica e de extensão, estágios não-obrigatórios, entre outras atividades. Respeitadas as competências e habilidades desenvolvidas no transcorrer do curso, as *Atividades Complementares* possibilitam ao discente adicionar novos conhecimentos ao seu programa de estudos, superando a concepção do currículo como um compartimento de conhecimentos fixos e padronizados.

Em consonância o art. 1º, IV da Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, o aluno da habilitação em Licenciatura em Ciências Sociais deverá cumprir, no mínimo, 190 horas de *Atividades Complementares* para conclusão da mesma. A solicitação do cômputo dessas atividades deve ser requerida na Coordenação do Curso (COC), acompanhada dos documentos comprobatórios exigidos na tabela presente no Anexo 5 deste PPC, conforme o RAG (Regimento Acadêmico da Graduação) da UFJF.

Os certificados devem conter informação sobre a atividade realizada, período e carga-horária. Só serão consideradas as atividades realizadas durante o período em que o discente cursou o curso de licenciatura. Após avaliação, a COC encaminha a documentação para a Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos (CDARA) para a devida anotação da carga horária no histórico escolar.

O RAG define, no Anexo I, as atividades previstas para a flexibilização curricular e a carga-horária a ser validada no período letivo no âmbito da UFJF. De modo geral, são consideradas como *Atividades Complementares*: os Programas Institucionais de Bolsas de Monitoria, de Treinamento Profissional, de Projetos de Pesquisa e de Extensão; estágios extracurriculares, previamente conveniados com a UFJF; a participação em Cursos de Treinamento, Grupos de Estudo e eventos afins. Os acadêmicos poderão, ainda, atuar em projetos de Iniciação Científica, dentre os quais: BIC, PIBIC e PROBIC. Destaca-se também o PIBID, voltado para a Iniciação à Docência.

Este Projeto Pedagógico segue as proposições do RAG para o aproveitamento de horas de *Atividades Complementares*. A tabela anexada neste PPC no anexo 5, é a mesma disponibilizada no anexo I do RAG, sintetizando a carga-horária máxima bem como as atividades que podem ser consideradas como complementares ao Curso de Ciências Sociais.

7.5 – Estágios Curriculares Obrigatórios

Entende-se como estágio curricular obrigatório aquele cuja carga horária é requisito parcial para aprovação e obtenção de diploma, sendo considerado uma atividade acadêmica específica obrigatória e que exige matrícula prévia pelos discentes.

De acordo com o PPI das Licenciaturas da UFJF e em comunhão com a Resolução CNE/CEP nº 2 de 2015, os Estágios Curriculares Obrigatórios constituem o *Núcleo Profissionalizante (Núcleo 3)* na formação inicial de professores(as) da educação básica e contém “conhecimentos teóricos, conceituais e pedagógicos [...] necessários para a atuação profissional na respectiva área, nas distintas etapas e modalidades do ensino [...]” (Resolução nº 75 de 2018 do CONGRAD/ UFJF, p.49), conforme melhor explicado no tópico 5 deste PPC.

No âmbito do Curso de Ciências Sociais, estágios obrigatórios são componentes curriculares na habilitação licenciatura. Eles são desenvolvidos a partir da realização e aprovação dos discentes em quatro disciplinas indicadas no 8º e 9º períodos da Estrutura

Curricular do curso, contida neste PPC. As disciplinas de *Reflexões sobre a atuação no espaço escolar I – Ensino de Sociologia* (60h) e *Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia I* (140h), possuem co-requisitação e, portanto, devem ser realizadas concomitantemente. As disciplinas *Reflexões sobre a atuação no espaço escolar II – Ensino de Sociologia* (60h) e *Estágio Supervisionado no Ensino de Sociologia II* (140h), além da co-requisitação, também possuem como pré-requisito o curso e a aprovação nas duas primeiras.

As atividades desenvolvidas nestas disciplinas envolvem a inserção do futuro professor em instituição escolar de forma orientada e com acompanhamento contínuo realizado por parte de docente orientador (professores das disciplinas na UFJF), e pelo supervisor escolar, professor de Sociologia da educação básica, que acolherá o estagiário. Serão atividades de reflexão, planejamento e de preparação para sua atuação e intervenção na escola/campo de estágio.

Considerando que as escolas públicas estaduais recebem o maior número de matrículas de estudantes do Ensino Médio no Brasil (conforme dados do Censo da Educação Básica de 2022), e que esta é a etapa prioritária na oferta de Sociologia escolar em nosso país, o PPC do Curso de Ciências Sociais indica pela realização, obrigatória, dos estágios curriculares nas escolas públicas, sendo admitida a realização nas escolas públicas das redes estadual e federal e vedada às escolas privadas. Admite-se, ainda, a realização dos Estágios Curriculares Obrigatórios no anos finais do ensino fundamental II, caso, no futuro, haja a oferta na rede pública (estadual e federal) do ensino de Sociologia.

Considerando a reforma do Novo Ensino Médio aprovada pela Lei 13.415/2017, considera-se, ainda, a possibilidade que sejam realizados os Estágios Curriculares Obrigatórios, na educação básica, em disciplinas de Itinerários Formativos na área de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas; ou de outros componentes curriculares que admitam a docência ser realizada por professor licenciado em Ciências Sociais/ Sociologia.

Forçoso destacar que, seja a disciplina de Sociologia ou qualquer outra admitida acima, o licenciando poderá realizar seu Estágio Curricular Obrigatório somente com profissionais licenciados em Ciências Sociais/Sociologia, sendo admitido, porém, em último caso, com bacharéis em Ciências Sociais/ Sociologia que estejam em sala de aula da educação básica.

Cumpra lembrar que, segundo dados do censo da educação básica de 2022, cerca de 30% dos profissionais que lecionam Sociologia nas escolas brasileiras não são licenciados na área. Sendo assim, a proposição deste PPC em vetar a realização de estágio com profissionais não formados em Ciências Sociais é para garantir a qualidade no processo de formação, visto que cada componente curricular possui suas especificidades metodológicas. Além disso, o município de Juiz de Fora, exatamente por receber profissionais formados pela licenciatura em ciências sociais da UFJF, tem disponíveis inúmeras escolas estaduais e federais com esse perfil de formação indicado.

No que compete a redução da carga-horária de Estágio Curricular Obrigatório, conforme o PPI das Licenciaturas, será possível em até 25% (100h) apenas para discentes que estejam cursando a segunda licenciatura e que comprovem o efetivo exercício docente na educação básica durante a realização dos Estágios.

Finalmente, importa esclarecer que a busca pela escola/campo de Estágio, contato com os supervisores, preenchimento da documentação no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da UFJF, assinatura no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFJF e acompanhamento de todo o processo nas plataformas mencionadas, até a homologação da documentação e autorização para iniciar as atividades nas escolas, é de responsabilidade do

discente, ainda que haja em todo o momento orientação por parte dos docentes responsáveis pela orientação de Estágios na UFJF. O licenciando jamais poderá iniciar suas atividades de Estágio Curricular Obrigatório sem que tenha em mãos a homologação da sua documentação bem como seu *Plano de Atividade de Estágio (PAE)* devidamente preenchido e assinado.

Situações de exceção, como períodos pandêmicos e desencontros de calendários da UFJF com a da escola básica, em vista de greves, serão observadas por resoluções indicadas pela Coordenação de Estágios da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFJF.

7.6 – Estágios Supervisionados Não-obrigatórios

O aluno da licenciatura, além dos estágios obrigatórios mencionados no item 7.5, também desenvolve no curso estágios não-obrigatórios, os quais vêm sendo acompanhados também pela Coordenação do Curso.

É facultado ao discente do curso de Ciências Sociais a realização de estágio curricular não-obrigatório, em atividades que tenham estreita relação com a formação apresentada neste PPC. O estágio não-obrigatório poderá ter, no máximo, 30 horas semanais. A duração do estágio não-obrigatório, na mesma parte concedente, não poderá exceder dois 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com algum tipo de deficiência.

As atividades do estágio não-obrigatório não deverão se sobrepor aos horários das disciplinas que o estudante estiver matriculado, não podendo também interferir ou suplantar o desempenho acadêmico do estudante, conforme previsto no §2 do art. 10 da Lei nº 11.788/2008.

As atividades de estágio não obrigatório deverão ser registradas no *Plano de Atividades de Estágio (PAE)*, a ser deferida pelo professor orientador do estágio e devidamente tramitada pelas instâncias da UFJF.

Os discentes de Ciências Sociais poderão realizar estágio não-obrigatório a partir do 2º (segundo) período do curso, se tiverem sido aprovados em pelo menos 04 disciplinas necessárias para a integralização do curso, podendo este se estender até o 8º (oitavo) período do curso.

Cada professor poderá orientar no máximo três estudantes por semestre letivo. Cabe ao professor orientador o acompanhamento efetivo, sistemático e processual do desenvolvimento e avaliação das atividades de acordo com o *Plano de Atividades de Estágio (PAE)* do estagiário. Mais informações sobre as dinâmicas de orientação de estágio são encontradas no Anexo 4 deste PPC.

É obrigatório que o discente em estágio não-obrigatório apresente periodicamente relatório de suas atividades ao docente orientador, acompanhado da avaliação do supervisor de campo, em prazo não superior a 6 (seis) meses.

Conforme previsto na Lei Federal de Estágio, o estagiário deverá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como a do auxílio-transporte e contratação de seguro contra acidentes pessoais por parte da concedente.

Nos casos em que a vigência do estágio obrigatório remunerado for superior à carga horária da disciplina do estágio, após o término da carga horária inicial prevista do estágio obrigatório, caso haja interesse das partes envolvidas na permanência do estagiário na concedente, deverá ser realizado Aditivo ao *Termo de Compromisso de Estágio*, alterando

sua modalidade para não obrigatório (o que implica apresentação também de novo *Plano de Atividades*) e dilatando sua vigência.

Os PPCs que admitem a realização de estágio não obrigatório pelos estudantes e optarem pela possibilidade do estágio não obrigatório em regime remoto, deverão estabelecer as especificidades e as condições para a sua realização, considerando a natureza da atividade e a sua contribuição para a formação dos discentes, conforme consta do §1º, Art. 1º, da Resolução CONGRAD nº 89/2022.

O estágio-não obrigatório poderá ser contabilizado como *Atividades Complementares* para a integralização do curso (flexibilização curricular) até o limite máximo de 60 horas por semestre letivo regular, conforme o item 7.4 deste PPC.

7.7 – Aproveitamento de Estudos : Dispensa e equivalência de disciplinas

Os referenciais do reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas em outras formações ou contextos que norteia o Curso de Ciências Sociais da UFJF visam facilitar ao máximo o aproveitamento dos estudos realizados durante o curso (*Equivalência de disciplinas*) e também o aproveitamento de estudos realizados em cursos de graduação anteriores (*Dispensa de disciplinas*).

Para tal, se o aluno cursou alguma disciplina na UFJF com conteúdo semelhante às disciplinas obrigatórias ou eletivas do curso enquanto estiver na graduação de Ciências Sociais, deverá solicitar a *Equivalência de disciplina* no histórico escolar, após a qual contará horas automaticamente para a integralização do curso. No caso do aluno ter cursado disciplina similar em outra graduação não pertencente à UFJF, deverá seguir os procedimentos da universidade para *Dispensa de disciplina*.

Em todo caso, este PPC visa ser aberto e plural para acatar as possibilidades de *Equivalência* e *Dispensa* de disciplinas apresentadas pelos discentes, obviamente, quando os conteúdos formativos entre elas forem semelhantes aos apresentados ao longo deste documento.

Cabe realçar também que admite-se o aproveitamento de carga horária cursada em disciplina de curso de pós-graduação stricto sensu de Instituição de Ensino Superior, seja disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas. Caberá a Coordenação do Curso (COC) averiguar o conteúdo e emitir pareceres de *Equivalência* ou *Dispensa* de disciplinas quando assim for demandada pelos discentes.

Entretanto, é preciso realçar que um conjunto específico de disciplinas que compõem a grade do curso precisa ter o aproveitamento de estudos melhor delimitado. Não serão concedidas *Equivalências* ou *Dispensas* para as disciplinas práticas que são co-requisitos de disciplinas teóricas ou também para a carga-horária prática que compõe disciplinas classificadas como teórico-práticas na grade do curso, exceto em casos excepcionais que deverão ser analisados pelo Colegiado do Curso (CLC).

Assim, por exemplo, disciplinas como *Prática em Saberes Escolares em Ciências Sociais, Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II* (com 30h de atividade prática incluída), *Prática em Instrumentos Técnico-profissionais das Ciências Sociais, Prática em Ensino de Sociologia I*, entre outras, não poderão ter apenas a dimensão prática validada por meio de dispensas ou equivalências. Isso porque acredita-se que tal dimensão prática presente nestas disciplinas retroalimenta os debates mais teóricos desenvolvidos nas mesmas. Portanto, o discente deverá sempre solicitar equivalências e dispensas de todo o conteúdo dessas disciplinas,

tanto para aquelas teóricas acompanhadas de co-requisitos práticos, quanto para as teórico-práticas com carga horária prática embutida no cômputo geral da disciplina.

A disciplina de caráter extensionista *Laboratório de Extensão em Ciências Sociais* poderá ter a solicitação de dispensa efetuada pelo discente através de documentos que comprovem a realização de pelo menos 120 horas de atividades de extensão na UFJF ao longo do curso por meio de Programas de Extensão ou similares, como aqueles patrocinados por editais da própria universidade. Os comprovantes serão encaminhados para análise da Comissão de Acompanhamento de Atividades de Extensão (CAEX). Caso prefira realizar as atividades do *Laboratório*, o discente poderá ter suas horas de atividades de extensão aproveitadas na flexibilização curricular exigida por este PPC no tópico 7.4.

No mais, para fins de fruição entre as duas modalidades do curso de ciências sociais (bacharelado e licenciatura), este PPC declara a equivalência automática entre as seguintes disciplinas ministradas no âmbito da UFJF. Caso o aluno já tenha cursado uma delas ao longo do curso de ciências sociais, não precisará cursar aquela que sua habilitação exige:

Disciplinas Equivalentes no Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura)	
CSO 151 - Metodologia de Pesquisa Sociológica	CSO 014 - Métodos e Técnicas de Pesquisa I
CSO XXX - Metodologia de Pesquisa em Ciência Política	CSO 015 - Métodos e Técnicas de Pesquisa II
LEM 184 - Libras e Educação para Surdos	UNI 015 - Libras Instrumental I

8 – EMENTÁRIO

8.1 – Disciplinas Obrigatórias do Ciclo Básico (Núcleo de Formação Geral)

ANTROPOLOGIA I

Código: CSO010	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Introdução à Antropologia	
EMENTA	
Introdução às principais vertentes que marcaram a constituição e a história da Antropologia, entre o fim do século XIX e o início da década de 1950. Os conceitos de cultura e de sociedade como matrizes do pensamento antropológico. Franz Boas e seus desdobramentos na escola cultural norte-americana. O estrutural-funcionalismo e a contribuição da Antropologia social britânica. A Escola Sociológica Francesa e suas influências no pensamento antropológico.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Método indutivo e relativismo cultural 2. Cultura e personalidade 3. Estrutura social e função 4. Parentesco, política e conflito social 5. Representação, classificação e reciprocidade	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BOAS, Franz. 2006. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar. BENEDICT, Ruth. 2013. Padrões de cultura. Petrópolis: Vozes. EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. 1978. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva. MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 (1922). Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural. MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify. MEAD, Margareth. 2009. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva. RADCLIFFE-BROWN, A.R. 1973. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes. BATESON, Gregory. Naven. 2008 (1936). São Paulo: Edusp. BATESON, Gregory. 1972. Steps to an ecology of mind. New Jersey/ London: Jason Arosen Inc. BEATTIE, John. 1977. Introdução à antropologia social. 2a. ed. São Paulo: Companhia Nacional. BOAS, Franz. 1940. Race, language and culture. New York: Macmillan. BOAS, Franz. 2010. A mente do ser humano primitivo. Petrópolis: Vozes. BENEDICT, Ruth. 1972. O crisântemo e a espada. São Paulo: Perspectiva. EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. 1985. Antropologia Social. Lisboa: Edições 70. EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. 2005 (1937). Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
EVANS-PRITCHARD, Edward Evans.; FORTES, Mayer. 1981. Sistemas políticos africanos. Lisboa: Calouste Gulbenkian. KUPER, Adam. 1977. The social anthropology of Radcliffe-Brown. London: Routledge & K. Paul KUPER, Adam. 1978. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves. KUPER, Adam. 2002. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc. KUPER, Adam. 2008 (2005). A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um mito. Recife: Ed. UFPE.	

PEIRANO, Mariza. 2006. A teoria viva e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Zahar.
 MALINOWSKI, Bronislaw. 1972. A vida sexual dos selvagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
 MALINOWSKI, Bronislaw. 2001 (1935). Coral gardens and their magic. London and New York: Routledge.
 MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.
 MAUSS, Marcel. 2005. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva.
 MEAD, Margaret. 1961. Adolescência e cultura em Samoa. Buenos Aires: Paidós.
 MEAD, Margaret. 2001 (1975). Growing up in New Guinea. Perennial Classics.
 STOCKING Jr., George (org.). 2004. Franz Boas: a formação da antropologia americana 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto/ UFRJ.

ANTROPOLOGIA II

Código: CSO042	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Antropologia I	

EMENTA

Introdução ao pensamento antropológico desenvolvido entre as décadas de 1950 e 1970. O estruturalismo de Lévi-Strauss e sua influência na disciplina. A Escola de Manchester, as sociedades complexas e as ressignificações do funcionalismo britânico. Práticas rituais e simbolismos na antropologia. A antropologia interpretativa de Clifford Geertz. Estrutura e história em Marshall Sahlins. As relações de parentesco na sociedade contemporânea.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Análise estrutural
2. Movimentos, mudanças e conflitos sociais
3. Rituais, poder e liminaridade
4. Hermenêutica e a cultura como texto
5. Estrutura e história
6. Críticas ao parentesco

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GEERTZ, Clifford. 1997. O saber local. Petrópolis: Vozes.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. 1975. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
 GLUCKMAN, Max. 1987. "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna". In: Feldmann-Bianco, B. (org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos. São Paulo: Global.
 TURNER, Victor W. 1974 (1969). O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes.
 DOUGLAS, Mary 1976. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva.
 DOUGLAS, Mary. 2007 (1986). Como as instituições pensam. São Paulo: EDUSP.
 DOUGLAS, Mary. 2006. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Ed UFRJ.
 DUMONT, Louis 1983. Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Seuil.
 DUMONT, Louis 1992. Homo hierarchicus: le système des castes et ses implications. Paris: Gallimard.
 GEERTZ, Clifford. 1989. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC.
 GEERTZ, Clifford. 1995. Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo. Petrópolis: Vozes.
 GEERTZ, Clifford. 2001. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Zahar.
 GEERTZ, Clifford. 2002. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Ed UFRJ.
 GEERTZ, Clifford. 2004. Observando o Islã. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEACH, Edmund R. 1964. Political systems of Highland Burma. Boston, Beacon Press.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1976. Antropologia estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
 LÉVI-STRAUSS, Claude, 1976 (1966). O pensamento selvagem. São Paulo: Nacional.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. 1979. Tristes trópicos. Lisboa: Edições 70.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. 1986. O olhar distanciado. Lisboa: Edições 70.
 SAHLINS, Marshall. 1991. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar.
 SAHLINS, Marshall. 1979. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar.
 SAHLINS, Marshall. 2004. Cultura na prática. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
 SCHNEIDER, David M. 2016. Parentesco Americano: uma exposição cultural. Petrópolis: Vozes.
 TURNER, Victor W. 2005. Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Niterói: EdUFF.
 TURNER, Victor W. 2008 (1974). Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUFF.
 VAN GENNEP, Arnold. 2011. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes.

ANTROPOLOGIA III

Código: CS0043	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Antropologia II	
EMENTA	
As perspectivas antropológicas a partir da década de 1980. Os usos das identidades e a diversidade cultural no mundo globalizado. Urbanidades, metrópoles e redes sociais. As críticas feministas e a política do ocidentalismo. Pós-modernismo e dilemas do texto etnográfico. Natureza, cultura e limites do pensar antropológico. Antropologia da ciência e das tecnologias.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Razão cultural e a crítica política ao ocidentalismo 2. Cultura como texto: a crítica pós-moderna 3. Crítica às noções de sociedade e cultura 4. Relativismo e antropologia simétrica 5. Para uma antropologia “pós-social”	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ASAD, Tal (ed.). 1973. Anthropology & the Colonial Encounter. London: Ithaca Press. BARTH, Frederik. 2000. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa. CLASTRES, Pierre. 1986. A sociedade contra o estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves. CLASTRES, Pierre. 2004. Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac e Naif. CLIFFORD, James. 2002. A experiência etnográfica. Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. DAS, Veena. 2020. Vida e Palavras. São Paulo: Unifesp. DUARTE, Luiz Fernando Dias. 2004. A pulsão romântica e as ciências humanas no Ocidente. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 5-19. GELL, Alfred. 1998. Art and Agency. Oxford: Oxford University Press. GELL, Alfred. 2014. A antropologia do tempo: construções culturais de mapas e imagens temporais. Petrópolis: Vozes. HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). 1994. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura, Rio de Janeiro: Rocco. LATOUR, Bruno. 2015. Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Ed UFBA. LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. 1997. A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará.	

ORTNER, Sherry. 2011. Teoria na antropologia desde os anos 60. *Mana*, v. 17, n.2, p: 419-466.
 PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1998. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v.4, n.1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PEIRANO, Mariza. 1995. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
 RABINOW, Paul. 1999. Antropologia da razão. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
 ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise (orgs.). 1979. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 STOCKING Jr, George W. (ed.). 1991. Post-Colonial Situations: Essays in the Contextualization of Ethnographic Knowledge. Madison: University of Wisconsin Press.
 STRATHERN, Marilyn. 2006 [1988]. O gênero da dádiva. Campinas: Ed. UNICAMP.
 STRATHERN, Marilyn. 2014. O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac e Naify.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. "O nativo relativo". *Mana*, 8 (1): 113-148.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2013. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac e Naify.
 WAGNER, Roy. 2010 [1975] A invenção da cultura. São Paulo: Cosac e Naify.

ECONOMIA

Código: ECO034	Departamento: Economia
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O objetivo da disciplina é fornecer aos alunos instrumentos necessários à compreensão dos elementos básicos à introdução da teoria econômica, a partir de uma ampla visão dos conceitos e abordagens microeconômicas e macroeconômicas e suas extensões teóricas. Serão abordados conceitos fundamentais que regem os princípios econômicos e seus desdobramentos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1) Introdução • Conceito de economia; • Problemas econômicos fundamentais; • Análise positiva versus análise normativa; • Curva de Possibilidade de Produção; • Fluxo Circular da Renda; • Economia de Mercado.	
2) Introdução à microeconomia • Conceito; • Hipótese de ceteris paribus; • Hipótese de racionalidade; • O indivíduo na ciência econômica – agente racional; • Classificação dos bens; • Papel dos preços relativos; • Objetivos da empresa.	
3) As forças do mercado – Demanda, Oferta e Equilíbrio de mercado • Demanda de mercado; • Oferta de mercado;	

- Inclusão do governo;
 - Elasticidades
- 4) Excedentes; Externalidades
- Excedente do consumidor;
 - Excedentes dos produtores;
 - Equilíbrio;
 - Externalidades;
 - Assimetria de Informação;
 - Risco Moral
- 5) Introdução à macroeconomia
- Conceitos necessários à análise macroeconômica;
 - Instrumentos de política;
 - Estrutura de análise macroeconômica
- 6) Contabilidade social
- Princípios das Contas Nacionais;
 - Economia de dois setores, três setores e aberta;
 - PIB nominal;
 - PIB real;
 - Deflatores e índices.
- 7) Mercado de bens e serviços
- Introdução ao modelo IS-LM (teoria keynesiana);
 - Uma interpretação clássica da Teoria Geral – John Hicks;
 - Política Fiscal;
 - Mundo real versus Mundo nominal;
 - Inflação e desemprego – uma discussão sobre expectativas;
- 8) Mercado monetário
- Funções da moeda e tipos;
 - Oferta de moeda;
 - Demanda por moeda;
 - Taxa de juros;
 - Uma análise do sistema brasileiro – Regime de Metas e Novo Consenso Macroeconômico;
- 9) Setor externo
- Taxa de câmbio;
 - Políticas externas;
 - Estrutura do balanço de pagamentos.
- 10) Desenvolvimento e crescimento econômico
- Diferenças entre crescimento e desenvolvimento;
 - Teorias do crescimento econômico;
 - Teorias de desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIW, G. Introdução à economia. 8a Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2020.
 VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, v. 6, 2018.
 VASCONCELLOS, M. Economia: micro e macro, 6a Edição. São Paulo: Atlas, 2015.
 GIAMBIAGI, Fabio et al. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Elsevier Brasil, 2013.
 PINHO, D. & VASCONCELLOS, M. Manual de economia: equipe de professores da USP, 7a Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PEIRANO, Mariza. 1995. A favor da etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
 KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Macroeconomia. Reverté, 2019.
 VARIAN, Hal R. Microeconomia: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro, RJ-9a edição: Elsevier, 2015.

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

Código: CSO093	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O curso visa introduzir os alunos ao campo epistemológico da Antropologia, destacando suas origens, conceitos básicos e questões que desafiam a disciplina. A Antropologia no quadro das ciências, seus objetivos e perspectivas. A unidade da espécie humana e a diversidade cultural. O conceito de homem nos séculos XVIII e XIX. Etnocentrismo e colonialismo. As primeiras teorias e escolas do Século XIX.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Contexto histórico da Antropologia
2. Antropologia no campo das Ciências Sociais
3. A descoberta do outro: sociedades primitivas, colonialismo e imperialismo
4. Evolucionismo social e difusionismo
5. Crítica às teorias do século XIX

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAS, Franz. 2006. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar.
 ESTEVES, Lenita Rimoli e AUBERT, Francis Henrik. 2008. "Shakespeare in the bush": História e tradução. Tradução e Comunicação - Revista Brasileira de Tradutores, no. 17, p. 135-159.
 CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. São Paulo: Revista de Antropologia, USP, v.39, n.1.
 CASTRO, Celso. 2005. Evolucionismo Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
 DA MATTA, Roberto. 1987. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco.
 GEERTZ, Clifford. 1993. "O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem". In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Eds, 1993(1973). pp. 45-66.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

INGOLD, Tim. 1995. "Humanidade e Animalidade". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 28, p. 39-53.
 LAPLANTINE, François. 1988. Aprender Antropologia. São Paulo: Ed. Brasiliense.
 LARAIA, Roque de Barros Laraia. 2005. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
 MAFRA, Clara. A arma da cultura e os universalismos parciais. Mana 17(3): 607-624, 2011.
 MILLER, Horace. O ritual do corpo entre os nãcurema. (tradução para fins didáticos).

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA

Código: CSO110	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A disciplina pretende introduzir os(as) estudantes ao estudo da política abordando seus conceitos e teorias centrais, bem como o repertório de problemas e questões investigados no âmbito da teoria e da ciência política. Ao final do curso os(as) estudantes devem estar familiarizados com noções como as de poder, Estado, cidadania, representação e participação políticas e compreender os principais debates travados no âmbito da ciência política.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Poder, política e instituições.
2. Estado, cidadania e direitos.
3. Regimes políticos.
4. Representação e participação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BENDIX, R. 1996. Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp.
- BOBBIO, Norberto. "Política". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.) Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, pp. 954-962.
- BOBBIO, Norberto. "Poder". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.) Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, pp. 933-939.
- BOBBIO, Norberto. 1986. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto Bobbio. Teoria Geral da Política. Campus, 2000.
- BOBBIO, Norberto. (1980). A teoria das formas de governo. Brasília, UNB.
- CARNOY, Martin. "Marx, Engels, Lênin e o Estado", em: Estado e Teoria Política. Campinas: Papirus, 1990, p. 63-87.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 7-13; 219-229.
- DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó, SC: Argos, 2007, 590 p.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania. Do que estamos falando? In: MATO, Daniel (Org.) Políticas de ciudadanía en tiempos de globalización. Caracas: FACES, 2004, p. 95-110.
- DAHL, R. A. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 1997.
- DUVERGER, Maurice. "O objeto da Ciência Política". In: _____. Ciência Política. Teoria e Método. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 9-26. KAPLAN, Abraham e
- DUVERGER, Maurice. Os Regimes Políticos. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, pp. 7-62.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, São Paulo, nº36, 1995.
- HELD, David. "Participação, liberdade e democracia". Modelos de Democracia. Belo Horizonte: Paideia, 1987.
- LIMONGI, F. (1999), "Institucionalização política". In S. Miceli (org.), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), São Paulo, Sumaré/Anpocs.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MANIN, Bernard. (1995) "As Metamorfoses do Governo Representativo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 10, n. 29, p. 534.
- MARSHALL, T. 1967. "Cidadania e Classe social". In Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar.
- PASQUINO, Gianfranco. 2010. Curso de ciência política. Parede, Portugal: Príncipe Editora.
- PITKIN, Hanna (1983). "O Conceito de Representação", in: F. H. Cardoso e C. E. Martins (orgs), Política & Sociedade, São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- RIBEIRO, João Ubaldo. Política. Quem manda, por que manda, como manda. 3ª Ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 15-24.

SARTORI, Giovanni. "O que é a política". In: Política. Pensamento Político. Brasília: Ed. UNB, p. 157-174.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. *Cadernos da UnB*, 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília. p. 43-51.

SELL, Carlos Eduardo. "Ideologias políticas". Introdução à Sociologia Política. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 51-78.

WEBER, Max. "A política como vocação". In: Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1993. p. 55-64 (1); p.109-124.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Vol.2. Brasília: Ed. UNB, 1999 [Capítulo IX: Sociologia da dominação. Seções I e II], p. 187-233.

WEBER, Max. "Dominação". In F. H. Cardoso e C. E. Martins (orgs), Política & sociedade. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1983 : 9-20.

INTRODUÇÃO À CIÊNCIAS HUMANAS

Código: CREXXX	Departamento: Ciências da Religião
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A disciplina, de caráter introdutório, pretende apresentar ao discente as questões mais gerais sobre o lugar das Ciências Humanas no âmbito geral do conhecimento, especialmente do conhecimento científico. Com foco no desenvolvimento histórico das áreas do conhecimento hoje comumente incluídas na categoria das Ciências Humanas, esta disciplina tem por objetivo introduzir o discente nas principais discussões sobre o estatuto epistemológico das Humanidades, bem como sobre os desafios de se pensar conjuntamente cada disciplina em uma perspectiva multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria do Conhecimento: mito e logos, doxa e episteme;
2. A *physis* e o ser humano no pensamento da Antiguidade;
3. A formalização de disciplinas acadêmicas no Medievo: escolas, universidades e as artes liberais;
4. Relações pré-modernas entre episteme, autoridade e tradição; a modernidade e o declínio da autoridade da tradição: reforma protestante, a indução baconiana e o racionalismo cartesiano;
5. A crítica humeana à indução, o iluminismo e a abordagem kantiana da razão; romantismo e positivismo no século XIX; Dilthey e as *Geisteswissenschaften*;
6. As Ciências Sociais: Marx, Durkheim e Weber; as ideias de revolução e utopia;
7. O positivismo lógico no século XX e a abordagem popperiana de demarcação da ciência; Kuhn e a estrutura das revoluções científicas;
8. A superespecialização contemporânea e os desafios da interdisciplinaridade; Edgar Morin e o pensamento complexo.
9. Os dilemas da modernidade: modernidades múltiplas, colonialidade, decolonial;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BACON, Francis. *Novum Organum*; Nova Atlântida. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. Coleção Os Pensadores, v. XIII. São Paulo: Nova Cultural, 1973

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1996.

CHALMERS, Alan F. *O que é ciência afinal?* Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. Tradução de José Arthur Gianotti. In: COMTE, Auguste; DURKHEIM, Émile. Os Pensadores, v. XXXIII. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

DESCARTES, René. *Discurso do método*; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Junior. Coleção Os Pensadores, v. XV. São Paulo: Nova Cultural, 1973.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DILTHEY, Wilhelm. *Introdução às ciências humanas*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Margarida Garrido Esteves. In: COMTE, Auguste; DURKHEIM, Émile. *Os Pensadores*, v. XXXIII. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

HABERMAS, Jürgen. A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos estudos CEBRAP*, v. 18, 1987.

INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA

Código: GEOXX	Departamento: Geociências
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Introdução à ciência geográfica. Base conceitual do estudo das dinâmicas socioambientais. Base conceitual do estudo das dinâmicas socioespaciais. A relação entre dinâmicas socioambientais e dinâmicas socioespaciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Espaço, sociedade e natureza: elementos para uma leitura geográfica de mundo
2. A produção do espaço
 - 2.1. Desenvolvimento geográfico desigual
 - 2.2. Espaço, técnica e trabalho na (re)produção da sociedade
 - 2.3. A geograficidade do processo de socialização da natureza
 - 2.4. A centralidade do território no enfrentamento do desafio ambiental
3. Paradigma do antropoceno e suas relações com a sociedade
4. A Natureza enquanto base material do capitalismo; abordagem em diferentes escalas
 - 4.1 Contradições no uso das águas e do substrato geológico e geomorfológico
 - 4.1.2 Transição energética, energia limpa e o Sul global
 - 4.2 Contradições no uso da terra: agronegócio e contradições no uso da terra
 - 4.3 Contradições do uso da terra na cidade e no campo
 - 4.4. Acesso desigual ao patrimônio ambiental, desigualdades socioespaciais
5. Trabalho de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: _____. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. *Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais*. In: _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Desenvolvimento geográfico desigual e produção do espaço*. In: _____. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

MASSEY, Doreen B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 312 p. ISBN 9788528613070.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p. (Coleção Milton Santos; 1). ISBN 9788531407130.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994. 190 p. (Geografia: teoria e realidade; 25). ISBN 8527102684.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

Código: CSO112	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

As origens da imaginação sociológica – Elementos históricos que configuram o surgimento da sociologia - capitalismo e modernidade - Os pressupostos do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais - Elementos do pensamento sociológico; analisar os múltiplos níveis dos fenômenos sociais e as conexões entre eles - O ofício do sociólogo no mundo contemporâneo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Os elementos históricos do surgimento da Sociologia – Capitalismo e Modernidade
2. Os pressupostos do conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais
3. Configurações do pensamento sociológico - objetividade versus subjetividade
4. Elementos do pensamento sociológico - a estrutura social, os grupos sociais, a família, as classes sociais e os papéis que o indivíduo ocupa em sociedade.
5. O ofício do sociólogo e sua profissionalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIDDENS, A. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas. Uma visão humanística. Petrópolis, Editora Vozes, 1973.

MILLS, C. Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1972.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. São Paulo: LTC, 2006.

MARTINS, José de Souza. Uma sociologia da vida cotidiana – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. A sociologia como profissão pública no Brasil. Cad. CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 271-279, Aug. 2009.

COLLINS, Randall. O surgimento das Ciências Sociais. In: Quatro tradições sociológicas. Petrópolis: Vozes, 2009, pp. 13-48.

LINGUÍSTICA I

Código: LEC050	Departamento: Letras
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A Linguística como Ciência. Estudos linguísticos referentes à primeira metade do século XX. Estruturalismo europeu e norte-americano com ênfase na morfologia e fonologia em perspectiva teórica e de prática analítica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Linguística como Ciência
 - 1.1. Breve histórico da Linguística: fase pré-científica, século XIX e fundação científica
 - 1.2. Propriedades Gerais da Linguagem Humana e das Línguas Naturais
 - 1.3. Linguagem Humana vs. Linguagem Animal e Linguagem Artificial
2. O Estruturalismo
 - 2.1. Conceitos
 - 2.2. Estruturalismo Saussuriano
 - 2.3. O Círculo Linguístico de Praga
 - 2.4. Estruturalismo Norte-Americano
3. Conceitos Básicos de Fonética e Fonologia
 - 3.1. Fone, Fonema e Alofone
 - 3.2. Transcrição Fonética
4. Conceitos Básicos de Morfologia
 - 4.1. Morfe, Morfema e Alomorfe
 - 4.2. Análise Mórfica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALLOU, D.; LEITE, Y. Iniciação à fonética e à fonologia. 7. ed. Revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
 CARVALHO, C. de. Para compreender Saussure. Petrópolis: Vozes, 2003.
 FARIA, I. H. et al. (Orgs.) Introdução à linguística geral e portuguesa. Lisboa: Caminho, 1996.
 FROMKIN, V.; RODMAN, R. Introdução à linguagem. Coimbra: Almedina, 1993.
 SILVA, Thaís Chritófar. Fonética e Fonologia do Português. São Paulo: Contexto, 2002.
 SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, I. G. V. Linguística aplicada ao português: morfologia. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
 WEEDWOOD, Barbara. História Concisa da Linguística. São Paulo: Parábola, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSERIU, E. O estruturalismo. In: _____. Lições de linguística geral. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980.
 MARTELOTTA, Mario Eduardo. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008.
 MARTIN, R. Para entender a Linguística. São Paulo: Parábola, 2003.
 MONTEIRO, J. L. Morfologia portuguesa. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2002.
 ORLANDI, E. P. O que é linguística. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2008

POLÍTICA I

Código: CSO035	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica

Pré-requisitos: Introdução à Ciência Política
EMENTA
O curso aborda o pensamento político na Antiguidade; Maquiavel e a autonomia da política; o jusnaturalismo e as teorias contratualistas; liberalismo; republicanismo.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. O pensamento político na Antiguidade; 2. Maquiavel e o pensamento político moderno; 3. Jusnaturalismo; 4. Liberalismo; 5. Republicanismo
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ARENDT, Hannah. 2008. <i>A promessa da política</i> . Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL. ARISTÓTELES. 1997. <i>Política</i> . Tradução de Mário da Gama Kury. 3ed. Brasília: Editora UnB. BARKER, Sir Ernest. 1978. <i>Teoria política grega: Platão e seus predecessores</i> . Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB. BIGNOTTO, Newton. 1998. <i>O tirano e a cidade</i> . São Paulo: Discurso Editorial. BIGNOTTO, Newton. 1991. <i>Maquiavel republicano</i> . São Paulo: Edições Loyola. BOBBIO, Norberto. 1980. <i>A teoria das formas de governo</i> . Tradução de Sérgio Bath. 3ed. Brasília: Editora UnB. BURCKHARDT, Jacob. 1991. <i>A cultura do renascimento na Itália: um ensaio</i> . Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras. COULANGES, Fustel. 2002. <i>A cidade antiga</i> . Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret. DANTE. 1979. <i>Da monarquia</i> . São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Pensadores) FINLEY, Moses I. 1988. <i>Democracia antiga e moderna</i> . Tradução Waldéa Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal. HOBBS, Thomas. 1999. <i>Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil</i> . São Paulo: Nova Cultural. JAEGER, Werner. 2003. <i>Paidéia: a formação do homem grego</i> . Tradução de Artur M. Parreira. 4ed. São Paulo: Martins Fontes. KOYRÉ, Alexandre. 1988. <i>Introdução à leitura de Platão</i> . Tradução de Helder Godinho. Lisboa: Editorial Presença. LOCKE, John. 2005. <i>Dois tratados sobre o governo</i> . Tradução Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes. LUTERO, Martinho. 1995. <i>Sobre a autoridade secular</i> . São Paulo: Martins Fonte. MADISON, James; HAMILTON, Alexander e JAY, John. <i>Os artigos federalistas 1787- 1788</i> . Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
MAQUIAVEL, Nicolau. 1979. <i>Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio</i> . Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB. MAQUIAVEL, Nicolau. 1999. <i>O príncipe</i> . Tradução de Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural. (Col. Os Pensadores). MONTESQUIEU. <i>Do Espírito das Leis</i> , Col. Os Pensadores, Abril Cultural. PLATÃO. 2007. <i>A República</i> . Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 10ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ROUSSEAU, Jean-Jacques. <i>Discurso sobre as origens da desigualdade entre os homens (Os Pensadores)</i> .

ROUSSEAU, Jean-Jacques. 2011. *Do contrato social ou Princípios do direito político*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras.

SKINNER, Quentin. 1996. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

WOLFF, Francis. 1999. *Aristóteles e a política*. Tradução de Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial.

VERNANT, Jean-Pierre. 1986. *As origens do pensamento grego*. Tradução de Ísis Borges da Fonseca. 5ed. Rio de Janeiro: DIFEL.

POLÍTICA II

Código: CSO039	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Política I	

EMENTA

Democracia e governo representativo na modernidade; Liberalismo, conservadorismo, o Estado na filosofia política moderna; Marx e a crítica ao pensamento político moderno; teorias das elites;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Democracia;
2. Governo representativo;
3. Estado, direito e liberdade;
4. Marx e a crítica ao pensamento político moderno;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABENSOUR, Miguel. 1998. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BOBBIO, Norberto. 1991. *Estudos sobre Hegel: direito, sociedade civil e Estado*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense; Editora UNESP.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. 1986. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Editora Brasiliense, 2000.

BURKE, Edmund. 2012. *Reflexões sobre a Revolução na França*.

CONSTANT, Benjamin. 1985. *Da Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos*. Discurso pronunciado no Athénée Royal de Paris, 1819.

KANT, Immanuel, [1784] 1986. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo Terra. São Paulo: Editora Brasiliense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARX, Karl. 2010. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2007. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2011. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. 2011. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. 1998. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo.
 MILL, John. Stuart. 1981. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Ed. UnB.
 QUIRINO, Célia (Org.) 1980. O pensamento político clássico. São Paulo: Quieroz Ed.
 TAYLOR, Charles. 2005. Hegel e a sociedade moderna. Tradução de Luciana Pudenzi. São Paulo: Edições Loyola.
 TOCQUEVILLE, Alexis de. 1977. A democracia na América, Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia.
 WOLLSTONECRAT, Mary. 2016. Reivindicação dos direitos da mulher. São Paulo: Boitempo.

POLÍTICA III

Código: CSO040	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica

Pré-requisitos: Política II

EMENTA

Teoria das elites. Pluralismo; multiculturalismo; representação, participação e deliberação; teorias da justiça; feminismo. Populismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria das elites
2. Pluralismo
3. Multiculturalismo
4. Teorias da justiça
5. Representação, participação e deliberação
6. Populismo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. 1986. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 DAHL, Robert Alan. 2011. A democracia e seus críticos. São Paulo, WF, Martins Fontes.
 DOWNS, Anthony. 1999. Teoria econômica da democracia. São Paulo, EDUSP.
 FRASER, Nancy. 2007. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia Mattos (Org.) Teoria crítica no século XXI. São Paulo: Annablume.
 HABERMAS, Jürgen. 1997. Direito e democracia. Entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
 HOLLANDA, Cristina Buarque de. 2011. Teoria das elites. Rio de Janeiro: Zahar.
 HONNETH, Axel. 2007. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia Mattos (Org.) Teoria crítica no século XXI.. São Paulo: Annablume.
 MANIN, Bernard. 1995. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp. 5-34.
 MIGUEL, Luis F. e BIROLI, Flávia. (2014). Feminismo e política: uma introdução. Boitempo Editorial. Introdução.
 MOUFFE, Chantal. 2005. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, p. 11-23.
 MOUNK, Yascha. 2019. O povo contra a democracia. Por que nossa liberdade corre risco e como salvá-la. São Paulo: Cia das Letras.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NOZICK, Robert. 1991. Anarquia, Estado e utopia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
 PATEMAN, Carole. 1992. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PHILLIPS, Anne. 2001. De uma política de ideias a uma política de presença. *Estudos feministas*. São Paulo, Ano 9: 268-290.

PINTO, Ricardo. 2001. Uma introdução ao neo-republicanismo. *Análise Social*, vol. XXXVI (158-159), 461-485.

RAWLS, John. 2000. O Liberalismo Político. São Paulo: editora Ática.

ROSANVALLON, Pierre. 2021. *O século do populismo: história, teoria, crítica*. São Paulo: Ateliê de Humanidades.

SANDEL, Michael. 2012. Justiça. O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. RJ, Fundo de Cultura.

WEBER, Max. 2004. *Ciência e Política: Duas Vocações*. 12. ed. São Paulo: Cultrix.

WOOD, Ellen Meiksins. 2003. Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo.

PRÁTICA EM SABERES ESCOLARES EM SOCIOLOGIA

Código: EDU244	Departamento: Educação
Carga-Horária: 30 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Essa disciplina visa observar e refletir sobre o cotidiano escolar e as relações que se estabelecem neste espaço. Em sua parte extensionista, realizada de forma concomitante, os estudantes realizarão intervenções, junto do(a) docente de Sociologia da escola, com os estudantes do ensino médio e participará de atividades que envolvem análise do currículo de sociologia, planejamento de atividades junto com o(a) docente, realização dessa atividades com a turmas do Ensino Médio.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Observação do cotidiano escola 2. Reflexão sobre a escola e sua organização. 3. Observação das aulas de sociologia no ensino médio	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BODART, C. das N. SILVA, R. S. O Ensino de Sociologia no Brasil. V. 2. Alagoas: Editora Café com Sociologia, 2019. BODART, C. das N. SILVA, R. S. O Ensino de Sociologia no Brasil. V. 1. Alagoas: Editora Café com Sociologia, 2019. BODART, C. das N. Sociologia e educação: debates necessários. Alagoas: Editora Café com Sociologia, 2019. BODART, C. das N. (org). Diálogos sobre Ensino de sociologia. Alagoas: Editora Café com Sociologia, 2019. BRANDÃO, C. R. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. BRIDI, M. A.; ARAÚJO, S. M. de; MOTIM, B. L. Ensinar e aprender Sociologia no Ensino Médio. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012. CANDAU, V. M. (org) Reinventar a escola. Petrópolis/: Vozes, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
LAHIRE, B. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 1, 2014, p. 45-61. OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, July-Dec., 2013. OLIVEIRA, A. CIGALES, M. P. O ensino de sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 28, n.2, p.42-58, maio/ago 2019.	

PSICOLOGIA E CULTURA

Código: PSI060	Departamento: Psicologia
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Avaliação crítica do conceito de natureza humana e cultura. Reavaliação das teorias da personalidade a partir da contribuição da Antropologia Cultural. Estudo da interação sujeito e cultura contextualizada e globalizada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I - A psicologia na cultura pós-moderna

- 1.1. A Psicologia da cultura.
- 1.2. Uma postura reflexiva sobre o conceito de cultura.
- 1.3. O pensamento pós-moderno na prática da psicologia e cultura.

Unidade II - Natureza Humana e Cultura

- 2.1. A noção de sujeito - do sujeito biológico ao sujeito da cultura.
- 2.2. Mediações Simbólicas : a imagem como vínculo social.
- 2.3. Produção de Subjetividade e individualidade..
- 2.4. A cultura, ócio e consumo.

Unidade III - Cultura, Identidades e Representações

- 3.1. Modernidade, pluralismo e crise de sentido.
- 3.2. A Construção Social da ambivalência na pós-modernidade.
- 3.3. Vínculos de pertinência na cultura, família, país, nação.

Unidade IV - A importância das representações na psicologia e cultura

- 4.1. Negociando a diferença - o imaginário brasileiro.
- 4.2. A alteridade como produto e processo psicossocial e sua construção.
- 4.3. Redescoberto o outro - alteridade e representações sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AUGRAS, M. A. Psicologia e cultura. Rio de Janeiro: Nau, 1995.
 MARTINS, F. (org.) Para Navegar no Século XXI. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
 GUATARRI, Felix et. al. Micropolítica - Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
 MAFEE SOLI, Michel. Mediações Simbólicas : a imagem como vínculo social. In : Martins, F. (org.) Para Navegar no Século XXI. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
 SCHNITMAN, D. F. Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1995.
 BERGER, P. y LUCKMANN, T. Modernidad, pluralismo y crisis de sentido. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.
 SCHNITMAN, D. F. Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
 ARRUDA, Ângela (org.). Representando a Alteridade. Petrópolis: Vozes, 1998.
 SPINK, M. J. (org.) - O Conhecimento no cotidiano. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

SABERES ESCOLARES EM SOCIOLOGIA

Código: EDU222	Departamento: Educação
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Esta disciplina tem como proposta analisar os saberes escolares em Ciências Sociais, numa perspectiva teórico-prática, que propicie a contextualização do Ensino de Sociologia na escola contemporânea. Propõe-se a apresentação e discussão de conceitos fundamentais sobre a compreensão da escola como instituição social e seus processos de transformação; a relação entre saberes escolares e conhecimento; a institucionalização da Sociologia como disciplina escolar; os desafios para o ensino de Sociologia na sociedade contemporânea.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Conceitos Fundamentais sobre a escola como instituição social e seu papel na sociedade contemporânea, a educação e as práticas educativas. Relações saber/poder no espaço escolar. 2. A institucionalização do ensino de sociologia no Brasil. 3. Um olhar sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio. A formação do professor de Sociologia; Representações sobre o ensino de sociologia na visão de estudantes e professores.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BODART, C. das N. SILVA, R. S. O Ensino de Sociologia no Brasil. V. 2. Alagoas: Editora Café com Sociologia, 2019. BODART, C. das N. SILVA, R. S. O Ensino de Sociologia no Brasil. V. 1. Alagoas: Editora Café com Sociologia, 2019. BODART, C. das N. Sociologia e educação: debates necessários. Alagoas: Editora Café com Sociologia, 2019. BODART, C. das N. (org). Diálogos sobre Ensino de sociologia. Alagoas: Editora Café com Sociologia, 2019. BRANDÃO, C. R. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. BRIDI, M. A.; ARAÚJO, S. M. de; MOTIM, B. L. Ensinar e aprender Sociologia no Ensino Médio. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.[CANDAU, V. M. (org) Reinventar a escola. Petrópolis/: Vozes, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
LAHIRE, B. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 1, 2014, p. 45-61. OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, July-Dec., 2013. OLIVEIRA, A. CIGALES, M. P. O ensino de sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 28, n.2, p.42-58, maio/ago 2019	

SOCIOLOGIA I

Código: CSO001	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Introdução à Sociologia	
EMENTA	

O curso pretende apresentar as contribuições teóricas, conceituais e epistemológicas de dois dos denominados “clássicos” da sociologia: Karl Marx e Émile Durkheim. Trata-se de esclarecer o papel de cada um deles no tocante ao surgimento, ao desenvolvimento e ao estabelecimento de uma disciplina científica autônoma dotada de instrumentos específicos de apreensão da realidade social a fim de problematizar tanto sua interrelação com os demais ramos das ciências humanas, quanto o significado atual do legado da tradição sociológica.

Analisar as colaborações teóricas dos citados fundadores da sociologia e as correntes centrais assentadas no holismo metodológico que deram forma ao pensamento sociológico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Durkheim e a Escola Francesa de Sociologia: a institucionalização de um saber metodologicamente delimitado.
2. Para uma sociologia da Revolução: Marx e o estabelecimento do Materialismo Histórico-Dialético.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DURKHEIM, Émile, *Da Divisão do Trabalho Social*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1995.
 DURKHEIM, Émile, *As Regras do Método Sociológico*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1999.
 DURKHEIM, Émile, *O Suicídio*, São Paulo, Martins Fontes, 2000.
 DURKHEIM, Émile, *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, 2000.
 MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, *História*; São Paulo, Coleção Grandes Cientistas Sociais, Editora Ática 3.ª edição, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, *Manifesto Comunista*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010.
 MARX, Karl. *O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte*. São Paulo, Coleção Os Pensadores XXXV, Editora Abril Cultural, 1974.
 MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo, Coleção Os Economistas, Editora Abril Cultural, Volume I, Tomo 1., 1983.
 MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Boitempo editorial, 1.ª edição revista, 2010, pp. 31-60.

SOCIOLOGIA II

Código: CSO002	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Sociologia I	
EMENTA	
O curso visa dar continuidade à discussão sobre os “clássicos” na teoria sociológica; na primeira parte apresenta a contribuição de Max Weber para a sociologia, com ênfase no método, nos principais conceitos, temas e argumentos teóricos; na segunda parte, o curso apresenta o debate contemporâneo a respeito do lugar dos “clássicos” na disciplina, dos processos de consagração e de novas alternativas que podem ser abertas no repertório de textos clássicos na disciplina.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

- 1) Religião, conduta de vida e capitalismo na obra de Max Weber
- 2) A sociologia política e os tipos de dominação
- 3) Os conceitos sociológicos fundamentais e a teoria da ação em Weber
- 4) Problematizando os clássicos, sua importância e sua seletividade
- 5) Novos clássicos na teoria sociológica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, 2v. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Ética econômica das religiões mundiais: Ensaio comparado de sociologia da religião. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2016.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2005.

SCHLUCHTER, Wolfgang. O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

GIDDENS, Anthony. Capitalismo e moderna teoria social. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. Em: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Eds.). Teoria social hoje. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

BAEHR, P. Founders, classics, canons: modern disputes over the origins and appraisal of sociology's heritage. New Brunswick (U.S.A.) London (U.K.): Transaction, 2016.

BHAMBRA, G. K.; HOLMWOOD, J. Colonialism and modern social theory. Cambridge ; Medford, MA: Polity, 2021.

DAFLON, Verônica T.; SORJ, Bila. Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismo no século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2021.

CASTRO, Celso. Além do cânone: ampliar e diversificar as ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

SOCIOLOGIA III

Código: CSO003	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Sociologia II	
EMENTA	
A disciplina tem como objetivo introduzir o/a aluno/a de graduação no estudo sobre os modos como a Sociologia contemporânea tem tratado alguns dos grandes temas como: ação e estrutura; micro e macro processos; vida social e interação; crítica e indústria cultural; teoria relacional e teoria processual; relações de poder.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. Estrutural funcionalismo e Teoria Sistêmica
2. Escola de Frankfurt
3. Escola de Chicago e o Interacionismo Simbólico
4. Sociologia processual/configuracional de Norbert Elias
5. Sociologia relacional de P. Bourdieu

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max (orgs.). Temas Básicos da Sociologia. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.
- ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARAUJO, Cícero; WAIZBORT, L. Sistema e Evolução na Teoria de Luhmann. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 47, p. 179-186, 1999.
- BECKER, H. 1996 "Conferência: a escola de Chicago", Mana – Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, vol. 2(2): 177-188.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994, p.165-197.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. O problema da sociologia do conhecimento. In: A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1985, p.11-35.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana. In: A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1985, p.35-69.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005 p.59-75.
- BOURDIEU, P. Espaço Social e gênese das classes. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005, p.133-163.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005, p.7-17.
- BOURDIEU, P. O senso prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ELIAS, N. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: Escritos e Ensaios: Estado, Processo e Opinião Pública. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, p. 21-35.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ELIAS, N. Ensaio Teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: Estabelecidos e Outsiders. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2000, p. 19-51.
- ELIAS, N. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: Escritos e Ensaios: Estado, Processo e Opinião Pública. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, p. 197-233
- EUFRÁSIO, M.E "O desenvolvimento da sociologia nos Estados Unidos". In: Eufrásio, Mario A. (org.). Estrutura Urbana e Ecologia Humana. Ed.34. São Paulo, Departamento de Sociologia, 1999, pp. 15-45.
- GOFFMAN, E. Acalmando o otário: alguns aspectos de adaptação à falha. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, pp. 195-211, 2009
- GOFFMAN, I. Estigma e identidade social. In: Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, p.4-37.
- JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: Teoria Social Hoje. Org: Giddens, A; Turner, J. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.127-175.
- MÜNCH, Richard. A Teoria Parsoniana Hoje: A Busca de uma nova síntese. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. Teoria Social Hoje, Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p.175-228.
- PARSONS, Talcott. [1965]. "Cidadania plena para o americano negro? Um problema sociológico". Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 8, 22, 1993, p. 32-61.
- JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: Teoria Social Hoje. Org: Giddens, A; Turner, J. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.127-175.

MÜNCH, Richard. A Teoria Parsoniana Hoje: A Busca de uma nova síntese. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. Teoria Social Hoje, Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p.175-228.

PARSONS, Talcott. [1965]. "Cidadania plena para o americano negro? Um problema sociológico". Revista Brasileira de Ciências Sociais, ano 8, 22, 1993, p. 32-61.

8.2 – Disciplinas Obrigatórias do Núcleo de Aprofundamento e Formação Docente**ENSINO DE SOCIOLOGIA I**

Código: EDU245	Departamento: Educação
Carga-Horária: 30 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Metodologia do Ensino de Sociologia	
EMENTA	
Esta disciplina tem como objetivo refletir sobre a dinâmica e realidade escolar no Ensino médio, considerado a etapa preferencial de atuação dos professores de Sociologia. Faz uma incursão teórica sobre as teorias curriculares e suas derivações para o ensino de Sociologia. E, por fim, faz uma análise dos desafios de ensinar sociologia na atualidade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Ensino médio: História, políticas e desafios contemporâneos 2. Teorias Curriculares e o ensino de Sociologia 3. Os desafios para ensinar sociologia. O papel da sociologia escolar hoje	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. – 5ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. BASTO, Beatriz de B. Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e Autonomia da Escola. Anais da ANPED. BODART; C. Das N.; VIANA, N. Por que eles têm medo de Karl Marx na escola? 1ªed. – Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2022. C.R.J; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro A.C. Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas – São Paulo: Cortez, 2018. CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. Rev. Brasileira de Educação. 17(49), abr., 2012. FERREIRA, W.; AVALDIA FILHO, A. A serpente pedagógica: o projeto escola sem partido e o ensino de sociologia no Brasil. e-Mosaicos. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do CAP-UERJ, v.6, n.12- agosto, 2017. GALIAN, C. V. A. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. Cadernos de Pesquisa V.44 n.153, jul./set. 2014. LOPES, A. C. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. Retratos da Escola. V.13, n. 25, 2019.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
MENEZES, E. F.; ANDRADE, R. A. O. de. Refletindo o ensino de sociologia e a questão de gênero: experiências, currículo e formação docente. Revista Café com Sociologia v.6, n.1. jan./abr,2017. MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (orgs.) Currículo, Cultura e Sociedade. 12ª ed. – São Paulo: Cortez, 2013 OLIVEIRA, R. R. A de; BODART; C. das N. A sociologia no novo currículo do ensino médio em Minas Gerais. Caderno da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, v. 6, n. 01, 2022. OLIVEIRA, R. R. A.; ESTEVES, T. J. Reforma do ensino médio em Minas Gerais: Vale tudo?. Revista Trabalho, Política e Sociedade. V. 7, n. 12, 2022. OLIVEIRA, R. de. A reforma do ensino médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. Educação Unisinos. 24(2020).	

PIOLLI, E.. O processo de mercantilização da educação e o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil pós-golpe institucional de 2016. Revista Exitus, v. 9, n. 1, p. 17-33, 2019.

SILVA, I. F.; NETO, H. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 – 2018). Revista Espaço do Currículo, v.13, n.2, 2020

SILVA, I. F.; NETO, H.; VICENTE, D. A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015. Revista Ciências Sociais Unisinos. V. 51, n. 03, 2015

SILVA, M. R; COLONTONIO, E. M. As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e as proposições sobre trabalho, ciência, tecnologia e cultura: reflexões necessárias. Revista Brasileira de Educação. 19(58), set., 2014

SILVA, R. R. D.da. Customização curricular no ensino médio: elementos para uma crítica pedagógica. 1ªed. – São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Ed. Autêntica, 2007.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n.02, 2020

ZIBAS, Dagmar. A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectiva. Revista Brasileira de Educação. Jan./abr., v.28, 2005.

ENSINO DE SOCIOLOGIA II

Código: EDU247	Departamento: Educação
Carga-Horária: 30 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Ensino de Sociologia I / Prática em Ensino de Sociologia I	
EMENTA	
Essa disciplina visa refletir sobre a dinâmica do ensino de Sociologia no Ensino Médio, com foco na análise dos recursos didático-pedagógicos utilizados no cotidiano das aulas, em particular os livros didáticos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Histórico dos manuais de sociologia 2. Material didático: o livro como mercadoria ideológica 3. PNLD 4. PNLD de Sociologia	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
COAN, Marival. O livro didático: algumas considerações a partir da revisão da literatura. In: _____. A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho. Dissertação de Mestrado. GATTI JÚNIO, Décio. Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações. História da educação. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas (2):29-50, set. 1997. MEUCCI, Simone. Introdução: Sociologia dos manuais de sociologia. In: _____. A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. Tese de doutorado. MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. Pro-posições. v.23, n.3 (69) p. 51-66/ set.dez. 2012 SILVA, Evelyn Ledur; GIORDANI, Estela Maris; MENOTTI, Camila Ribeiro. As tendências pedagógicas e a utilização dos materiais didáticos no processo de ensino e aprendizagem. SILVA, Iara Augusta da. O programa Nacional do Livro Didático para o ensino médio (PNLD/EM): uma política de educação implementada pelo estado brasileiro no início do século XXI. Anais da 37ª Reunião Nacional da Anped, UFSC, Florianópolis. SOUZA, Diogo Tourino. A sociologia no Programa Nacional do Livro Didático: autonomia, universalização e a construção da democracia no Brasil. SILVA, I.F;	

GONÇALVES, D. N. (orgs). A Sociologia na Educação Básica. 1ed. São Paulo:Annablume, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 2, nº. 03. jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira; ENGERROFF, Ana Martina Baron. Cidadania e ensino de sociologia nos manuais do professor dos livros didáticos aprovados no

PNLD 2015. Estudos de Sociologia, Recife, 2016, Vol. 2, n.22.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Ideologia no livro didático. – 17 ed. Ver e ampl. – São Paulo: Cortez, 2017. – (Coleção questões da nossa época; v. 61).

ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Código: EDU034	Departamento: Educação
Carga-Horária: 30 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A disciplina pretende desenvolver noções básicas sobre os principais conceitos acerca das relações entre Estado, sociedade e sistemas educacionais, com o objetivo de possibilitar ao futuro professor situar-se no contexto sociopolítico em que irá exercer a sua profissão, realizar análises básicas sobre as relações de poder envolvidas em sua atuação profissional, refletir sobre os determinantes das desigualdades educacionais e avaliar a influência dos fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e institucionais sobre a aprendizagem de seus alunos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estado, Sociedade Civil e Cidadania
2. Fundamentos da política e da sociedade brasileira
3. A democracia brasileira: limites, desafios e crise
4. O projeto oligárquico de um Estado sem povo
5. O projeto neoliberal de um povo sem Estado
6. Desigualdades educacionais e a institucionalização do fracasso escolar
7. As desigualdades sociais e as desigualdades educacionais no Brasil
8. A institucionalização do fracasso escolar no Brasil
9. O direito à educação, o direito à igualdade e o direito à diferença
10. A importância do capital social para o desenvolvimento comunitário da escolarização
11. Qualidade e equidade na educação brasileira
12. Acesso, permanência, promoção e aprendizagem na educação pública
13. O direito à educação e as contradições da expansão do ensino
14. O desafio da promoção da qualidade educacional com equidade
15. A escola como espaço de exclusão sociorracial
16. Dilemas da escola popular de massa no Brasil
17. O que é escola popular de massa
18. A influência da cultura escolar sobre a aprendizagem dos estudantes
19. Cultura juvenil, clima escolar e violência
20. A transição da escola para o trabalho

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ADORNO, T. W. A educação após Auschwitz. Educação On-Line. Disponível em: <<https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2020.
- ANDREOTTI, A. L. A administração escolar na era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964). Revista HISTEDBR On line. Campinas, n. especial, p. 102-123, ago de 2006. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8_22e.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.
- BITTAR, M.; BITTAR, M. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul./dec. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269566111_Historia_da_Educacao_no_Brasil_a_escola_publica_no_processo_de_democratizacao_da_sociedade>. Acesso em: 02 maio 2021.
- BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2020.
- COSTA, A. P. da; MARTINS, C. H. dos S.; SILVA, H. da C. Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.25, e250043, 2020. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2023.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-15742002000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 set. 2020.
- FERRACINI, R. Educação geográfica no combate à necropolítica racial do coronavírus. Hygea - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia-JG, Edição Especial: Covid-19, jun./2020, p. 211-220. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2023.
- FERREIRA JR, A. e BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Campinas, Cadernos CEDES, vol. 28, nº 76, setembro/dezembro de 2008, pp. 333-55. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- FREITAS, L. R. T. de. A má-fé institucional na reprodução da desigualdade escolar no Brasil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA. 27, 2009. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-062/623.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- GOETHEL, E. S. Q.; POLIDO, C.; FONSECA, D. C. A judicialização dos conflitos escolares. Caderno CEDES, Campinas, v. 40, n. 110, p. 14-25, mar. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622020000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2020.
- GOMES, C. A. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. Ensaios: avaliação e políticas públicas educacionais, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 281-306, jul./set. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n48/27551.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.
- JACOBI, P. R. Estado e educação: o desafio de ampliar a cidadania. Educar, Curitiba, n. 31, p. 113-27, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a08.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- KOSLINSKI, M. C. e CARVALHO, J. T. Escolha, seleção e segregação nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa, v. 45, nº.158, p. 916-942. out./dez. de 2015. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2020.
- LAREAU, A. A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. Educação em Revista [on line], Belo Horizonte, n. 46, p. 13-82, dez. 2007. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2021.
- LIMA, E.; CARVALHO, A. F. Pensar outros possíveis entre infâncias e necropolíticas. Childhood & Philosophy, Rio de Janeiro, v. 17, jul. /2021, p. 01-18. . Acesso em: 12 mar. 2023.
- LEBOURG, E. H.; COUTRIM, R. M. da E. Eu não queria estar aqui: juventude, ensino médio e deslocamento. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 609-627, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n2/2175-6236-edreal-43-02-609.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- MBEMBE, A. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, dez. /2016. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2023.
- MBEMBE, A. Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: RJ, Vozes, 2019.
- MUELLER, A. A. Para além de Putnam: cultura, capital social e liberdades no sul do Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 35, n. 103, e3510308, 2020. Disponível em: .

http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092020000200511&lng=pt&nr m=iso. Acesso em: 17 abr. 2022.

OLIVEIRA, R. de. O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 79-98, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v16n1/1678-1007-tes-16-01-0079.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

OLIVEIRA, R. P. de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, Oct. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300003&lng=en&nr m=iso. Acesso em: 02 May 2021.

PEREGRINO, M. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. Campinas, Caderno CEDES, vol. 31, pp. 275-91, maio-ago. de 2011. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2020.

PEREIRA, B. P.; LOPES, R. E. Por que ir à escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do ensino médio. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 193-216, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00193.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

RIBEIRO, C. de Q. et al. (Orgs.). Desigualdades urbanas, desigualdades escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desigualdades-urbanas-desigualdades-escolares/>>. Acesso em: 21 out. 2020.

RIBEIRO, L. L.; BOTO, L. T.; MAYORGA, F. D. de O. Capital social no Brasil: uma análise de seus determinantes. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 21, n. 4, p. 801-815, set. 2020. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122020000400801&lng=pt&nr m=iso. Acesso em 17 abr. 2022.

SALLUM JR., B.; GOULART, J. O. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 60, p. 115-135, dez. /2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n60/0104-4478-rsocp-24-60-0115.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

SOLANO, E. Crise da democracia e extremismos de direita. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Análise, n. 42, maio 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

SOUZA, J. A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. Interesse Nacional, São Paulo, v. 7, n. 27, p. 35-57, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/outubro/14.10-Cegueira-Classes-Sociais.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

_____. A gramática da desigualdade brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79 - 97, fev. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/s9LNmXtYm6KRFPJxwmrvwPq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 jun. 2009.

_____. Para compreender a desigualdade brasileira. Teoria e Cultura, Juiz de Fora-MG, v. 1, n. 2, p. 83-100, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12120>. Acesso em: 17 mar. 2010.

TOMAZETTI, E. M.; SCHLICKMANN, V. Escola, ensino médio e juventude: a massificação de um sistema e a busca de sentido. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 331-342, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v42n2/1517-9702-ep-42-2-0331.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

TRINDADE, T. A. Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. RBCS, v. 33, n. 97, e339712, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092018000200510&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 set. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/7441>>. Acesso em: 11 set. 2020.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul.

2005. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976> >. Acesso em: 11 set. 2020.

BRITO JÚNIOR, A. F. de; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: < <https://met2entrevista.webnode.pt/files/200000032-64776656e5/200-752-1-PB.pdf> >. Acesso em: 12 set. 2020.

DUARTE, J. B. Estudos de Caso em Educação. Investigação em profundidade com recursos reduzidos e outro modo de generalização. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 11, p. 113-132, 2008. Disponível em: < <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/575> >. Acesso em: 12 set. 2020.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602004000200011&script=sci_abstract&lng=pt >. Acesso em: 12 set. 2020.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1998. Disponível em: < <https://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2020.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. Cadernos de Saúde Pública [online], v. 27, n. 2, p. 388-394, 2011. Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2012.

GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. 2003. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Texto_11_-_Como_elaborar_um_questionario.pdf. Acesso em: 02 ago. 2019.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entevisa-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

MATTOS, P. L. C. L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. RAP, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, jul./ago. 2005. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2020.

SPOSITO, M. P.; BUENO, B. O.; TEIXEIRA, A. M. F. Por uma sociologia dos etnométodos para compreender o mundo da educação: contribuições de Alain Coulon. Educação e Pesquisa, São Paulo, V. 43, n. 4, p. 1253-1268, out./dez. 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-43-4-1253.pdf> >. Acesso em: 18 set. 2020.

YIN, R. K. Pesquisa estudo de caso - desenho e métodos. Porto Alegre: Bookman, 1994. Disponível em: http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74440967/3-YIN-desenho%20e%20metodo_Pesquisa%20Estudo%20de%20Caso.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

JUVENTUDES, GERAÇÕES E EDUCAÇÃO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso pretende examinar a juventude, categoria social construída historicamente, no âmbito dos estudos sobre gerações e educação. Examinar a articulação das variadas dimensões dos processos educacionais com a condição etária: classes sociais, diversidade cultural, etnia, raça, gênero, sexualidade, dentre outras. Processos educativos na Educação de Jovens e Adultos: âmbito escolar e não escolar. Jovens, escolarização e trabalho. Jovens, participação política e movimentos sociais. Culturas e sociabilidades juvenis na sociedade contemporânea. As formas de exclusão social e as dimensões socioculturais da violência que determinam a vida dos jovens na escola.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. A diversidade cultural e as juventudes
2. Sociabilidades e culturas juvenis
3. Jovens nos espaços educativos escolares e não escolares
4. Curso e vida e marcadores sociais da diferença
5. Políticas Públicas, Violência, Exclusão social na educação de jovens

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABRAMO, Helena. 1994. Cenas juvenis. São Paulo: Scritta.
- ABRAMO, Helena Wendel. 1997. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". Revista Brasileira de Educação, n. 5-6, p. 25-36.
- ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; CASTRO, Mary Garcia.; RUA, Maria das Graças. 2001. Cultivando vida desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. 2. ed. Brasília: Unesco: Brasil Telecom.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & TRACY, Kátia Maria de Almeida. 2003. Noites Nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas.
- ÀRIES, Phillipe. 1981. História Social da Criança e da Família. Editora Guanabara: Rio de Janeiro.
- ARROYO, Miguel González. 2007. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos Jovens e Adultos populares?. REVEJ@. Revista de Educação de Jovens e Adultos, V,1, n. 0, p.1-108.
- BRANDÃO, Elaine Reis e HEILBORN, Maria Luiza. 2006. "Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil". Cadernos de Saúde Pública, v.22, n. 7, p. 1421-1430.
- CARRANO, Paulo. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da "segunda chance". Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1,n.0, p.55-67.
- CHARLOT, Bernard. (org). 2001. Os Jovens e o Saber: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed Editora.
- DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MAIA, Carla Linhares (Org.). 2014. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (Org.). 2011. Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte, MG: PUCMinas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GUIMARÃES, Eloísa. Escola, Galera e Narcotráfico. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1998.
- MANNHEIM, Karl. 1982. "O problema sociológico das gerações". In: M. M. Foracchi (org.), Karl Mannheim: sociologia. São Paulo: Ática.
- NOVAES, Regina. 2019. "Juventudes e religiosidades: sinais dos tempos no Brasil contemporâneo". Caminho com o Itepa, v. 36, n. 126, p. 17-55.
- NOVAES, Regina. 2006. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes e EUGÊNIO, Fernanda. (org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar SARTI, Cynthia. 2004. O jovem na família: o outro necessário. In: Vannuchi, Paulo e Novaes, Regina (org.), Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SILVA, Cristiani Bereta da. (Org.). 2008. Histórias e trajetórias de jovens e adult@s em busca de escolarização. Florianópolis: UDESC.
- SPOSITO, Marília Pontes. 2005. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena W. e BRANCO, Pedro M. (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- SPOSITO, Marília Pontes. 1999. Juventude e Educação. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 29.
- VELHO, Gilberto. 1981. Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VIANNA, Hermano (org.) 2003. Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

LABORATÓRIO DE EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 120h	Modalidade: Extensão
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A disciplina tem por objetivo o desenvolvimento de atividades extensionistas através da participação discente nos diferentes projetos de extensão, bem como seminários, cursos e oficinas, coordenados pelos professores do departamento de Ciências Sociais procurando promover atividades práticas que visem a aproximação dos discentes, como representantes da universidade, com outros setores da sociedade civil.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão 2. Processos pedagógicos participativos: a relevância acadêmica da extensão na formação discente 3. Troca de saberes: as interfaces entre conhecimento popular e conhecimento científico 4. O valor da vivência como experiência pedagógica 5. A integração entre a formação profissional e as necessidades sociais locais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018. BERNHEIM, Carlos Tunnermann; CHAUÍ, Marilena. Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento Brasília: UNESCO, 2008. DAGNINO, Renato. Como É a Universidade de que o Brasil Precisa? Avaliação, Campinas, Unicamp, v. 20, n. 2, p. 293-333, 2015. DIAS SOBRINHO, José. Universidade e Novos Modos de Produção, Circulação e Aplicação do Conhecimento. Avaliação, Campinas, Unicamp, v. 19, n. 3, p. 643-662, 2014. FAGUNDES, José. Universidade e Compromisso Social: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Editora Unicamp, 1985. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983. GURGEL, Roberto Mauro. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986. LEHER, Roberto. Para Silenciar os Campi. Educação e Sociedade, Campinas, Unicamp, v. 25, n. 88, p. 867-891, 2004. MARQUES, Waldemar. Expansão e Oligopolização da Educação Superior no Brasil. Avaliação, Campinas, Unicamp, v. 18, n. 1, p. 69-83, 2013. MELO NETO, José Francisco. Extensão Universitária: uma análise crítica. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001. MELO NETO, José Francisco (Org.). Extensão Universitária: diálogos populares. Recife: Editora Universitária, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e Faces da Extensão Universitária: rotas e concepções. Revista Ciência em Extensão, São Paulo, Unesp, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015.	

PAULA, João Antônio. A Extensão Universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - Revista de Extensão, UFMG, Belo Horizonte, n. 1, p. 5-23, 2013.

REIS, Renato Hilário. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. Linhas Críticas, Brasília, UnB, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996.

SERRANO, Maria Souto Maior. Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e Sociedade: cenários da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 1-4 set. 2000. P. 1-26.

SOUZA, Ana Luísa Lima. A História da Extensão Universitária Campinas: Editora Alínea, 2010

LIBRAS E EDUCAÇÃO PARA SURDOS

Código: LEM184	Departamento: Letras
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Desenvolvimento, em nível introdutório (equivalente ao nível A1 do quadro de referência da Libras como L2), das habilidades de compreensão e expressão necessárias à comunicação com surdos sinalizantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Introdução ao estudo das visões sobre a surdez e sobre a Educação de Surdos. Conhecimentos básicos sobre os fundamentos linguísticos da Libras. Estudo de aspectos culturais dos Surdos brasileiros e suas implicações educacionais. Estudo das políticas linguísticas e educacionais na área da Surdez.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
TEORIA	
1. Fundamentos da Educação de Surdos	
1.1 História da Educação de Surdos e filosofias educacionais: oralismo(s), comunicação total e bilinguismo(s).	
1.2 A legislação brasileira e os documentos (nacionais e internacionais) relacionados à surdez e à Educação de Surdos.	
1.3 Visões da Surdez: modelo clínico-terapêutico versus modelo sócio-antropológico.	
1.4 Conceitos básicos: linguagem, língua, surdez, pessoa Surda, pessoa com deficiência auditiva (D.A.), dentre outros.	
1.5 Perspectivas atuais da Educação Bilíngue de/para/com surdos.	
1.6 Aspectos culturais e identidade(s) da(s) Comunidade(s) Surda(s).	
PRÁTICA	
2. Fundamentos linguísticos da Libras	
2.1 Diferenças e semelhanças entre as línguas orais e as de sinais.	
2.2 O Plano Fonológico da Libras: os cinco parâmetros: CM, L, M, Or e ENM (introdução).	
2.3 Introdução aos níveis de análise linguística da Libras.	
2.4 Corporeidade: consciência corporal e expressões físicas e sua importância na interação em Libras.	
2.5 Classificadores em Língua de Sinais (introdução).	
2.6 Vocabulário Básico da Libras/ interação em Libras (nível básico).	
PRÁTICA PEDAGÓGICA	
3. Pedagogia Surda	
3.1 Sistemas de avaliação em turmas mistas: surdos e ouvintes.	
3.2 Escritas de sinais na educação de Surdos.	
3.3 Projeto de aula em turmas para/com Surdos: princípios da Pedagogia Surda.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas Mãos. São Paulo: EDUSP, 2017. 3 v.

GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa abordagem sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

KARNOPP, L. B.; QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. Libras. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS R. M., PERLIN, G. (Orgs). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SKLIAR, C. (Org). Atualidade da educação bilíngue paraMediação, 2013. 2 v.

SKLIAR, C. (Org). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4.ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2016. surdos. 4.ed. Porto Alegre:

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de agosto de 2021.

Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-deagosto-de-2021-336083749> . Acesso em: 01 dez. 2022.

CAPOVILLA, F. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo, à comunicação total e ao bilinguismo. Revista Brasileira de Educação Especial. v. 6, 2000.

BOTELHO, P. Linguagem e Letramento na Educação de Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cadernos Cedes, Campinas, XIX, n. 46, p.68-80. Set. 1998.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SKLIAR, C. (Org). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, R. M. Que palavra que te falta? Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

METODOLOGIA DE ENSINO DE SOCIOLOGIA

Código: EDU249	Departamento: Educação
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Esta disciplina tem como proposta refletir sobre os aspectos didáticos metodológicos do ensino de sociologia, enfocando a atuação docente e os diferentes recursos pedagógicos, como o uso de livros, recursos multimeios e jogos didáticos, bem como trabalhar diferentes situações didáticas para as aulas de Sociologia na Educação Básica. Para tanto, busca oportunizar o(a) licenciando(a) a conhecer as diversas tendências pedagógicas, a se preparar para a realização de planejamento escolar (plano de ensino e plano de aula), bem como refletir e analisar diversas formas de avaliação de aprendizagem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tendências Pedagógicas – Conhecer e analisar as diferentes tendências pedagógicas no Brasil, do ponto de vista político, social e escolar. Nesta unidade, os(as) licenciados(os) analisarão a Pedagogia Tradicional, Pedagogia Renovada, Pedagogia Tecnicista, Pedagogia Histórico-Crítica e Pedagogia Libertadora.
2. Pedagogias Ativas de Aprendizagem – Nesta Unidade os(as) licenciandos conhecerão as metodologias ativas de aprendizagem e terão a oportunidade de realizarem uma crítica reflexiva sobre seu alinhamento com as reformas educacionais mais atuais, bem como conhecer e exercitar sobre algumas de suas técnicas, como: sala de aula invertida, jogos didáticos, projetos interdisciplinares, entre outros.
3. Planejamento Educacional – Nesta Unidade os(as) licenciandos(as) conhecerão e analisarão os processos de planejamento educacional, partindo da dimensão mais macro até a micro (PNE, PPC, Planos de Ensino e Planos de Aula). Além disso, exercitarão através de oficinas pedagógicas o preparo de planos de ensino e planos de aula para o ensino de Sociologia na Educação Básica.
4. Avaliação de aprendizagem – Nesta Unidade os(as) licenciando(as) conhecerão e analisarão as dimensões da avaliação educacional, desde as avaliações em larga escala, até as avaliações de aprendizagem. O objetivo é que haja uma crítica reflexiva sobre como essas avaliações impactam a produção e implementação de políticas educacionais, a atuação docente e os resultados educacionais dos estudantes. Além disso, por meio de oficinas pedagógicas, os estudantes também terão a oportunidade de elaborarem atividades avaliativas para os estudantes do ensino médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009. p. 13 – 52
- BERGAMANN, Jonathan. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem.
- BACICH, L; MORAN, J. (orgs.) Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. – Porto Alegre: Penso, 2018.
- BODART, Cristiano. A canção como estratégia didática na aula de Sociologia. In.: _____. Uso de canções no ensino de sociologia. – 1ed. – Maceió, AL: Editora Café com sociologia, 2021
- BODART, Cristiano. Usos da fotografia no ensino de sociologia. – 1ªed. – Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2023
- ESTEVES, Thiago de Jesus.; PEIXOTO, Fábio Costa; SAORES, Kissila Neves. Sociologia em vídeo: estratégias metodológicas na produção do conhecimento. BODART; Criatiano das Neves (org.). Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências. 1. Ed. – Porto Alegre: Cirkula, 2018.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016
- GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 5ªed. Revista. Campinas: Autores Associados, 2020
- HADDAD, Sérgio. Paulo Freire, o educador proibido de educar. In: CASSIO, Fernando(org.) Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar
- JÚNIOR CORDEIRO, José Amaral. Os filmes pelos livros didáticos: uma leitura das indicações de obras audiovisuais feitas pelos manuais de sociologia do PNLD 2015. POLESSA, Júlia
- Maçaira; FRAGA, Alexandre Barbosa. Saberes e práticas do ensino de sociologia. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013. Ler capítulo 10 – O Planejamento Escolar

LIMA, A. J. C. A Sociologia nas matrizes curriculares do Ensino Médio e no ENEM: temas, teorias e conceitos. In: SILVA, I. F.; GONÇALVES, D. N. (orgs). A sociologia na Educação Básica. São Paulo: Annablume, 2017

LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MORAN, José. Educação Híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. In.: NETO, Adolfo Tanzi; BABICH, Lilina; TREVISANI, Fernando de Mello (orgs). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. – Porto Alegre: Penso, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROCHA, Ronai. Quando ninguém educa ninguém: questionando Paulo Freire” – 1ªed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017

OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo de; ESTEVES, Thiago de Jesus (orgs). Metodologias ativas de aprendizagem no ensino de sociologia. – Londrina, PR: Engenho das Letras, 2021.

RETONDAR, Jeferson. A educação pelo jogo. In.: _____. Teoria do jogo: a dimensão lúdica da existência humana. 2ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ROSSI, L. A. B. Desafios do ensino de Sociologia na escola pública brasileira: um olhar a partir de resultados da avaliação em larga escala. In: SILVA, I. F.; GONÇALVES, D. N. (orgs). A sociologia na Educação Básica. São Paulo: Annablume, 2017

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 11 ed. Ver – Campinas, SP: Autores Associados, 2013

SILVA, R. S.; BODART, C. DAS N. Quando os podcasts tornam-se recursos didáticos de sociologia para aproximar o habitus de alunos e professores. BODART; Criatiano das Neves (org.). Sociologia escolar: ensino, discussões e experiências. 1. Ed. – Porto Alegre: Cirkula, 2018.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Customização curricular no ensino médio: elementos para uma crítica pedagógica. – 1ed. – São Paulo: Cortez, 2019.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; GERALDINI, Alexandra Fogli Serpa. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. Revista Diálogos Educacionais. Curitiba, V. 17, n.52, p. 455-478, abr./jun. 2007

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; GERALDINI, Alexandra Fogli Serpa. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. Revista Diálogos Educacionais. Curitiba, V. 17, n.52, p. 455-478, abr./jun. 2007

Webinario – Ensino Híbrido e suas metodologias <https://youtu.be/pp4FQxUWuoY>

Educação em movimento(s) as metodologias ativas do ensino de sociologia; <https://drive.google.com/file/d/1bpfMwIPih-Rj854KlmlVxcOUiRnOqqKb/view>;

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA I

Código: CSO014	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 90 horas (60h teórica; 30h prática)	Modalidade: Teórico-Prática
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso tem como objetivo introduzir os(as) estudantes às principais abordagens e técnicas de pesquisa qualitativa das ciências sociais, além de capacitá-los(as) na integração de métodos quantitativos e qualitativos. Aborda os fundamentos teóricos e práticos para planejar, conduzir e analisar estudos qualitativos nas Ciências Sociais. Explicação sobre a definição e a importância da pesquisa qualitativa, destacando as diferenças em relação aos métodos quantitativos. Exploração e elaboração de desenhos de pesquisa, modelos teóricos e técnicas interpretativas como entrevistas, grupos focais, observação participante e pesquisa etnográfica, análise de conteúdo, discurso, análise textual, relatos orais e história de vida. Discute também técnicas interpretativas avançadas, como codificação, categorização, triangulação, análise comparativa e construção de argumentos. Integração de métodos quantitativos e qualitativos, princípios da triangulação metodológica, estudos de caso de pesquisa mista e análise integrada. Aspectos éticos na pesquisa social, incluindo considerações éticas na coleta e análise de dados qualitativos, reflexividade e posicionamento do(a)	

pesquisador(a). Estratégias para ensinar a construção do conhecimento nas Ciências Sociais, enfatizando seus fundamentos epistemológicos por meio de estudos de caso. Além do conteúdo teórico, os(as) estudantes deverão se envolver em uma atividade prática de pesquisa qualitativa sob coordenação do(a) professor(a).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução às Pesquisas em Ciências Sociais
2. Desenho de Pesquisa Qualitativa
3. Coleta de Dados Qualitativos
4. Análise de Dados Qualitativos
5. Integração de Métodos Quantitativos e Qualitativos
6. Aspectos Éticos na Pesquisa em Ciências Sociais
7. Ensinando a prática de pesquisa em Ciências Sociais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, Mauro. 2003. "Relativismo antropológico e objetividade etnográfica". Campos, v. 3, p. 9-29.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. 2007. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes.
- BECKER, Howard S. 1993. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec.
- CARDOSO, Ruth (org.). 1986. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTRO, Celso. 2008. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2004. "Tempo Imperfeito: etnografia do arquivo". *Mana – Estudos de Antropologia Social*, 10:287-322.
- DA MATTA, Roberto. 1978. "O ofício do etnólogo, ou como ter "anthropological blues", in E. O. NUNES (org.) A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35.
- DEBERT, Guita. "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral". In: CARDOSO, Ruth (org.) *Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. 1978. A reconstituição da realidade: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. São Paulo: Ática.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. 1978. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. s/d. "Trabalho de campo e tradição empírica", in: *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70, p. 67-85.
- FERREIRA, Letícia e LOWENKRON, Laura. Etnografia de documentos: Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-Papers.
- FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam L. M.(org.). 1998. Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus.
- FOOTE-WHITE, William. 1990. "Treinando a observação participante". In: ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Álvares Editora.
- GEERTZ, Clifford. 1978. "Descrição densa: por uma teoria interpretativa das culturas", in: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-41.
- GEERTZ, Clifford. 1997. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- GROSSI, Miriam. 1992. Trabalho de campo e subjetividade. Florianópolis: Editora da UFSC.
- HAMMERSLEY, Martyn & ATKISON, Paul, 1983. *Ethnography: principles in practice*. London/New York: Tavistock.
- HINE, Christine. 2004. Etnografia Virtual. Barcelona: Editorial UOC.
- KOFES, Suely. 1994. "Experiências sociais, interpretações individuais". *Cadernos Pagu*, n.3, p. 117-141.
- KOZINETS, Robert. 2014. "Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online". Porto Alegre: Penso.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LAPLANTINE, François. 2002. A descrição etnográfica. São Paulo: Terceira Margem.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1976 (1922). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).

MAUSS, Marcel. 1972. *Manual de etnografia*. Lisboa: Editorial Pórtico.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. 2004. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes antropológicos*, v. 10, n. 21, p. 41-65.

PEIRANO, Mariza. 2014. "Etnografia não é método". In: *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n.42.

PEIXOTO, Clarice. 2000. *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume.

PEIXOTO, Fernanda Áreas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org). 2004. *Antropologia, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

RABINOW, Paul. 1977. *Reflections on fieldwork in Morocco*. Berkeley: University of California Press.

SANTOS, Vagner Gonçalves. 2005. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP.

SEGATA, Jean. 2016. "Dos Cibernautas às Redes". In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (orgs.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília, ABA Publicações.

SPERBER, Dan. 1992. *O saber dos antropólogos*. Lisboa: Edições 70.

TAUSSIG, Michael. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VELHO, Gilberto. 1978. "Observando o familiar", in E. O. Nunes (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA II

Código: CSO015	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 90 horas (60h teórica; 30h prática)	Modalidade: Teórico-Prática
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA O curso visa discutir abordagens e técnicas de pesquisa quantitativa em Ciências Sociais, capacitando os(as) estudantes na elaboração de desenhos de pesquisa, coleta, análise e interpretação de dados. Integração de métodos quantitativos e qualitativos. Estratégias para ensinar a epistemologia e metodologia das Ciências Sociais. Definição e diferenciação dos métodos quantitativos e qualitativos, explorando o desenho de pesquisa, formulação de hipóteses e técnicas de amostragem. A coleta de dados por meio de questionários, surveys e bancos de dados secundários, com foco na elaboração de instrumentos. A análise de estatísticas descritivas e inferenciais, testes de hipótese, regressão e análise multivariada. A interpretação e apresentação de resultados junto à análise crítica, visualização de dados e redação científica. A integração de métodos quantitativos e qualitativos por meio das técnicas de análise mista. Estratégias para ensinar a construção do conhecimento nas Ciências Sociais, abordando fundamentos epistemológicos e estudos de caso. Além do conteúdo teórico, os(as) estudantes deverão se envolver em uma atividade prática de pesquisa quantitativa sob coordenação do(a) professor(a).	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO 1. Introdução à Pesquisa Quantitativa em Ciências Sociais 2. Desenho de Pesquisa Quantitativa 3. Coleta de Dados Quantitativos 4. Análise de Dados Quantitativos 5. Interpretação e Apresentação de Resultados 6. Integração de Métodos Quantitativos e Qualitativos 7. Ensinando a prática de pesquisa em Ciências Sociais	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BABBIE, Earl. (2016). *Métodos de Pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: UFMG.

BARBETTA, Pedro Alberto. (2006). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC.

BARDIN, Lawrence. (1977) *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa, Edições 70.

BECKER, Howard S. (1994). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.

BOUDON, Raymond (1999). *Os métodos em Sociologia*. São Paulo: Ática.

CEBRAP. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Quantitativo. CEBRAP-SESC, 2017.

CORTES, Soraya M. Vargas (1998). "Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados". In: *Cadernos de Sociologia*, UFRGS, Porto Alegre, Vol. 9.

CRESWELL, John W. (2007). *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Artmed.

GIL, Antônio Carlos. (2019). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Gilberto de Andrade. (2004). *Estatística Geral e Aplicada*. São Paulo: Atlas.

MENEZES, Elaine Rabelo; Doliveira, Newton Carneiro Affonso da Costa. (2010). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2010). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec.

QUIVY, Raymond; Van Campenhoudt, Luc. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

RUIZ, Franz Victor. (1999). *Introdução ao Projeto de Pesquisa*. 25ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.

WEBER, M. (1992). *Metodologia das Ciências Sociais. Parte 1 e 2*. São Paulo, Cortez.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO COM PRÁTICA EDUCATIVA

Código: EDU366	Departamento: Educação
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Análise da produção, implantação e consolidação das políticas públicas em educação na sociedade brasileira. Abordagem das políticas públicas frente à realidade da educação brasileira e suas implicações para a educação.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Introdução (plano de ensino e primeiras conversas) 2. Apresentação – poesia e/ou música 3. Textos: João Ubaldo, Chico de Oliveira 4. Estado: Laura Soares Tavares e Ricardo Antunes 5. Hora de brincar: músicas infantis e brincadeiras 6. Políticas públicas: • Vicente Faleiros cap. 1,2,3 • Maria Lúcia Viana • Eloisa Hofling	

- Celina Souza
- Elenaldo Texeira

7. Práticas com massa de modelar: pesquisar, produzir e usar

VIII) Fernandes: o significado do protesto negro

8. Educação:

- A educação como direito na CF, na LDB e no PNE, BNCC
- A organização da educação brasileira (LDB): Sistemas de ensino, etapas e modalidades

9. Paulo Freire: pedagogia da indignação

10. Temas Pertinentes:

- Educação do campo
- Educação Quilombola
- Educação ribeirinho
- Educação indígena
- O negócio da comida

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRANCHES, S.H, SANTOS, W.G, COIMBRA, M.A. política social e combate a pobreza. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1989.

ANTUNES-ROCHA, M, I e HAGE, Salomão, M. escola de direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte, autêntica, 2010.

AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. Campinas: Editora Autores Associados. 2001.

BOSCHI, Renato, R. corporativismo e desigualdade. IUPERJ, Rio fundo editora, 1991.

BRASIL, MEC. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília, MEC/SASE, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002309/230901por.pdf>

BURBULES, M.C. e TORRES, C. A. ET. ALL. Globalização e Educação. Perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CADERNOS CEDES, ano XXI, n. 55, novembro 2001.

COSSE, Gustavo. Voucher educacional: nova e discutível panaceia para a América Latina. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

DOURADO, Luis Fernandes e PARO, Luiz Henrique. Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo. Xamã, 2001.

FÁVERO, O, e SEMERARO. G. Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERRARO, Alceu e RIBEIRO Marlene. Trabalho, educação e lazer. Pelotas, educat 2001.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. Educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE. Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000. Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indign%C3%A7%C3%A3o.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz da (Org.) Neoliberalismo. Qualidade Total e Educação. Petrópolis, Vozes, 1995.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas Públicas, educação e neoliberalismo: O que isso tem a ver com cidadania? Revista de Educação, PUC/Campinas: Campinas, n.24, pp 17-26, junho de 2008. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/109/97>

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº. 55, novembro, 2001.

MACEDO, Lenilda. “Estado, sociedade e política educacional brasileira: uma possível análise” disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/viewFile/10545/5832>

MEC, Planejando a Próxima Década - Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

MILTON Santos, Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal, São Paulo: Record, 2000.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. (Org.) política e trabalho na escola: administração dos sistemas público de educação básica. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. (Org.) política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Oseias Santos de, DABRACH, Neila Pedrotti. "Reforma no Estado e implicações para a Gestão Educacional". Revista Espaço Acadêmico, n.96, maio de 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/096/96oliveira.pdf>

RISSI, Lorena Mariane Santos, SALERNO, Soraia Kfour, MONTEIRO, Renata Karolyne, BORGES, Katia Fernanda de Oliveira. A educação chilena sob a lógica de mercado vista como vitrine para América Latina. XIII EDUCERE, agosto/2017.

ROSA, Sanny Silva da. Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais (Entrevista com Stephen J. Ball) Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 53 abr.-jun. 2013

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, Autores Associados, 1997. REVISTA Educação e Sociedade, n. 75; n.80; n.82; n. 86; n.92; n.96.

ZOIA, Getânia Fátima. ZANARDINI, Isaura Monica Souza. As implicações da Reforma do Estado Brasileiro para a Reforma da educação e da gestão educacional. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 19, n.3, p. 107-116, Setembro/Dezembro 2016.

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, Autores Associados, 1997. REVISTA Educação e Sociedade, n. 75; n.80; n.82; n. 86; n.92; n.96.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO COM PRÁTICA EDUCATIVA - PRÁTICA

Código: ED5366	Departamento: Educação
Carga-Horária: 30 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Análise da produção, implantação e consolidação das políticas públicas em educação na sociedade brasileira. Abordagem das políticas públicas frente à realidade da educação brasileira e suas implicações para a educação.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Introdução (plano de ensino e primeiras conversas) 2. Apresentação – poesia e/ou música 3. Textos: João Ubaldo, Chico de Oliveira 4. Estado: Laura Soares Tavares e Ricardo Antunes 5. Hora de brincar: músicas infantis e brincadeiras 6. Políticas públicas: • Vicente Faleiros cap. 1,2,3 • Maria Lúcia Viana • Eloisa Hofling • Celina Souza • Elenaldo Texeira 7. Práticas com massa de modelar: pesquisar, produzir e usar VIII) Fernandes: o significado do protesto negro 8. Educação: • A educação como direito na CF, na LDB e no PNE, BNCC • A organização da educação brasileira (LDB): Sistemas de ensino, etapas e modalidades 9. Paulo Freire: pedagogia da indignação	

10. Temas Pertinentes:

- Educação do campo
- Educação Quilombola
- Educação ribeirinho
- Educação indígena
- O negócio da comida

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRANCHES, S.H, SANTOS, W.G, COIMBRA, M.A. política social e combate a pobreza. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1989.

ANTUNES-ROCHA, M, I e HAGE, Salomão, M. escola de direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte, autêntica, 2010.

AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. Campinas: Editora Autores Associados. 2001.

BOSCHI, Renato, R. corporativismo e desigualdade. IUPERJ, Rio fundo editora, 1991.

BRASIL, MEC. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília, MEC/SASE, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002309/230901por.pdf>

BURBULES, M.C. e TORRES, C. A. ET. ALL. Globalização e Educação. Perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CADERNOS CEDES, ano XXI, n. 55, novembro 2001.

COSSE, Gustavo. Voucher educacional: nova e discutível panaceia para a América Latina. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003.

DOURADO, Luis Fernandes e PARO, Luiz Henrique. Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo. Xamã, 2001.

FÁVERO, O, e SEMERARO. G. Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERRARO, Alceu e RIBEIRO Marlene. Trabalho, educação e lazer. Pelotas, educat 2001.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. São Paulo, Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. Educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE. Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000. Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz da (Org.) Neoliberalismo. Qualidade Total e Educação. Petrópolis, Vozes, 1995.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas Públicas, educação e neoliberalismo: O que isso tem a ver com cidadania? Revista de Educação, PUC/Campinas: Campinas, n.24, pp 17-26, junho de 2008. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/109/97>

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº. 55, novembro, 2001.

MACEDO, Lenilda. “Estado, sociedade e política educacional brasileira: uma possível análise” disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/viewFile/10545/5832>

MEC, Planejando a Próxima Década - Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

MILTON Santos, Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal, São Paulo: Record, 2000.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. (Org.) política e trabalho na escola: administração dos sistemas público de educação básica. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. (Org.) política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Oseias Santos de, DABRACH, Neila Pedrotti. “Reforma no Estado e implicações para a Gestão Educacional”. Revista Espaço Acadêmico, n.96, maio de 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/096/96oliveira.pdf>

RISSI, Lorena Mariane Santos, SALERNO, Soraia Kfour, MONTEIRO, Renata Karolyne, BORGES, Katia Fernanda de Oliveira. A educação chilena sob a lógica de mercado vista como vitrine para América Latina. XIII EDUCERE, agosto/2017.

ROSA, Sanny Silva da. Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais (Entrevista com Stephen J. Ball) Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 53 abr.-jun. 2013

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, Autores Associados, 1997. REVISTA Educação e Sociedade, n. 75; n.80; n.82; n. 86; n.92; n.96.

ZOIA, Getânia Fátima. ZANARDINI, Isaura Monica Souza. As implicações da Reforma do Estado Brasileiro para a Reforma da educação e da gestão educacional. Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 19, n.3, p. 107-116, Setembro/Dezembro 2016.

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, Autores Associados, 1997. REVISTA Educação e Sociedade, n. 75; n.80; n.82; n. 86; n.92; n.96.

EDU 246 - PRÁTICA EM ENSINO DE SOCIOLOGIA I

Código: EDU246	Departamento: Educação
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Metodologia do Ensino de Sociologia	
EMENTA	
Esta disciplina tem como objetivo orientar as observações do campo escolar, com especial interesse sobre os estudantes do ensino médio; orientar a análise dos documentos curriculares de sociologia; e orientar uma entrevista com os professores de sociologia sobre os desafios contemporâneos. Em seu componente extensionista, realizada de forma concomitante, os estudantes realizarão intervenções, junto do(a) docente e da equipe pedagógica da escola, com os estudantes do ensino médio e participarão de debates sobre os documentos curriculares.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Ensino médio: História, políticas e desafios contemporâneos 2. Teorias Curriculares e o ensino de Sociologia 3. Os desafios para ensinar sociologia. O papel da sociologia escolar hoje	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
Parâmetros curriculares Nacionais do Ensino Médio Diretrizes Curriculares Nacionais Orientações curriculares Nacionais do Ensino Médio Base Nacional Comum Curricular	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
Censo da Educação Básica Projeto Político Pedagógico da Escola em prática	

PRÁTICA EM ENSINO DE SOCIOLOGIA II

Código: EDU248	Departamento: Educação
Carga-Horária: 30 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Ensino de Sociologia I / Prática em Ensino de Sociologia I	
EMENTA	
Essa disciplina visa observar refletir sobre a prática docente no ensino de sociologia, focalizando os recursos didático-metodológicos que os professores utilizam em suas aulas, em particular os livros didáticos. Em sua parte extensionista, realizada de forma concomitante, os estudantes realizarão intervenções, junto do(a) docente de Sociologia da escola, com os estudantes do ensino médio e participará de atividades que envolvem a análise dos livros didáticos de sociologia, de ciências humana e projeto de vida disponibilizados para as escolas através do PNLD.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Observação das aulas de sociologia no ensino médio. 2. Reflexão sobre os materiais didáticos que os professores utilizam em suas aulas. 3. Análise de conteúdo dos livros didáticos de sociologia do PNLD.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
SILVA, Evellyn Ledur; GIORDANI, Estela Maris; MENOTTI, Camila Ribeiro. As tendências pedagógicas e a utilização dos materiais didáticos no processo de ensino e aprendizagem. GATTI JÚNIOR, Décio. Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações. História da educação. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas (2):29-50, set. 1997. COAN, Marival. O livro didático: algumas considerações a partir da revisão da literatura. In: _____. A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho. Dissertação de Mestrado. MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. Pro-posições. v.23, n.3 (69) p. 51-66/ set.dez. 2012 MEUCCI, Simone. Introdução: Sociologia dos manuais de sociologia. In: _____. A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos. Tese de doutorado. SILVA, Iara Augusta da. O programa Nacional do Livro Didático para o ensino médio (PNLD/EM): uma política de educação implementada pelo estado brasileiro no início do século XXI. Anais da 37ª Reunião Nacional da Anped, UFSC, Florianópolis.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
SOUZA, Diogo Tourino. A sociologia no Programa Nacional do Livro Didático: autonomia, universalização e a construção da democracia no Brasil. SILVA, I.F; GONÇALVES, D. N. (orgs). A Sociologia na Educação Básica. 1ed. São Paulo: Annablume, 2017. MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 2, nº. 03. jan./jun. 2014. OLIVEIRA, Amurabi Pereira; ENGERROFF, Ana Martina Baron. Cidadania e ensino de sociologia nos manuais do professor dos livros didáticos aprovados no PNLD 2015. Estudos de Sociologia, Recife, 2016, Vol. 2, n.22. FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Ideologia no livro didático. – 17 ed. Ver e ampl. – São Paulo: Cortez, 2017. – (Coleção questões da nossa época; v. 61).	

PRÁTICA EM JUVENTUDES, GERAÇÕES E EDUCAÇÃO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 45 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

A dimensão prática da disciplina “Juventudes, Gerações e Educação” visa estimular trabalhos educativos com as juventudes, em sua grande parte extensionista, em espaços educativos escolares e não escolares. Refletir sobre a aplicabilidade de políticas públicas educacionais para jovens. Analisar as redes de sociabilidades juvenis. Dimensionar na atividade prática a articulação entre educação, juventude e sua relação com as noções de classe social, gênero, sexualidade e a questão étnico-racial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A diversidade cultural e as juventudes
2. Sociabilidades e culturas juvenis
3. Jovens nos espaços educativos escolares e não escolares
4. Curso e vida e marcadores sociais da diferença
5. Políticas Públicas, Violência, Exclusão social na educação de jovens

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABRAMO, Helena. 1994. Cenas juvenis. São Paulo: Scritta.
- ABRAMO, Helena Wendel. 1997. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. Revista Brasileira de Educação, n. 5-6, p. 25-36.
- ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; CASTRO, Mary Garcia.; RUA, Maria das Graças. 2001. Cultivando vida desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. 2. ed. Brasília: Unesco: Brasil Telecom.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & TRACY, Kátia Maria de Almeida. 2003. Noites Nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas.
- ÀRIES, Phillipe. 1981. História Social da Criança e da Família. Editora Guanabara: Rio de Janeiro.
- ARROYO, Miguel González. 2007. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos Jovens e Adultos populares?. REVEJ@. Revista de Educação de Jovens e Adultos, V,1, n. 0, p.1-108.
- BRANDÃO, Elaine Reis e HEILBORN, Maria Luiza. 2006. “Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil”. Cadernos de Saúde Pública, v.22, n. 7, p. 1421-1430.
- CARRANO, Paulo. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1,n.0, p.55-67.
- CHARLOT, Bernard. (org.). 2001. Os Jovens e o Saber: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed Editora.
- DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MAIA, Carla Linhares (Org.). 2014. Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (Org.). 2011. Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte, MG: PUCMinas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GUIMARÃES, Eloísa. Escola, Galera e Narcotráfico. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1998.
- MANNHEIM, Karl. 1982. “O problema sociológico das gerações”. In: M. M. Foracchi (org.), Karl Mannheim: sociologia. São Paulo: Ática.
- NOVAES, Regina. 2019. “Juventudes e religiosidades: sinais dos tempos no Brasil contemporâneo”. Caminho com o Itepa, v. 36, n. 126, p. 17-55.
- NOVAES, Regina. 2006. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes e EUGÊNIO, Fernanda. (org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar SARTI, Cynthia. 2004. O jovem na família: o outro necessário. In: Vannuchi, Paulo e Novaes, Regina (org.), Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SILVA, Cristiani Bereta da. (Org.). 2008. Histórias e trajetórias de jovens e adult@s em busca de escolarização. Florianópolis: UDESC.

SPOSITO, Marília Pontes. 2005. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena W. e BRANCO, Pedro M. (orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SPOSITO, Marília Pontes. 1999. Juventude e Educação. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 29.

VELHO, Gilberto. 1981. Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

VIANNA, Hermano (org.) 2003. Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

PRÁTICA EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 45 horas (30 horas prática + 15 horas de extensão)	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O objetivo da parte prática da disciplina é desenvolver atividades socioeducativas ligadas às desigualdades étnico-raciais. Em sua dimensão extensionista, é propósito que sejam desenvolvidas práticas educativas envolvendo a educação das relações étnico-raciais para o entorno da cidade de Juiz de Fora, sendo abordados conteúdos ligados aos temas do preconceito, racismo, etnocentrismo, branquitude, identidade, raça, etnia e cultura. É pretensão que a disciplina atenda a proposta de desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Preconceito, racismo, branquitude e etnocentrismo 2. Identidade, raça, etnia e cultura 3. A educação e as relações raciais e étnicas no Brasil 4. Educação e políticas de promoção da igualdade racial 5. Mobilização política, identidade étnica e relações de poder 6. Práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Letramento e Justificando, 2019.	
BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt21_trabalhoencomendado_gersem.pdf	
BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Cia das Letras, 2022.	
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.	
BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.	
BRASIL. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO/MEC/ANPed, 2005.	
BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.	
CANDAU, Vera (org.). Educação intercultural e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.	

DAFLON, Verônica; FERES, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Outros Temas, Cad. Pesqui.* 43 (148), abril, 2013.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino (Org.); SILVA, P. B. G. e (Org.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GOMES, Nilma Lino. *Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/03*. Brasília: MEC/UNESCO, 2012.

GOMES, Nilma Lino. *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, pp. 223–243, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, pp. 93-107, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Raça e os estudos de relações raciais no Brasil*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 54, pp. 147-156, 1999.

HOOKS, bell. *Ensinando a Transgredir. A Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, no. 87, p. 77-95, Julho de 2010.

LUCIANO, Gersem. *Educação para manejo e domesticação do mundo – entre a escola ideal e a escola real: Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2011.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELIÁ, Bartolomeu. "Educação indígena na escola". *Caderno Cedes*, ano XIX, n. 49, Dezembro de 1999.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história do negro na escola brasileira? *NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos*, v. 1, p. 62-67, 2011.

PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Código: PEO039	Departamento: Educação
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Contribuições da Psicologia para a compreensão das relações de ensino e aprendizagem. A sala de aula como espaço de aprendizagem e de desenvolvimento. O papel do professor na relação de aprendizagem. A construção de conhecimento e a avaliação da aprendizagem.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. Psicologia e suas interfaces com a Educação: As diferentes facetas da Psicologia: ciência, disciplina e profissão; A construção dos conceitos de infância e adolescência; Psicologia Escolar e Educacional como campo de produção e aplicação de conhecimento científico.
2. Psicanálise e Educação: Aspectos biográficos de Sigmund Freud e elementos históricos da Psicanálise; A sexualidade da criança e do adolescente e sua relação com a Educação; A relação professor-estudante e o conceito de transferência.
3. Psicologia e Epistemologia Genéticas: contribuições para a Educação: Aspectos biográficos de Jean Piaget e elementos históricos da Psicologia Genética; Fatores do desenvolvimento mental; O desenvolvimento da criança e do adolescente; O desenvolvimento moral e afetivo; A Educação a partir da Psicologia e Epistemologia Genéticas.
4. Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para a Educação: Aspectos biográficos da troika russa e elementos históricos da Psicologia Histórico-Cultural; Relações entre natureza e cultura; Desenvolvimento cultural e instrução escolar; A Educação a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008.
- DOLLE, Jean-Marie. História e método. In: DOLLE, J.M. Para compreender Jean-Piaget. Rio de Janeiro: Agir, 2000. p. 7-51. FERREIRA, Arthur Arruda Leal;
- FERREIRA, Arthur Arruda Leal; ARAÚJO, Saulo de Freitas. Da invenção da infância à psicologia do desenvolvimento. Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 3-12, 2009.
- FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Vontade instrumento de autorregulação em situações de conflito. In: II Congresso de Pesquisas em Psicologia e Educação Moral Campinas, 4 a 7 de julho de 2011.
- FREUD, Sigmund. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: FREUD, S. Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 283-289.
- FREUD, Sigmund. Conferência XXVII: Transferência. In: FREUD, S. Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. O esclarecimento sexual das crianças [1907]. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 135-144.
- FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais das crianças [1908]. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 1-6.
- FUHRRAAD, Ingrid Lilian; XIMENES, Penélope. Contribuições da Psicologia para a Educação. In: TUNES, Elizabeth (Org.), O fio tenso que une a psicologia à educação / Organização Elizabeth Tunes. – Brasília: UniCEUB, 2013. p. 17-28.
- GARCÍA-ROZA, Luiz Alfredo. Psicologia: um espaço de dispersão de saber. Rádice, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 20-26, 1977.
- GROSSMAN, Eloísa. A construção social da adolescência no Ocidente. Adolescência & Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 47-51, 2010.
- LEONTIEV, Alexei. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1978. p. 261-284.
- LURIA, Alexander Romanovich. Vigotskii. In: VIGOTSKII, L.; LURIA, A. R.; LEONTIEV. A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 11ª ed. São Paulo: Ícone, 2010. p. 21-37

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- PÁDUA, Gelson Luiz Daldegan de. A Epistemologia Genética de Jean Piaget. In: Revista FACEVV | 1o Semestre de 2009 | Número 2 | p. 22-35.
- PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. Os fatores do desenvolvimento mental. In: PIAGET, J.; INHELDER, B. A psicologia da criança. 11a ed. Rio de Janeiro: Difel, 2021. p. 134-141.
- PIAGET, Jean. A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao reforço do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. In: PIAGET, J. Para onde vai a educação. 3a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 59-79.
- PIAGET, Jean. O desenvolvimento mental da criança. In: PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. 24a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 13-67.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

O objetivo da parte prática da disciplina é desenvolver atividades socioeducativas ligadas às desigualdades étnico-raciais. Em sua dimensão extensionista, é propósito que sejam desenvolvidas práticas educativas envolvendo a educação das relações étnico-raciais para o entorno da cidade de Juiz de Fora, sendo abordados conteúdos ligados aos temas do preconceito, racismo, etnocentrismo, branquitude, identidade, raça, etnia e cultura. É pretensão que a disciplina atenda a proposta de desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Preconceito, racismo, branquitude e etnocentrismo
2. Identidade, raça, etnia e cultura
3. A educação e as relações raciais e étnicas no Brasil
4. Educação e políticas de promoção da igualdade racial
5. Mobilização política, identidade étnica e relações de poder
6. Práticas pedagógicas antirracistas no contexto escolar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Letramento e Justificando, 2019.
- BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt21_trabalhoencomendado_gersem.pdf
- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Cia das Letras, 2022.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.
- BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BRASIL. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO/MEC/ANPEd, 2005.
- BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- CANDAU, Vera (org.). Educação intercultural e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- DAFLON, Verônica; FERES, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. Outros Temas, Cad. Pesqui. 43 (148), abril, 2013.
- DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, Florestan. A Integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GOMES, Nilma Lino (Org.); SILVA, P. B. G. e (Org.). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/03. Brasília: MEC/UNESCO, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, pp. 223–243, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, pp. 93-107, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 54, pp. 147-156, 1999.

HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir. A Educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, no. 87, p. 77-95, Julho de 2010.

LUCIANO, Gersem. Educação para manejo e domesticação do mundo – entre a escola ideal e a escola real: Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2011.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELIÁ, Bartolomeu. "Educação indígena na escola". Caderno Cedes, ano XIX, n. 49, Dezembro de 1999.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história do negro na escola brasileira? NGUZU: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, v. 1, p. 62-67, 2011.

QUESTÕES FILOSÓFICAS APLICADAS À EDUCAÇÃO

Código: EDU054	Departamento: Educação
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Análise da relação entre filosofia e educação, considerando o ERE no ensino das disciplinas das diversas licenciaturas, evidenciando o processo de ensino aprendizagem.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. O que é o conhecimento filosófico e como se dá o processo do filosofar no ERE. 2. Verificar como se ensina a filosofar, considerando a moralidade, a ética, direito, liberdade e a razão na educação do século XXI, no processo do aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos). LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção magistério. Série formação do professor). ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de filosofia. São Paulo: Moderna, 1992. DALBOSCO, Cláudio A. Kant e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011 (Coleção Pensadores e Educação). FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia-saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996 (Coleção Leitura).	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
VALLS, Álvaro L. M. O que é ética? São Paulo: Brasiliense, 2016 (Coleção Primeiros Passos). MORAIS, Regis de (Org.). Sala de aula - Que espaço é esse? Campinas, SP: Papirus, 1994. GALLO, Sílvia (Coord.) Ética e cidadania-caminhos da filosofia. Campinas, SP: Papirus, 2012.	

TÓPICOS EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS: SOCIOLINGÜÍSTICA

Código: LEC351	Departamento: Letras
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Linguagem e sociedade. Sociolinguística Variacionista. Sociolinguística Interacional. Linguagem em contextos institucionais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Ferramentas teóricas e analíticas para o estudo da dimensão social da linguagem humana. 2. A teoria da variação. 3. Condicionadores sociais: variações diatópicas, diastráticas e diafásicas. 4. O estudo da organização social do discurso em interação. 5. O entendimento de linguagem como forma de ação. 6. O estudo da linguagem em contextos institucionais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ALKMIM, T.; CAMACHO, R. G. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. LODER, L.; JUNG, N. M. (Org.). Fala-em-interação institucional: a perspectiva da análise da conversa etnometodológica. São Paulo: Contexto, 2009. PRETI, D. Sociolinguística: os níveis de fala. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). Sociolinguística interacional. São Paulo: Loyola, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004. OSTERMANN, A. C.; OLIVEIRA, M. C. L. O. (Orgs.). Você está entendendo? Contribuições dos estudos de fala-em-interação para a prática do teleatendimento. Mercado de Letras: 2015. SILVEIRA, S.B.; ABRITTA, S. C.; VIEIRA, A. T. Linguística aplicada em contextos legais. Jundiaí: Paco, 2015.	

8.3 – Disciplinas Obrigatórias do Núcleo Profissionalizante**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA I**

Código: EDU253	Departamento: Educação
Carga-Horária: 140 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Esta disciplina tem como objetivo orientar as atividades de observação do campo, orientar a elaboração dos planos de aula e das atividades avaliativas a serem aplicadas aos alunos do ensino médio. Dialoga em todas as dimensões com a disciplina Reflexões sobre o espaço escolar I – ensino de Sociologia.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Cotidiano escolar: Esta unidade orienta os estudantes na realização da pesquisa sobre o cotidiano escolar. Momento em que os(as) licenciandos(as) devem explorar o espaço escolar com fins de entender as relações que se estabelecem no espaço escolar. 2. Saberes docentes e a prática dos professores de Sociologia: Esta Unidade visa o acompanhamento sistemático dos professores de sociologia da educação básica e suas aulas. 3. Elaboração de planos de aula, recursos didáticos e atividade avaliativa: Esta atividade consiste na elaboração dos planos de aula, conforme a indicação temática do professor supervisor, elaborar um recurso didático, bem como uma atividade avaliativa.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ANDRÉ, M. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. CANDAU, V. M. Pluralidade Cultural, Cotidiano Escolar e Formação de Professores. In: _____. (Org.). Magistério: construção cotidiana. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. CERTEAU, M. A invenção do cotidiano 1: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. _____. A cultura do plural. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Travessia do Século). CHIZZOTTI, A. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, I. (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1992. FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
GIARD, L.; CERTEAU, M. A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional. In NÓVOA, A. Profissão professor. Portugal: Porto, 1995. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.	

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA II

Código: EDU254	Departamento: Educação
Carga-Horária: 140 horas	Modalidade: Prática
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA
Esta disciplina tem como objetivo orientar as atividades de observação do campo, orientar a elaboração dos planos de aula e das atividades avaliativas a serem aplicadas aos alunos do ensino médio. Dialoga em todas as dimensões com a disciplina EDU251 – Reflexões sobre o espaço escolar II – ensino de Sociologia.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Formação e prática docente 2. Professores de Sociologia: 3. Avaliação de aprendizagem 4. O que faltou na formação de professores?
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CHARLOT, B. Da relação com o saber às práticas educativas. Cap.3 O professor na Sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição SILVA; R. S.; BODART, C. das N. O perfil do professor de sociologia do ensino médio e sua percepção da condição docente; ARROYO, Miguel g. Identidades docentes – educadoras reinventadas: formação docente – educadora repolitizada. In: SARAIVA, A.M.A.; PASSOS, D.O.R. dos; OLIVEIRA, R.C. Políticas educacionais e trabalho docente no século XXI: desafios para a formação humana. – 1ed. – São Carlos: De Castro, 2021 NASCIMENTO, L. A.; MAGRI, S. L; LOPES, T. J. da S. Utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação na Educação: políticas, limites, possibilidades e inclusão digital em tempos de distanciamento social. In: SARAIVA, A.M.A.; BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: PASSOS, D.O.R. dos; OLIVEIRA, R.C. Políticas educacionais e trabalho docente no século XXI: desafios para a formação humana. – 1ed. – São Carlos: De Castro, 2021 UNESCO. Professores do Brasil: novos cenários de formação, 2019; GOBBI, M. Professores e professoras de Sociologia no Ensino Médio: práticas docentes e representações.

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR I - ENSINO DE SOCIOLOGIA

Código: EDU250	Departamento: Educação
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Ensino de Sociologia I / Prática em Ensino de Sociologia II	
EMENTA	
Esta disciplina tem como objetivo realizar discussão de situações observadas no campo de estágio, dialogar com professores de sociologia da educação básica e propor a aprendizagem por meio de pesquisa com temas sobre a docência e avaliação de aprendizagem.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. Cotidiano escolar: Esta unidade orienta os estudantes na realização da pesquisa sobre o cotidiano escolar. Momento em que os(as) licenciandos(as) devem explorar o espaço escolar com fins de entender as relações que se estabelecem no espaço escolar.
2. Saberes docentes e a prática dos professores de Sociologia: Esta Unidade visa o acompanhamento sistemático dos professores de sociologia da educação básica e suas aulas.
3. Elaboração de planos de aula, recursos didáticos e atividade avaliativa: Esta atividade consiste na elaboração dos planos de aula, conforme a indicação temática do professor supervisor, elaborar um recurso didático, bem como uma atividade avaliativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRÉ, M. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
 CANDAU, V. M. Pluralidade Cultural, Cotidiano Escolar e Formação de Professores. In: _____. (Org.). Magistério: construção cotidiana. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
 CERTEAU, M. A invenção do cotidiano 1: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
 _____. A cultura do plural. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Travessia do Século).
 CHIZZOTTI, A. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, I. (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007.
 GIARD, L.; CERTEAU, M. A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
 SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional. In NÓVOA, A. Profissão professor. Portugal: Porto, 1995.
 TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR II - ENSINO DE SOCIOLOGIA

Código: EDU251	Departamento: Educação
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Reflexões sobre a atuação no espaço escolar I – Ensino de Sociologia	
EMENTA	
Esta disciplina tem como objetivo realizar discussão de situações observadas no campo de estágio, dialogar com professores de sociologia da educação básica e propor a aprendizagem por meio de pesquisa com temas sobre a docência e avaliação de aprendizagem.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Formação e prática docente 2. Professores de Sociologia: 3. Avaliação de aprendizagem 4. O que faltou na formação de professores?	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHARLOT, B. Da relação com o saber às práticas educativas. Cap.3 O professor na Sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição SILVA; R. S.;
BODART, C. das N. O perfil do professor de sociologia do ensino médio e sua percepção da condição docente;
ARROYO, Miguel g. Identidades docentes – educadoras reinventadas: formação docente – educadora repolitizada. In: SARAIVA, A.M.A.; PASSOS, D.O.R. dos;
OLIVEIRA, R.C. Políticas educacionais e trabalho docente no século XXI: desafios para a formação humana. – 1ed. – São Carlos: De Castro, 2021
NASCIMENTO, L. A.; MAGRI, S. L; LOPES, T. J. da S. Utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação na Educação: políticas, limites, possibilidades e inclusão digital em tempos de distanciamento social. In: SARAIVA, A.M.A.;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PASSOS, D.O.R. dos; OLIVEIRA, R.C. Políticas educacionais e trabalho docente no século XXI: desafios para a formação humana. – 1ed. – São Carlos: De Castro, 2021
UNESCO. Professores do Brasil: novos cenários de formação, 2019;

8.4 – Disciplinas Eletivas**AÇÃO, SUJEITO, INSTITUIÇÕES E MUDANÇAS SOCIAIS**

Código: CSO138	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Discutir as principais correntes teóricas do pensamento sociológico e os principais autores que abordam a ação como elemento basilar das relações sociais, da formação dos atores, das instituições sociais, dos processos emancipatórios e de mudanças sociais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Funcionalismo e teoria da ação de Parsons: ação, sistema e valores; normas e integração social; instituição e papéis sociais; desvio, anomia e conflitos. 2. Habermas e a teoria do agir comunicativo: racionalidade e modernidade; ação, sujeito e consenso racional; reprodução da vida social e processos emancipatórios. 3. A ação, sujeito e estrutura na sociologia de Bourdieu: os conceitos de habitus, campo e ação prática. 4. Ação, sujeito coletivo e sujeito histórico na análise de Touraine: a análise do sujeito; valores e ação; sujeitos coletivos e mudanças sociais. 5. Identidade e experiência em François Dubet e Claude Dubar: experiência e suas lógicas elementares de ação (integração, estratégia e subjetivação); experiência e sistemas; experiência e constituição do sujeito; identidade social como articulação entre identidade individual e identidade coletiva; processo de desinstitucionalização.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
DUBAR, Claude. 2005. A socialização. construção das idéias sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes. DUBET, François. 1996. Sociologia da experiência. Lisboa, Instituto Piaget. DUBET, François. 2002. El declive de la institución. Buenos Aires: Editorial Edisa. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). 1999. Teoria social hoje. São Paulo: Unesp. BOURDIEU, Pierre. 2007. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp. BOURDIEU, Pierre. 2008. O poder Simbólico. São Paulo: DIFEL. HABERMAS, Jürgen. 1987. Teoria da la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social. 2 vols. Madrid: Taurus.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
HABERMAS, Jürgen. 1989. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. PARSONS, Talcott. 2010. A estrutura da ação social. Petrópolis: Vozes. TORRAINE, Alain. 2002. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes. TORRAINE, Alain. 2003. Poderemos Viver Juntos? Petrópolis: Vozes. TORRAINE, Alain. 1972. Sociologie de l'action, Paris: Seuil.	

ANTROPOLOGIA DAS EMOÇÕES

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

O estudo das emoções pela perspectiva da antropologia. As fronteiras entre o biológico/ corpo e o social/cultura a partir das experiências emocionais. O papel das emoções nas interações e rituais. As emoções nas sociedades ocidentais modernas. Formulações teóricas clássicas sobre as emoções em antropologia. Perspectivas contemporâneas e correntes antropológicas dedicadas aos estudos das emoções.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Emoções, biologia e cultura
2. Indivíduo, sociedade e emoção
3. Perspectiva contextualista e a expressão das emoções
4. Micropolítica das emoções
5. O olhar antropológico para as emoções: amor, raiva, medo, solidão, etc

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABU-LUGHOD, Lila. 1986. *Veiled sentiments: honor and poetry in a bedouin society*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- BALAZS, Gabrielle. 1997. A solidão. In: P. Bourdieu (org.), *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- BENEDICT, Ruth. 2013. *Padrões de cultura*. Petrópolis: Vozes.
- BIEHL, João. 2008. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 2, p. 413-449.
- DAS, Veena. 1999. Fronteiras, violência e o trabalho de campo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n. 40, p. 31-42.
- DAS, Veena. 2011. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 9-41.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. 1999. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade, sexualidade na cultura ocidental moderna. In: M. L. Heilborn, *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. 2013. Aonde caminha a moralidade? *Cadernos Pagu*, n. 41, p. 19-27.
- ELIAS, Norbert. 2001. *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer ou morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. 2013. Trabalho emocional, regras de sentimento e estrutura social. In: COELHO, Maria Claudia (org.), *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LUTZ, Catherine. 1988. *Unnatural emotions: everyday sentiments on a Micronesian Atoll and their challenge to western theory*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MEAD, Margaret. 2009. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva.
- MAUSS, Marcel. 1980. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: S. Figueira (org.), *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. 2010. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- ROSALDO, Michelle. 1984. Toward an anthropology of self and feeling. In: R. A. Shweder e R. A. Le Vine (orgs.), *Culture Theory: essays on self, mind and emotions*. London: Cambridge University Press.
- VELHO, Gilberto. 1994. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VICTORA, Ceres. 2011. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da antropologia. *Reciis*, v. 5, n. 4, p. 3-13.

ANTROPOLOGIA DO CURSO DA VIDA E GERAÇÕES

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica

Pré-requisitos: Não há

EMENTA

As categorias de idade como construções culturais. Infância, juventude, velhice e vida adulta enquanto processos sociais e relações de poder. O curso da vida, cronologização e os efeitos da passagem do tempo nas experiências dos sujeitos. A dinâmica relacional entre os grupos etários e a história. Modernidade e as transformações operadas no curso da vida.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Períodos da vida como construção cultural
2. Processos biológicos e a diversidade histórica e social
3. Antropologia da criança, juventude e envelhecimento
4. Relações geracionais
5. O curso da vida e a experiência contemporânea

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABRAMO, Helena Wendel. 1997. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". Revista Brasileira de Educação, n. 5-6, p. 25-36.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & TRACY, Kátia Maria de Almeida. 2003. Noites Nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas.
- ALVES, Andréa Moraes. 2004. A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- ÀRIES, Phillipe. 1981. História Social da Criança e da Família. Editora Guanabara: Rio de Janeiro.
- BARROS, Myriam Lins de. 1998. Velhice ou Terceira Idade? , Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.
- BARROS, Myriam Lins de. 1987. Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BIEHL, João. 2020. "Do incerto ao inacabado: Uma aproximação com a criação etnográfica". Mana, v. 26, n. 3, p. 1-33.
- BRANDÃO, Elaine Reis e HEILBORN, Maria Luiza. 2006. "Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil". Cadernos de Saúde Pública, v.22, n. 7, p. 1421-1430.
- COHN, Clarice. 2013. "Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil". Civitas, v.13, n.2, p. 221-244.
- DEBERT, Guita Grin. 1999. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp/ Fapesp.
- INGOLD, Tim. 2015. Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. 1996. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: J. G. C. Magnani & L. L. Torres (orgs.), Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Ed Usp/ Fapesp.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MANNHEIM, Karl. 1982. "O problema sociológico das gerações". In: M. M. Foracchi (org.), Karl Mannheim: sociologia. São Paulo: Ática.
- NOVAES, Regina. 2019. "Juventudes e religiosidades: sinais dos tempos no Brasil contemporâneo". Caminho com o Itepa, v. 36, n. 126, p. 17-55.
- PEIXOTO, Clarice. 1998. "Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade". In: M. M. Lins de Barros (org.), Velhice ou Terceira Idade: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- PIRES, Flávia. 2010. "Tornando-se adulto: uma abordagem antropológica sobre crianças e religião". Religião e Sociedade, v. 30, n. 1, p. 143-164.

VELHO, Gilberto. 1981. Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O estudo dos fenômenos políticos, das relações de poder, da administração pública e do estado pela perspectiva da Antropologia. As fronteiras entre cultura e poder a partir das experiências etnográficas. O papel das interações e rituais como elementos constitutivos da política. As relações de poder e as hierarquias sociais nas sociedades ocidentais e não-ocidentais. Formulações teóricas clássicas sobre política e poder em Antropologia. Perspectivas contemporâneas e correntes antropológicas dedicadas ao estudo das práticas de poder.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Cultura e poder 2. Etnografia das instituições 3. Perspectivas etnográficas do estado e das políticas públicas 4. Micropolíticas do cotidiano 5. O olhar antropológico para as práticas de poder	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, representação política e recursos públicos. Horiz. antropol. [online]. 2001, vol.7, n.15, pp. 181-207. BORGES, Antonádia. Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política. Mana [online]. 2005, vol.11, n.1, pp. 67-93. CASTILHO, Sérgio; Antonio C. SOUZA LIMA; Carla C. TEXEIRA. Antropologia das práticas de poder. Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014. CHAVES, Christine. Festas da política. Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003. CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. EVANS-PRITCHARD, Edward. E. Os Nuer. Uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. DOUGLAS, Mary; Douglas WILDAVSKY. Risk and Culture. An essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1982. FELDMAN-BIANCO, Bela. Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos. São Paulo: Editora Unesp, 2009. FOUCAULT, Michel. Repensar a política. (Coleção Ditos e Escritos/Organizador por Manoel Barros da Mota). Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
GELLNER, Ernest. Antropologia e Política. Revoluções no bosque Sagrado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1997. GREENE, Shane. Customizing indigeneity. Paths to a visionary politics in Peru. California: Stanford University Press, 2009 KUSCHNIR, Karina. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. LEACH, Edmund. Sistema políticos da Alta Birmânia. São Paulo: EDUSP, 1996.	

PEIRANO, Mariza. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006

SOUZA LIMA, Antonio C. Gestar e Gerir. (Coleção Antropologia da política) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SIMMEL, Georg. Conflict and the web of Group-Affiliations. New York, London, Toronto, Sydney, Singapore: The Free press, 1955.

TEIXEIRA, Carla. A honra da política. (Coleção Antropologia da política) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

TEIXEIRA, Carla e Christine CHAVE. Espaços e tempos da política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

VEYNE, Paul; Jean-Paul VERNANT et al. Indivíduo e poder. Lisboa: Perspectiva do homem/edições 70, 1987.

WOLF, Eric. Antropologia e poder. Contribuições de Eric Wolf. (Orgs Bela Feldman-Biando e Gustavo L Ribeiro). Brasília/São Paulo: Editora UNB/Imprensa Oficial/ Editora Unicamp, 2003.

ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

As perspectivas antropológicas em diálogo com a História. História, narrativas e distintas formas de oralidade enquanto processos sociais e relações de poder. Os enquadramentos e enfoques culturais sobre o conceito de tempo, temporalidade e memória nas experiências dos sujeitos e das coletividades. A dinâmica relacional entre tempo, espaço e história. Transformações, dinâmicas cotidianas e relações entre conhecimento, tempo, poder e memória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Narrativas, trajetórias, memória.
2. Diversidade cultural do conceito de história.
3. Antropologia das narrativas e oralidades.
4. Relações entre tempo, memória e escrita etnográfica.
5. O debate contemporâneo sobre as categorias de tempo, história, cultura e memória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC; São Paulo: ANPUH, 2006.

CORRÊA, Mariza. Antropólogas e Antropologia. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14 n. 40, junho, 1999.

DAS, Veena. Vida e Palavras A Violência e sua Descida ao Ordinário. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOCHMAN, Gilberto.; ARMUS, Diego. Cuidar, controlar, curar. Ensaio histórico sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo. Editora Ática, 1960.

JIMENO, Miriam. La Vocación Crítica de la antropología em latinoamerica. Antipod. Rev. Antropol. Arqueol. no.1 Bogotá Jan./Dec. 2005.

MAHMOOD, Saba. 2006. "Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito". Etnográfica, n. 10, v.1, p: 121-158.

MONTERO, Paula (Org.). Entre o mito e a história: as comemorações em torno do V centenário do Descobrimento da América. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. "Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas". Horizontes Antropológicos, n. 58, pgs 7-31. Porto Alegre, set/dezembro 2020, UFRGS.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999.
 PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org.). A Presença Indígena no Nordeste: Processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
 PACHECO DE OLIVEIRA, João. "Sobre índios, macacos, peixes: narrativas e memórias de intolerância na Amazônia contemporânea". Revista Etnográfica, v. 4, n.2, p. 285-310, 2000.
 RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François {et al}. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
 SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; VIANNA, A. R. B. História, Antropologia e Relações de Poder. Algumas considerações em torno de saberes e fazeres sobre o Social. In: Jurandir Malerba. (Org.). A velha História: teoria, método e historiografia. 1ed.CAMPINAS: PAPIRUS, 1996, p. 127-152.
 STRATHERN, Marilyn. Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia. São Paulo: Terceiro Nome, 1986.
 TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A Questão do Outro. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1983.
 WOLF, Eric. A Europa e os povos sem história. São Paulo: Edusp, 2009.

ANTROPOLOGIA DOS OBJETOS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Abordagens dos objetos/das coisas na antropologia. Os processos técnicos, os objetos e seus significados. Objetos, corporalidade, ontologias. Arte, tecnologia e agência. Circulação e transformação de objetos. Objetos em coleções etnográficas e museus: colonialidade e reversões. Debates contemporâneos no campo da antropologia das técnicas e das coisas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Antropologia dos objetos e da tecnologia. 2. Os processos técnicos, os objetos e seus significados 3. O debate sobre agência das coisas 4. Coleccionismo, objetos, coleções etnográficas e museus 5. Processos técnicos e objetos: transformações culturais	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ABREU, Regina e ATHIAS, Renato (Orgs.). 2016. Museus e Atores Sociais: perspectivas antropológicas. ABA. BARCELOS NETO, Aristóteles. 2010. O despertar das máscaras grandes do Alto Xingu: iconografia e transformação. In: Revista de Antropologia da UFSCar, 2(2): 43-66. BOAS, Franz. Primitive Art. New York: Dover Publications, 1955 [1927]. CESARINO, Pedro. 2017. Conflitos e pressupostos na antropologia da arte. RBCS. V. 32 n. 93. CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. In: Revista do IPHAN N. 23, 1994. DESCOLA, Philippe. 2010. La fabrique des images: visions du monde et formes de la représentation. Paris: Musée du Quai Branly/SOMOGY-Éditions D'Art. FABIAN, J. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. Mana 16(1):59-73. 2010.	

FAUSTO, Carlos. 2020. Art Effects: image, agency and ritual in Amazonia. Lincoln: Univ. of Nebraska Press.
 GELL, Alfred. 2018 [1998]. Arte e agência: uma teoria antropológica. São Paulo, Ubu Editora.
 GELL, A. A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. Trad. Jason Campelo. Concinnitas, 1(8). 2005.
 GONÇALVES, J.R.S. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. IPHAN /DEMU, Rio, 2007.
 HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari (Eds.). 2007. Thinking through things – theorising artefacts ethnographically. Londres, Routledge.
 HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, M.A.(eds).2017.Things as concepts. In: The ontological turn. Cambridge, Cambridge University Press. Pp. 199-242.
 INGOLD, Tim. “Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais”. Horizontes Antropológicos, (37):25-44, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KOPYTOFF, Igor. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. EdUFF, RJ, 2008.
 LAGROU, E. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. In: Arte indígena no Brasil. Belo Horizonte: Editora C/Arte. pp. 11-37. 2009.
 LATOUR, Bruno. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem? Horizontes antropológicos. [online]. 2008, 14 (29).
 PRICE, S. Objetos de arte e artefatos etnográficos. In: Arte Primitiva em Centros Civilizados. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2000.
 MILLER, Daniel. Trecos, troços e coisas. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
 STALLYBRASS, Peter. O casaco de Marx. Belo Horizonte: Autentica, 2008.
 SANTOS-GRANERO, Fernando. 2009. The Occult Life of Things: Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood, edited by Fernando. Tucson: University of Arizona Press.
 SEVERI, Carlo. & LAGROU, Elsje (orgs). Quimeras em diálogo: Grafismo e figuração na arte indígena. Rio de Janeiro: 7Letras.
 STRATHERN, Marilyn. [1990]. 2010.Artefatos da história. Evento e a interpretação de imagens. In: O efeito etnográfico.
 VELTHEM, L.H. Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos. In: Textos escolhidos de cultura e arte populares. Rio de Janeiro, (7)1:56-65. 2010.

ANTROPOLOGIA DA NATUREZA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Natureza e cultura: conflitos ontológicos. A crítica antropológica ao dualismo natureza/cultura. Paradigma ecológico na antropologia. A vida multiespécie e a abordagem da socialidade além do humano: questões teóricas e metodológicas. Natureza como sujeito político e a proposição cosmopolítica. Crise climática e o debate sobre os fins: perspectivas antropológicas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Natureza e cultura: conflitos ontológicos. 2. A crítica antropológica ao dualismo natureza/cultura 3. Socialidade além do humano: perspectivas teóricas e questões metodológicas 4. Políticas da natureza e a proposição cosmopolítica 5. Crise climática e fins: debates antropológicos	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BATESON, Gregory. 1972. Steps to an ecology of mind: collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution and Epistemology. Nova York: Ballantine Books.
- DANOWSKI, Déborah e Viveiros de Castro, E. Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. 2014. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental.
- COELHO, Marcela. 2017. "T/terras Indígenas e Territórios Conceituais: incursões etnográficas e controvérsias públicas". Entreterras. V. 1, n. 1.
- DE LA CADENA, Marisol. 2015. Earth beings, ecologies of practice across Andean worlds. Durham: Duke University Press.
- DESCOLA, Philippe. 2005. Par-delà nature et culture. Paris: Gallimard.
- DESCOLA, Philippe. 2016. Outras naturezas, outras culturas. Trad. Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34.
- HARAWAY, Donna. O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- INGOLD, Tim. 2000 [1995-1996]. The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge.
- INGOLD, Tim. 2015[2011]. Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes.
- KOHN, Eduardo. How forests think: toward an anthropology beyond the human. 2013. Berkeley: University of California Press.
- KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. 2015. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Cia das Letras.
- KRENAK, Ailton. 2019. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LATOUR, Bruno. 2004. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia?. Bauru, SP:EDUSC.
- MARRAS, Stelio e outros. 2018. Entreviver – desafios cosmopolíticos contemporâneos. Dossiê. Revista do IEB/USP, n.69. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p13-23>.
- POVINELLI, Elizabeth. Geontologies. Durham: Duke University Press. 2016.
- OS MIL NOMBRES DE GAIA: do Antropoceno à idade da Terra - Volume 1. 2022. Coletânea. Editora Machado.
- STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista IEB, [S. l.], n. 69, p. 442-464, 2018.
- STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima. Cosac. & Naify, 2015.
- SÜSSEKIND, Felipe. 2018. "Sobre a Vida Multiespécies". Revista do IEB. N. 69.
- TSING, A. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177–201, 2015. DOI: 10.5007/2175-8034.2015v17n1p177.
- TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2015. Metafísicas Canibais. elementos para uma antropologia pós- estrutural. São Paulo: Cosac & Naify.
- VIEIRA, Suzane A & VILLELA, Jorge M. orgs. 2020. Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal. [E-book]. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária.

ANTROPOLOGIA DA ALIMENTAÇÃO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A construção do campo de investigação sobre as perspectivas socioculturais da alimentação. As representações e práticas alimentares como partes constitutivas das formas de vida coletivas. A produção do "fato alimentar" na perspectiva simbólica e material da comida, envolvendo-se formas de subjetivação, identidades, sistemas de produção e consumo. As relações entre alimentação e desigualdades sociais, e seu diálogo com a antropologia da saúde e da doença. Dissidências alimentares e construção de modelos de produção e consumo alimentar contra hegemônicos.	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A construção do campo da antropologia da alimentação 2. As gramáticas culinárias 3. Ecologia e produção alimentar 4. Alimentação e desigualdades 5. Modernidades alimentares e globalização	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CANESQUI A.M. & GARCIA R.W.D. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. CASCUDO, Luís da Câmara. História da alimentação no Brasil. São Paulo, Global, 1967. CASTRO, H. C. e MACIEL, M. E. A comida boa para pensar: Sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 8, p. 321-328, 2013. CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. Alimentação, Sociedade e Cultura. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2011 ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. 1 – Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994. FISCHLER, C. El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona, Anagrama, 1995 FLANDRIN, J. L. & MONTANARI, M. História da Alimentação. São Paulo, Estação Liberdade, 1998. GOODY, Jack. Cozinha, culinária e classes – um estudo de sociologia comparativa. Oeiras, Portugal: Celta, 1998. HARRIS, Marvin. Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: DA MATTA, R. (org.) Edmund Leach. São Paulo, Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
LEVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In: SIMONIS, Ivan. Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou a paixão do incesto. Lisboa: Moraes, 1979. MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia. Uma breve revisão. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.16, n.47. São Paulo, outubro 2001. NIEDERLE, Paulo André e WESZ JÚNIOR, Waldemar João. As novas ordens alimentares. Porto Alegre, Editora da UFRGS POULAIN, Jean-Pierre. Sociologias da alimentação. Os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis, Ed. UFSC, 2006. SANTOS, M.G., QUINTERO, M. Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018 THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800). São Paulo, Cia das Letras, 2010.	

ANTROPOLOGIA DO CORPO E DA SAÚDE

Código: CSO128	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

Representações e práticas em torno do corpo, da saúde e da doença. Corporalidade, subjetividade e cultura. Estética e técnicas de mudanças corporais. Racionalidade e crença; os sistemas médicos ocidentais e não-ocidentais. Experiência e interpretação da doença e do sofrimento; práticas e tecnologias terapêuticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Corpo, emoções e símbolos
2. Gênero e sexualidade
3. A doença, as terapias e o papel do paciente
4. Indivíduo, estética e tecnologias corporais
5. Ritual, eficácia e cura

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALMEIDA, Miguel Vale de (org.). 1996. *Corpo Presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras: Celta Editora.
- BOLTANSKI Luc. 1979. *As classes sociais e o corpo*. Graal: Rio de Janeiro.
- BOUCHILLET, Dominique. (org.). 1991. *Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR/CEJUP/UEP.
- BUTLER, Judith. 2003. *O problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CSORDAS, Thomas. 1994. *Embodiment and experience: the existential ground of culture and self*. New York: Cambridge University Press.
- DOUGLAS, Mary. 1976 (1966). *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.
- DOUGLAS, Mary. 1996 (1970). *Natural symbols: explorations in cosmology*. London; New York: Routledge.
- DUARTE, L. F. & LEAL, O. F. (org.). 1998. *Doença, sofrimento e perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- FOUCAULT, Michel. 1997. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LAPLANTINE F. 1986. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes.
- LE BRETON, David. 2003. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papirus.
- LE BRETON, David. 2009. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.
- LE BRETON, David. 2011. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- LEAL, Ondina Fachel (org.). 1995. *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da Universidade; UFRGS.
- MARTIN, Emily. 2006. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.
- PARKER R & BARBOSA R. 1996. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- RODRIGUES, José Carlos. 1979. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- RODRIGUES, José Carlos. 1999. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- ROSALDO, Michelle. 1984. "Toward an anthropology of self and feeling". In: R. SHWEDER e R. LEVINE (orgs.). *Culture theory: essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e alma*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

ANTROPOLOGIA E PROCESSOS EDUCATIVOS

Código: CSO132

Departamento: Ciências Sociais

Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso tem por objetivo estabelecer um diálogo entre Antropologia e Educação, bem como uma reflexão sobre processos educativos em diferentes contextos sociais. A partir da análise da cultura como orientadora da percepção e significação da realidade, alguns temas se destacam neste diálogo entre socialização e aprendizagem, entre cultura e educação, a exemplo dos processos interculturais infantis e os sistemas educativos informais, e da instituição escolar enquanto espaço de convívio, de confronto, campo de sociabilidade e alteridade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Cultura e socialização 2. Processos educativos e contextos culturais 3. Literacia e a oralidade como formas sociais 4. A escola enquanto campo de sociabilidade e alteridade 5. As tensões entre o singular e o universal no projeto educativo	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BERGER, Peter & LUCKMANN, T. <i>A construção social da realidade</i> . Petrópolis:Vozes, 1978 BORDIEU, Pierre. <i>A reprodução</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992 BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos de Educação</i> . Petrópolis: Vozes, 1998. CHARTIER, R. <i>A história cultural: entre práticas e representações</i> . Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990. DAUSTER, Tania (Org.). <i>Antropologia e educação. Um saber de fronteira</i> . Rio de Janeiro: Forma&Ação, 2007 DAYRELL, J. (org.). <i>Múltiplos olhares sobre educação e cultura</i> . Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1996. ELIAS, Norbert. <i>Na sociedade dos indivíduos</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 ERNY, P. <i>Etnologia da educação</i> . Rio de Janeiro, Zahar, 1982 FREINET, Celestin. <i>Para uma escola do povo</i> . São Paulo: Martins Fontes, XXXGALLI, Matilde C. <i>Antropologia culturale e processi educativi</i> . Scandicci (Firenze), Nuova Italia, 1993. GOODY, Jack. The interface between the Written and the Oral. Cambridge: University of Cambridge Press, 1987. GUSMÃO, Neusa M. (Org.). <i>Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados</i> . São Paulo: Biruta, 2003. p. 83-105.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
LAHIRE, Bernard. <i>Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável</i> . São Paulo: Ática, 1997. MARIET, F. (Org.), <i>L'enfant, la famille et l'école</i> . Paris: ESF, 1981. MAKARENKO, Anton. <i>Poema pedagógico</i> . São Paulo: Editora 34, 2005. MEAD, Margareth. <i>Growing up in New Guinea . A comparative study of primitive education</i> . New York: Harper Collins, 2000 PEIRANO, M. <i>A favor da etnografia</i> . Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1995. ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. <i>Antropologia & Educação</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Temas & Educação, 10) SILVA, Luiz H. et alii (orgs.). <i>Novos mapas culturais. Novas perspectivas educacionais</i> . Porto Alegre, Sulina/SME, 1995 TEVES, Nilda (org.). <i>Imaginário social e educação</i> . Rio de Janeiro, Gryphus/FE.UFRJ, 1992.	

ANTROPOLOGIA URBANA

Código: CSO127	Departamento: Ciências Sociais
----------------	--------------------------------

Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O fenômeno urbano, sua reflexão teórica específica e as ferramentas de análise para o estudo da dinâmica cultural na moderna sociedade urbano-industrial. As perspectivas e os obstáculos à utilização dos conceitos e métodos da Antropologia no estudo da civilização ocidental – lugar de origem da disciplina e, em geral, do próprio pesquisador. A organização social do espaço e a análise antropológica de indivíduos, grupos e redes sociais na cidade. Formas urbanas de sociabilidade e a metrópole. Relações familiares, o mundo do trabalho e os espaços de lazer; as representações e apropriações heterogêneas do cenário urbano por atores e grupos diferenciados – estabelecidos, neófitos, exóticos e desviantes.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Pesquisa de campo nas cidades 2. Redes sociais e trajetórias urbanas 3. Indivíduo e sociedade 4. Mobilidade e mudança social 5. Sociabilidade e estilos de vida	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
AUGÉ, Marc. 1994. Não-lugares, por uma antropologia da supermodernidade, São Paulo: Papirus. BECKER, Howard S. 1977. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar. BECKER, Howard S. 2008. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. BHABHA, Homi K. 1998. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG. BOTH, Elizabeth, 1976. Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves. BOURDIEU, Pierre. 1996. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus. CAIAFA, Janice, 1985. Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. CALDEIRA, Tereza. 2000. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34. CARDOSO, Ruth (org.). 1986. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. DA MATTA, Roberto, 1991. A casa & e a rua. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. DUMONT, Louis. 1985 (1980). O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco. DUMONT, Louis. 2000. Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica Bauru: EDUSC. DURHAM, Eunice, 1980. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, in R. CARDOSO (org.), A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 17-38. DURHAM, Eunice, 1978. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva. ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. 2000. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. FELDMAN-BIANCO, B. 1987. Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global. FREYRE, Gilberto. 1990. (1936) Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Editora Record. LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. 1977. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
MAGNANI, J. G. C., 1984. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense. MAGNANI, José Guilherme Cantor e TORRES, Lílian de Lucca. 1996. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP. VALADARES, Licia do Prado (org). 2005. A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. VELHO, Gilberto, 1973. A utopia urbana. Rio de Janeiro: Zahar. VELHO, Gilberto, 1985. (org.), Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.	

VELHO, Gilberto. 1997. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, Otávio (org.). 1973. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar.

WHYTE, William Foote. 2005. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ANTROPOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Estudo do campo da memória e do patrimônio cultural sob a perspectiva antropológica, tendo como referência as transformações da categoria patrimônio ao longo do século XX. Saberes e fazeres na ótica do patrimônio imaterial. Perspectivas do consumo do simbólico e das estratégias de representação dos bens de grupos historicamente representados em regimes de subalternização. Paisagens urbanas e patrimônio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A memória coletiva
2. Antropologia e o campo do patrimônio cultural
3. Paisagem cultural e patrimônio da cidade
4. Patrimônio imaterial e performances
5. O patrimônio dos outros: perdas e reconstruções

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADINOLFI, Maria Paula Fernandes. A capoeira como patrimônio: desafios da patrimonialização de uma prática cultural maior que a "Cultura". In: FREITAS, Joseania Miranda (Org.). Uma coleção biográfica: os Mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA. Salvador: EDUFBA

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio, n. 23, 1994.

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Orgs.). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

ORTIZ, Renato. 2006. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas: limites da metodologia de inventário de referências culturais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 38, jul./dez. 2012.

TAMASO, I.M. e LIMA FILHO, M. (Orgs.) Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: ABA. 2012

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Mana, v. 12, n. 1, 2006. HEBERLE, Fernanda. Imagem religiosa e patrimônio público:

WOORTMANN, Ellen ; CAVIGNAC, Julie A. 2016, Ensaios sobre a Antropologia da alimentação, Saberes, dinâmicas e patrimônios, Editorial da UFRN.

CAPITALISMO E CRISE DA MODERNIDADE

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O sistema capitalista global vivencia uma crise sistêmica que se aprofunda cada vez mais, desde, ao menos, a década de 1970. Com a aparente vitória do livre mercado sobre o comunismo, o que vemos, em vez das riquezas e liberdades prometidas, são os efeitos nefastos de tal crise na realidade social. O desaparecimento de postos de trabalho em razão da integração da tecnologia à produção articula-se com a financeirização da economia e a concentração de capital, situação que gera desigualdade e miséria nunca dantes vistas. Concomitantemente, presenciamos a putrefação dos tecidos sociais, expressa por meio da violência interpessoal, do esgotamento inexorável dos recursos naturais, dos levantes do autoritarismo, do extremismo, da xenofobia, do machismo, do racismo, dos preconceitos variados etc. Por outro lado, nem a esquerda, a direita, os movimentos sociais ou a academia <i>main stream</i> foram capazes de apresentar diagnósticos ou soluções convincentes para tal conjuntura. Dentro de uma tradição marxista, no entanto, certos intelectuais vêm desenvolvendo reflexões radicais sobre tal estado de coisas. Esta disciplina, assim, terá como base, destarte, um primeiro contato dos estudantes de graduação em ciências sociais com os trabalhos desenvolvidos nesta seara.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Gênese e estrutura da teoria crítica do valor; 2. Gênero e política; 3. Teoria social e psicanálise	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
Exit!. <i>Crítica do capitalismo para o século XXI</i>. Documento Digital, 2007. Acessível em http://www.obeco-online.org/exit_projecto_teorico.htm Grupo Krisis. <i>Manifesto contra o trabalho</i>, 1999. Jappe, Anselm. "O mercado absurdo dos homens sem qualidades" IN: Kurz, Robert. <i>Os últimos combates</i>. Petrópolis, Editora Vozes, 1997, pp. 7-12. Jappe, Anselm. <i>A sociedade autofágica</i>. São Paulo, Editora Elefante, 2021. Jappe, Anselm. <i>El fetichismo de la mercancía (y su secreto)</i>. La Rioja, Pepitas de Calabaza, 2016. Kurz, Robert. <i>A Democracia devora seus filhos</i>. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2020. Kurz, Robert. Com todo vapor ao colapso. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2004.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Kurz, Robert. Com todo vapor ao colapso. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2004.

Kurz, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1993.

Kurz, Robert. *O Médio Oriente e a síndrome do antissemitismo*. Meio Digital, 2003. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz256.htm>

Kurz, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

Marx, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*, Coleção Os Economistas, Vol. 1, Livro Primeiro, Tomo 1, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996.

Scholz, Roswitha. *O valor é o homem*. Meio digital, 1992. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>

Kurz, Robert. *Razão Sangrenta*. São Paulo, Editora Hedra, 2010.

DESIGUALDADES E DEMOCRACIA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O curso aborda as diferentes formas de desigualdade; a dimensão estrutural das desigualdades; a questão democrática e a defesa de direitos; movimentos sociais de luta por direitos; políticas públicas de enfrentamento às desigualdades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A perspectiva socio-histórica das desigualdades;
2. Democracia, direitos e desigualdades;
3. Movimentos sociais e luta por direitos;
4. Políticas públicas de enfrentamento às desigualdades;
5. Tópicos contemporâneos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARRETCHE, M. 2015. Trajetórias das desigualdades – como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP/CEM.

BOSCHETTI, I. et al (Orgs.) 2008. Política social no capitalismo – tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C. (Orgs.) 2014. Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania – sumário executivo. (seção 2). Brasília: IPEA.

FURTADO, O. 2011. Trabalho e Solidariedade. São Paulo: Cortez.

MEDEIROS, Marcelo. 2023. Os ricos e os pobres. O Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras.

MIGUEL, L. F. 2012. Democracia e sociedade de classes. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 93-117.

MIGUEL, L.F. et al (Orgs.). 2015. A democracia face às desigualdades – problemas e horizontes. São Paulo: Alameda.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIGUEL, L. F. (Org.) 2016. Desigualdades e democracia – o debate da teoria política. São Paulo: UNESP.

NETTO, J. P. 2007. Desigualdade, pobreza e serviço social. Revista Em Pauta (Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ), n. 19, pp. 135-170.

REGO, W.L.; PINZANI, A. 2013. Vozes do bolsa família – autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP.

SOUZA, J. 2010. Os batalhadores brasileiros – nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte, UFMG.

SOUZA, J. 2006. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: UFMG.

SPOSATI, A.; MONTEIRO, M. (Orgs.) 2017. Desigualdades nos territórios da cidade – métricas sociais intraurbanas em São Paulo. São Paulo: EDUC.

ELEIÇÕES, PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso visa proporcionar aos(as) estudantes uma compreensão abrangente das teorias e modelos clássicos sobre partidos e sistemas partidários, abordando várias dimensões de seu funcionamento (organizativa, eleitoral, governativa). Serão discutidas as transformações experimentadas pelos partidos e suas consequências para a representação política e a democracia. O curso também abordará as principais características do sistema partidário brasileiro em diferentes períodos históricos. Ao final do curso espera-se que os(as) estudantes tenham uma visão ampla sobre as origens e as transformações dos partidos modernos, as relações entre as regras eleitorais e os sistemas partidários, os conceitos e indicadores centrais nos estudos dos partidos, as principais questões e problemas debatidos pelos estudiosos do tema e as principais características do sistema partidário brasileiro.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Introdução aos partidos políticos: definições, funções e evolução histórica. 2. Teorias clássicas sobre partidos e sistemas partidários. 3. Sistema partidário brasileiro 4. Desafios contemporâneos ao funcionamento dos partidos políticos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
AMARAL, O. (2013). O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. Revista Debates, 7(2), 11–32. BARDI, Luciano; MAIR, Peter. “Os parâmetros dos sistemas partidários”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, 2010, p. 227-253. BRAGA, M. do S. S. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. Revista Agenda Política, [S. l.], v. 1, n. 1, 2013. BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dados, v. 66, 2022. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 7-13; 219-229. DALTON et alii (2003). “Democracia e identificação nas sociedades industriais avançadas”. Análise Social, vol. XXXVIII (167). DOWNS, A. (1999), Uma teoria econômica da democracia. São Paulo, Edusp. DUVERGER, M. (1970 [1951]), Os partidos políticos São Paulo, Zahar. FERNANDES, R. O Partido Revolucionário e sua degeneração. Revista Outubro, n. 21, 2013.	

FLEISCHER, David Verge. "Os partidos políticos". In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Editora, 2004, 249-283.

GRAMSCI, A. O partido político. In: COUTINHO, C. N. O leitor de Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 300-314.

KINZO, Dalva (1993). Radiografia do sistema partidário brasileiro. Fundação Konrad Adenauer, São Paulo. Mainwaring, Scott, Meneguello, Rachel e Power, Timothy (2000). Partidos conservadores no Brasil. Ed. Paz e Terra, RJ. (17-30).

KINZO, M. D. G. (2004), "Partidos, eleições e democracia no Brasil Pós-1985". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 19 (54): 23-40.

KINZO, Maria D'Alva Kinzo. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, 2005, p. 56-81.

KIRCHHEIMER O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Rev Bras Ciênc Polít [Internet]. 2012Jan;(7):349-85.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA JR., O. B. (1983), Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945/64 Rio de Janeiro, Graal.

LIMA JR., O. B. (1999), "Partidos, eleições e poder legislativo", in S. Miceli (org.), O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), São Paulo, Sumaré/Anpocs.

MAINWARING S, TORCAL M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. Opin Publica [Internet]. 2005, Oct;11(2):249-86.

MAINWARING, S. Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MAINWARING, S. (1991), "Políticos. Partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada". Novos Estudos Cebrap, 29.

MAIR, Peter e KATZ, Richard (1997). "Organización Partidaria, Democracia Partidaria y la Emergencia del Partido Cártel". In Party System Change. UK: Oxford University Press.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

MANIN B. A democracia do público reconsiderada. Novos estud CEBRAP [Internet]. 2013 Nov;(97):115-27.

MANIN, Bernard. (1995) "As Metamorfoses do Governo Representativo". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 10, n. 29, p. 534.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. "Eleições e representação". Lua Nova, nº 67, 2006, p. 105-38.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Ed. UnB, 1982 [1914], p. 15 – 57.

NICOLAU, J. Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. In: LESSA, Renato (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política. São Paulo: Barcarolla, 2010.

NICOLAU, Jairo. Sistemas eleitorais. Editora FGV: 2012.

PANEBIANCO, A. (2005), Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos São Paulo, Martins Fontes.

SAMUELS, D. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. Dados, v.40, n.3, p.493-535,1997.

SARTORI, G. (1982), Partidos e sistemas partidários Tradução de Waltensir Dutra, ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília, Zahar/UnB.

SOUZA, M. do C. C. de. (1976), Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, Alfa-Ômega.

TERRON, S. & SOARES, G. As Bases Eleitorais de Lula e do PT: Do Distanciamento ao divórcio. Opinião Pública, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

SOUZA, M. do C.C. de. Estado e Partidos Políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.VEIGA, L.F. Mudanças e Continuidades na Identificação Partidária e na Avaliação das Principais Legendas após 2002. Opinião Pública, v.13, n.2, p.340-365, 2007.

ESTRATIFICAÇÃO, PODER E DESIGUALDADE

Código: CSO139	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Exposição e discussão do conhecimento de natureza sociológica, formado por teorias, conceitos, proposições e evidências empíricas, a respeito dos fatores macro, meso e micro sociais determinantes e concorrentes para a existência, persistência e mudança das desigualdades de poder social, bem-estar material, recompensas, oportunidades e reconhecimento social entre indivíduos e grupos na sociedade atual.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Menu conceitual: classes, estratos, divisões, status, categorias sociais. 2. Abordagens e teorias sociológicas da desigualdade. 3. Investigação empírica: padrões, variações e novas tendências. 4. Ideologia, hegemonia, poder simbólico e legitimação da desigualdade. 5. Desigualdade, mercado e estado no capitalismo. 6. Desigualdade na sociedade brasileira contemporânea.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
AGUIAR, Neuma (org.). 2007. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte: Editora UFMG. BOUDON, Raymond (org.). 1995. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. CROMPTON, Rosemay. 2008. Class and Stratification. 3. ed. Cambridge, Polity. FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. 2002. Estrutura de posições de classe no Brasil. Belo Horizonte, Editora UFMG/IUPERJ. GIDDENS, Anthony. 2005. Sociologia. São Paulo: Artmed. HIRANO, Sedi. 2002. Castas, estamentos e classes sociais. 3. ed. revista. Editora da Unicamp, Campinas. MARX, Karl. 1974 [1849]. Trabalho assalariado e capital. Lisboa: Edições Avante. MEDEIROS, Marcelo. 2005. O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
RIBEIRO, Carlos. A. Costa. 2007. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru, EDUSC. HASENBAG, Carlos; SILVA, Nelson Valle. 2004. Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks. PAYNE, Geoff (ed.). 2006. Social divisions. 2a ed. Palgrave Macmillan. PRZEWORKSKY, Adam. 1995. Estado e Economia no Capitalismo. São Paulo: Remule Dumará. SCALON, Celi; FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. 2010. Desigualdades, classes e estratificação, in H. H. TEIXEIRA DE SOUZA MARTINS. Horizontes das Ciências Sociais (Sociologia). São Paulo: ANPOCS. SEN, Amartya. 2001. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record. SOUZA, Jessé (ed.). 2009. A ralé brasileira: quem é e como vive. Editora UFMG, Belo Horizonte. TILLY, C. 2006. O acesso desigual ao conhecimento científico. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2. WEBER, Max. Classe, Status e Partido. Diversas edições.	

ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

Código: CSO126	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A contribuição das populações africanas no processo de formação da sociedade e da cultura brasileiras. A escravidão, na Colônia e no Império. República, racismo e “democracia racial”. Culturas e religiões afro-brasileiras no cenário nacional. Relações raciais, territórios e identidades sociais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Tráfico negreiro, diásporas africanas e escravidão 2. Religiosidades e religiões afro-brasileiras 3. Territorialidades, identidades, memórias 4. Racismo, desigualdade e preconceito 5. Culturas africanas e diversidade brasileira 6. Afro-descendentes no Brasil atual	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BANDEIRA, Maria de Lourdes. 1988. Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense. BASTIDE, Roger. 1971. As religiões africanas no Brasil. 2 vol. São Paulo: Pioneira. BASTIDE, Roger. 1983. Estudos afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva. CUNHA, Manuela Carneiro. 1985. Negros estrangeiros. São Paulo: Brasiliense. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. 1974. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática. FREYRE, Gilberto. 1980 (1930). Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro: José Olympio. NOGUEIRA, Oracy. 1998. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp. ORTIZ, Renato. 1978. A morte branca do feiticeiro negro. Rio de Janeiro: Vozes. PIERSON, Donald. 1971. Brancos e prêtos na Bahia. São Paulo: Nacional. RAMOS, Arthur. 1940. O negro brasileiro. São Paulo: Nacional.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
RODRIGUES, Nina. 1977. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Editora Nacional. SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1987. Retrato em branco e negro. São Paulo: Companhia das Letras. SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1993. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras. VELHO, Yvone. 1992. Medo de feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. VERGER, Pierre. 1987. Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX. São Paulo: Corrupio. WAGLEY, Charles (org.). 1952. Races et classes dans le Brésil rural. Paris: Unesco.	

ETNOLOGIA INDÍGENA

Código: CSO125	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O curso proporciona uma introdução aos estudos de Etnologia Indígena, destacando as questões que interessam às sociedades e culturas das terras baixas sul-americanas: ao lado de temas considerados clássicos, como parentesco, guerra, mito, ritual e xamanismo, prosperam também investigações acerca de aspectos históricos, intercâmbios econômicos, relações étnicas e transformações indígenas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História e regimes de historicidade
2. O Estado e os índios
3. Estruturas e sistemas de parentesco ameríndios
4. Xamanismo e ritual
5. Corpos, pessoas e grupos
6. Produção, troca e redes comerciais
7. Transformações indígenas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

norte-amazônico. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado; Paris: IRD.
BARTH, Fredrik. 2000. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa.
CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996. O índio e o mundo dos brancos. Campinas: Editora da Unicamp.
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). 1993. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC/PMSP.
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, 1978. Os mortos e os outros. São Paulo: Hucitec.
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac e Naify.
CLASTRES, Pierre. 1978. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
DESCOLA, Philippe. 1986. La nature domestique: symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar. Paris: Maison des Sciences de L'Homme.
FERNANDES, Florestan. 1975. Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. Petrópolis: Vozes.
LÉVI-STRAUSS, Claude. 1964-1971. Mythologiques, vols. I a IV (Le Cru et le cuit, 1964; Du miel aux cendres, 1966; L'Origine des manières de table, 1968; L'Homme nu, 1971). Paris: Plon.
LÉVI-STRAUSS, Claude. 1993 (1991). História de lince. São Paulo: Companhia das Letras.
OLIVEIRA, João Pacheco de. 2004. A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa.
RIBEIRO, Darcy. 1979. Os índios e a civilização. Petrópolis: Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHADEN, Egon. (org.). 1976. Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo: Nacional.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ANPOCS.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). 1995. Antropologia do parentesco: estudos ameríndios. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1999. "Etnologia brasileira", in: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES (v.1, Antropologia).
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. A inconstância da alma selvagem. São Paulo: Cosac e Naify.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). 1993. Amazônia: etnologia e história indígena. São Paulo: NHII/USP/Fapesp.
WRIGHT, Robin M. (org.). 1999, 2004. Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Vols. I e II. Campinas: Editora da UNICAMP.

GÊNERO E POLÍTICA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Esta disciplina tem como objetivo explorar as relações entre gênero e política, analisando questões como sexismo, machismo, desigualdades, divisão sexual do trabalho, participação e representação política das mulheres, e as interseções entre gênero, raça e classe. O curso visa promover uma compreensão crítica da dinâmica política sob a perspectiva de gênero e suas implicações para a democracia e a representatividade. Ao final do curso espera-se que os(as) estudantes tenham uma visão ampla sobre as lutas das mulheres pelos direitos políticos, sociais e econômicos, assim como os contextos históricos e culturais que moldaram essas lutas; tenham uma compreensão crítica dos fundamentos teóricos relacionados a gênero, feminismo e suas implicações na esfera política; e possam aplicar a perspectiva interseccional para analisar as interações complexas entre gênero, raça e classe na política.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Introdução aos estudos de gênero. 2. Feminismo e suas correntes: contribuições para a teoria política. 3. Sexismo, machismo e desigualdades de gênero. 4. Sub-representação das mulheres na política e ações afirmativas. 5. Interseccionalidade: abordagem crítica das interações entre gênero, raça e classe. 6. Participação política das mulheres e políticas públicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARAÚJO CM de O, Rodrigues TCM. Judicialização da competição política e gênero: ação afirmativa nos Fundos Partidário e Eleitoral no Brasil. Rev Bras Ciênc Polít [Internet]. 2023;(40):e260812. ARAÚJO C. Valores e desigualdade de gênero: Mediações entre participação política e representação democrática. Civitas, Rev Ciênc Soc [Internet]. 2016Apr;16(2):e36. Available from: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016. ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa. Revista Dados, v. 44, n. 1, 2001. ARAÚJO, C. Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político. Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Editora da Unicamp, 2020. ARAÚJO, C. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. Estudos feministas, p. 71–90, 1998. ARAÚJO, C. Participação política a gênero: algumas tendências analíticas recentes. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 52, p. 45–77, 2001. ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 231, 2001. ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. Dados, v. 50, p. 535–577, 2007. ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 62, p. 45–68, out. 2006. ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Revista de Sociologia e Política, v. 24, 2005. BIROLI, F. F. Divisão sexual do trabalho e democracia. Dados, v. 59, n. 3, p. 719–754, 2016. BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática Niterói, Eduff; Vinhedo, Editora Horizonte, 2013b. BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020.	

CAMPOS, L. F. et al. Competição política e desigualdades de gênero nas eleições para assembleias estaduais em 2018. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

DAVID, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

DAVID, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

EDUARDO, M. C.; SOUZA, J.; ANGELI, A. Cotas eleitorais para mulheres: análise bibliográfica da pesquisa científica nas Ciências Sociais. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* 90 (2019): 1-22.

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, 2012.

GONZALEZ, Lélia. O racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 167-200, 2001.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. *BIB*, n. 95, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20. p. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 62, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MIGUEL, Luis Felipe. Parentesco e representação política: a força do capital político familiar na 54ª Legislatura no Congresso Nacional. *Revista Núcleo de Estudos Paranaenses*, v. 2, n. 2, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Feminismo e Política*. Brasília: Boitempo, 2014, 1ª Edição, p. 31-46 (cap. 2).

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e 'singularidade feminina'. *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, Florianópolis-SC, UFSC, 2001, pp.253-67.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, n. 3, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio-ago., 2006.

PEIXOTO, V. de M., MARQUES, L. M., & RIBEIRO, L. M.. (2022). Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020).

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PITKIN, Hanna (1983). “O Conceito de Representação”, in: F. H. Cardoso e C. E. Martins (orgs), *Política & Sociedade*, São Paulo, Cia. Editora Nacional.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (Org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cânone Editorial; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

SACCHET, T. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: *Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2020.

SARMENTO, R., Bernardes, C. B., & Fontes, G. S. (2023). Discursos de deputadas federais sobre mulheres: espaço institucional e mídias sociais. *Revista Estudos Feministas*, 31(2), e92871.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* Recife: SOS Corpo, 1995.

SILVA MG da, Chaves V, Barbosa L. Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023) . *Soc estado [Internet]*. 2023Jan;38(1):95–124.

TEIXEIRA RP, Biroli F. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. Rev Bras Ciênc Polít [Internet]. 2022;(38):e248884.
 URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova, n. 67, p. 191-228, 2006.
 YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, v. 67, São Paulo, 2006.

GÊNERO E SEXUALIDADE

Código: CSO130	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O objetivo principal do curso é aprofundar nos estudos de gênero e sexualidade, explorando o impacto das teorias feministas na antropologia contemporânea e suas interfaces com os temas: “poder”, “sexualidade”, “corpo”, “violência” e “família”. Os estudos de gênero compõe um campo de debates em torno dos desafios envolvidos na rejeição dos determinismos biológicos implícitos no uso dos termos “sexo” e “diferença sexual”, bem como na capacidade de alargar a compreensão dos aspectos relacionais e culturais das construções do “feminino” e do “masculino”, entendendo que essas construções são produtos, mas também produtoras de espaços para práticas sociais e relações de poder.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Gênero e diversidade cultural
2. Sexo e gênero
3. Gênero e relações de poder
4. Sexualidade como “dispositivo” ou construção social
5. Tecnologias do corpo e processos de corporificação
6. Violência e gênero
7. Teorias contemporâneas sobre família

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. (Tradução Renato Aguiar) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
 BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina.
 CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1993.
 DURHAM, Eunice. “Família e Reprodução Humana”. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher n.3*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, pp.19-50.
 GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Tradução de Magda Lopes, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
 GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
 HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e Impasses – O feminismo como Crítica da Cultura*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. “A Família”, In: Harry L. Shapiro. *Homem, Cultura e Sociedade*, São Paulo, Ed. Fundo de Cultura, 1956.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MacCLINTOCK, Anne. *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge, 1995.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

MALINOWSKI, B.. *A Vida sexual dos Selvagens*, Rio de Janeiro, Fransico Alves.

MOORE, Henrietta. "Understanding sex and gender", In: Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): p.5-22, jul/dez., 1990.

SRATHERN, Marilyn. "Necessidades de pais, Necessidades de Mães". In: *Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, vol.3, n.2/1995.

THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (org.). *Rethinking the family, some feminist questions*, Boston: Northeastern University Press, 1992.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século, 1995.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A disciplina oferece uma introdução ao estudo das políticas públicas abordando as principais teorias, conceitos, modelos e ferramentas utilizados para a análise e a compreensão do ciclo de políticas públicas. Também aborda a moldura institucional que orienta a produção das políticas públicas no Brasil por meio de exemplos e estudos de caso de políticas setoriais. Ao final do curso os(as) estudantes devem estar familiarizados com o conceito de políticas públicas e as diferentes teorias e modelos de análise utilizados no campo; compreenderem as diferentes etapas do ciclo de políticas públicas; e ter uma visão crítica sobre o papel do Estado, das instituições e dos atores na produção das políticas públicas e seus impactos no que se refere ao combate às desigualdades e à efetivação dos direitos de cidadania.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Estado, cidadania, direitos e proteção social. 2. Políticas públicas: definição e conceitos centrais. 3. Teorias e modelos de análise de políticas públicas. 4. O ciclo de políticas públicas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ABRUCIO, Fernando Luiz & FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: <i>Federalismo e Políticas públicas no Brasil</i> , Rio de Janeiro, Editora da FIOCRUZ, 2013. ALVES, Fátima. Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras. <i>Cadernos de Pesquisa</i> , v. 38, n. 134, p. 413-440, 2013. ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. <i>Revista Sociedade e Estado</i> , vol. 34, nº 1, jan/abril 2019. ARRETCHE, Marta. "Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas". <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> , v.18, n. 51, 2003, p. 7-10.	

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de ciências sociais, v. 15, n. 42, 2000.

BATISTA, M., & DOMINGOS, A. (2017). Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 32(94), e329414.

BENDIX, R. 1996. Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp.

BICHIR, R. M.. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 104, p. 111-136, 2016.

BICHIR, R. M.. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. Novos Estudos. CEBRAP, p. 115-129, 2010.

BICHIR, Renata; Sergio Simoni Jr. e Guilherme Pereira. A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios brasileiros. In: LOTTA, Gabriela (Org.). Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. Pp. 225-256.

Capella, Ana Claudia. "Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas" In Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 87-122.

CAPELLA, Ana Claudia. Formulação de Políticas Públicas. Brasília/ENAP, 2018.

COELHO, Vera Schattan Ruas Pereira. Abordagens qualitativas e quantitativas na avaliação de políticas públicas. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.

DRAIBE, Sônia. "Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 65-86.

DRAIBE, Sonia Miriam. Metodologia de análise comparativa de programas sociais. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1991. Trabalho apresentado em Seminário da CEPAL, em Santiago, Chile, 6-8 maio 1991.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo". Revista USP, n. 17, p. 86-101, 1993. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo.

EVANS, Peter. "O Estado como Problema e Solução". *Lula Nova*, n. 28/29, 1993.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. "A Política da Avaliação de Políticas Públicas". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n 59, 2005, p.97-109.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. "Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003, p. 21-30.

FLEURY, Sônia. A natureza do estado capitalista e das políticas públicas. In: Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252p.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ E SILVA, Michelle Moraes de; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: IPEA ; INCT/PPED, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IMMERGUT, Ellen. As Regras do Jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 30, 1996.

JACCOUD L, BICHIR R, MESQUITA AC. O SUAS na Proteção Social Brasileira: Transformações recentes e perspectivas. Novos estudos CEBRAP [Internet]. 2017Jul;36(2):37-53.

JANNUZZI, Paulo. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Revista de Administração Pública, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

LASWELL. Harold. Quem Ganha o Quê, Quando e Como? Brasília: Ed. UNB, 1984.

LIJPHART, A. (2000) Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap. 15 "Gestão macroeconômica e o controle da violência: a democracia de consenso faz diferença?"

- LINDBLOM, Charles. O processo de decisão política. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- LOTTA, Gabriela (Org.). Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019.
- LOTTA, Gabriela Spanghero; GALVÃO, Maria Cristina Costa Pinto; FAVARETO, Arilson da Silva. Análise do Programa Mais Médicos à luz dos arranjos institucionais: intersectorialidade, relações federativas, participação social e territorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva* (Online), v. 21, p. 2761-2772, 2016.
- LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília/ENAP, 2019. Pp. 11-38.
- LOTTA, Gabriela. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. *Rev. Sociol. Polit.* vol.26 no.66 Curitiba June 2018.
- MARICATO, Ermínia. (2014). Impasse da política urbana no Brasil. Editora Vozes; 3ª edição.
- MARQUES, Eduardo Cesar. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 60, 2006, p.15-41.
- MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; MARQUES, Eduardo (Orgs.). A Política Pública como Campo Multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP/Editora Fiocruz, 2013, p. 23-46.
- MARQUES, Eduardo. Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000. Cap. 1 "Atores e Relações na Construção do Estado".
- MARSHALL, T. 1967. "Cidadania e Classe social". In Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar.
- Melo, Marcus. "Escolha institucional e a difusão dos paradigmas de política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias". *Dados*, v. 47, n.1, 2004, p. 169-206.
- MENICUCCI, T. ; Lotta, Gabriela . A trajetória das políticas sociais nos 30 anos desde a Constituição de 1988. In: Holanda, Cristina Buarque; Veiga, Luciana Fernandes; Amaral, Oswaldo. (Org.). A Constituição de 88 trinta anos depois. 1ed.Curitiba: UFPR, 2018, v. 1, p. 73-100.
- MENICUCCI, Telma. A implementação da reforma sanitária: a formação de uma política. In Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p.303-325.
- MENICUCCI, Telma. Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: atores, processos e trajetória. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. Cap. 1 "Argumentos Analíticos: a perspectiva histórica e institucional", principalmente p. 21-41.
- OLIVEIRA, V.; LOTTA, G. S. Momentos da Recentralização: repasses e relações intergovernamentais no Brasil (1995-2014). *PLANEJAMENTO E POLITICAS PUBLICAS*, v. 52, p. 1-22, 2019.
- OLIVEIRA, Vanessa E. e ABRÚCIO, Fernando. Burocracia de médio escalão e diretores de escola: um novo olhar sobre o conceito. In: Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas / organizadores: Roberto Pires, Gabriela Lotta, Vanessa Elias de Oliveira. – Brasília: Ipea: Enap, 2018.
- OLIVEIRA, Vanessa E. e COUTO, Claudio. Diretrizes prioritárias e fases da implementação: como mudam as políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília/ENAP, 2019. Pp. 67-97.
- PUPPIM DE OLIVEIRA, José Antônio. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública-RAP*, v. 40, n. 2, 2006.
- REIS, Fabio W. "Política e Políticas: a ciência política e o estudo de políticas públicas. In Mercado e Utopia. São Paulo: Edusp, 2000.
- ROLNIK, Raquel. (2019). Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial.
- SARAVIA, Enrique. "Introdução à teoria da Política Pública". In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. *Políticas Públicas*, vol. 1. Brasília: ENAP, 2006, pág. 21-43.
- SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
- SEGATTO, Catarina Ianni e ABRUCIO, Fernando Luiz. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2016, vol.21, n.65, pp.411-429.
- SOUZA, Celina. "Estado da arte da Pesquisa em Políticas Públicas". In Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 65-86.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Rev. Bras. Educ.*[online], n. 24, p. 16-39, 2003.

TAYLOR, Matthew. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. *Dados*, v. 50, n., 2007, p. 229-257.

MÍDIA, INTERNET E PODER

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

Bi

EMENTA

Democracia e Comunicação; Esfera Pública; Opinião Pública; Jornalismo Político; Representação política; Eleições e meios de comunicação de massa; Campanhas eleitorais; mídias sociais; Sociedade em rede; Big Data, impacto da desinformação e dos algoritmos; Capitalismo de Vigilância; Democracia e Segredo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Democracia e comunicação;
2. Esfera pública, opinião e jornalismo;
3. Eleições e meios de comunicação;
4. Algoritmos, fake news e democracia;
5. Novas configurações da política na era das redes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. 2015. Segredo e democracia. São Paulo: Unesp.

BRAGA, Sérgio Soares. 2008. *Podem as TICs auxiliar na institucionalização das Democracias?* Um estudo sobre a informatização dos Órgãos legislativos na América do Sul e no Brasil. Brasília: Editora Plenarium, 2008.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERVI, Emerson et al. (orgs) Internet e Eleições no Brasil, Curitiba: CPOP.

FABRINO, Ricardo e AMARAL, Ernesto. 2016. "Racionalidade online: provimento de razões em discussões via internet". *Opinião Pública*, 22(2): 418-445.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. 1988. Democracia, Comportamento Eleitoral e Racionalidade do Voto. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo.

GOMES, Wilson. 2018. A democracia no mundo digital. São Paulo: SESC.

PORTO, Mauro. 2007. Televisão e política no Brasil: A Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: E-papers.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RECUERO, Raquel. 2014. *Redes Sociais na Internet*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco e ZAGO, Gabriela. 2015. Análise de Redes para Mídias Sociais. Porto Alegre: Sulina.

TILLY, Charles. 2013. Democracia. Petrópolis: Vozes.

ZUBOFF, Shoshana. 2021. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso aborda as diversas teorias dos movimentos sociais; classes sociais, sociedade civil e movimentos sociais; ações coletivas, redes e movimentos sociais; movimentos sociais, democracia e cidadania; movimentos sociais e educação popular; relações entre Estado e movimentos sociais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Teorias dos movimentos sociais; 2. Classes, sociedade civil, Estado e movimentos sociais; 3. Democracia, cidadania e movimentos sociais; 4. Redes, educação popular e movimentos sociais contemporâneos; 5. Interações entre Universidade e sociedade.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ALEXANDER, Jeffrey. 1998. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 37, junho. ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. 2000. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras. Belo Horizonte: Editora da UFMG. DAGNINO, Evelina; PINTO, R. P. (Org.) 2007. Mobilização, Participação e Direitos. São Paulo: Contexto. DOIMO, Ana Maria. 1995. A vez e a voz do popular. Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará. GOHN, Maria da Glória (Org.) 2003. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes. GOHN, Maria da Glória. 2000. Teoria dos Movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
SADER, Eder. 2001. Quando novos personagens entraram em cena. São Paulo: Paz e Terra. SCHERER-WARREN, Ilse. 2005. Redes de Movimentos Sociais, São Paulo: Edições Loyola. TARROW, Sidney. 2009. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes. TOURAINE, Alain. 1999. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes. THOMPSON, E. P. 1998. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. THOMPSON, E. P. 1997. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.	

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARENTESCO

Código: CSO129	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

Os estudos sobre organização social e parentesco oferecem um conjunto de conceitos e debates teóricos fundamentais para a reflexão antropológica. O curso apresenta os instrumentos analíticos e as teorias do parentesco (método genealógico, terminologias e sistema de atitudes), situando-os com relação aos modelos de organização social. Notações, diagramas e vocabulários. Os novos recursos computacionais utilizados no registro de genealogias e na interpretação de sistemas de parentesco. Abordagens e exemplos da “teoria da descendência” funcionalista e da “teoria da aliança matrimonial” de cunho estruturalista. Parentesco e redes sociais. Questões atuais, técnicas e métodos de pesquisa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O campo do parentesco: genealogias e terminologias; categorias de classificação; casamento e organização social.
2. A teoria da descendência: parentesco, residência e segmentaridade; estrutura social e sistemas de parentesco; parentela e grupo doméstico.
3. A teoria da aliança: família e incesto; reciprocidade e casamento; estruturas elementares do parentesco.
4. Estruturas semi-complexas e complexas: terminologias crow e omaha; parentesco na sociedade capitalista; análise de redes sociais.
5. Parentesco e aliança na América do Sul: terminologias, atitudes e regras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AUGÉ, Marc (org.). 1978. Os domínios do parentesco. Lisboa: Edições 70.
 DUMONT, Louis. 1975. Introducción a dos teorías de la antropología social. Barcelona: Anagrama.
 FORTES, Meyer. 1958. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (“Introduction”, The developmental cycle in domestic groups, ed. Jack Goody. Cambridge Papers in Social Anthropology).
 FOX, Robin. 1986. Parentesco e Casamento. Lisboa: Vega.
 FREEMAN, J. D. 1961. “On the concept of kindred”. Journal of the Royal Anthropological Institute, t. 91.
 GHASARIAN, Christian. 1999 (1996). Introdução ao estudo do parentesco. Lisboa: Terramar.
 HÉRITIER, Françoise. 1989. “Parentesco” e “Incesto”, in Enciclopédia Einaudi, vol 20 (Parentesco). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 27-80, 95-124.
 LARAIA, Roque de Barros (org.). 1969. Organização social. Rio de Janeiro: Zahar.
 LEACH, Edmund. 1989. “Dívidas, relações, poder”, in A diversidade da antropologia. Lisboa: Edições 70, p. 143-167.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. 1966 (1956). “A família”, in O olhar distanciado. Lisboa: Edições 70, p. 69-98.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982 (1949). As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes (Antropologia, 9).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MALINOWSKI, Bronislaw. 1983. A vida sexual dos selvagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
 MOLINA, José Luis. 2001. El análisis de redes sociales: una introducción. Barcelona: Bellaterra.
 RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1973. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes.
 RADCLIFFE-BROWN, R. & FORDE, D. (org.). 1982. Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
 RIVERS, W. H. R. 1991. A antropologia de Rivers. Campinas: Unicamp.
 SEGALÉN, Martine. 1992 (1981). Antropología histórica de la familia. Madrid: Santillana.
 SILVA, Marcio Ferreira. 2004. “Parentesco e organização social na Amazônia: um rápido esboço”. Anuario de estudios americanos, 61 (2): 649-679.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (org.). 1995. Antropologia do parentesco: estudos Ameríndios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

PENSAMENTO POLÍTICO LATINO-AMERICANO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso aborda a construção de uma identidade latino-americana; temas e problemas próprios do pensamento latino-americano; o subcontinente como lugar político; os processos políticos e sua relação com o pensamento político; o lugar do Brasil na América Latina.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Momentos-chave do pensamento político latino-americano; 2. Os regimes políticos na região; 3. Temas e problemas próprios do pensamento político latino-americano; 4. O lugar do subcontinente no mundo; 5. O lugar do Brasil na América Latina.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CANDIDO, Antonio et al. 1992. Um americano intranquilo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. COLLIER, David (Org.). 1982. O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra. MARIÁTEGUI, José C. 1988. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. México: Serie Popular Era. MARTI, José. 1977. Nuestra América. Caracas: Biblioteca Ayacucho. MERQUIOR, José G. El otro Occidente (un poco de filosofía de la historia desde Latino América). Cuadernos Americanos, v. 1, n. 13. MORSE, Richard. 1995. O espelho de Próspero. São Paulo: Companhia das Letras.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
RAMA, Angel. 1985. A cidade das letras. São Paulo: Brasiliense. RICUPERO, Bernardo. 2000. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo: Editora 34. RODÓ, José E. "Ariel" em Ariel e Motivos de Proteo. Caracas, Biblioteca Ayacucho. SARMIENTO, Domingo F. 1993. Facundo. Buenos Aires: Compañía Espasa Calpe Argentina. ZEA, Leopoldo. 1949. Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica. México: Fondo de Cultura Económica.	

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Código: CSO117	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

Interpretações sobre o pensamento social brasileiro. Os “clássicos” do pensamento social no Brasil. Identidade nacional. Mudança social, revolução e desenvolvimento. O estado nacional. Raça, gênero e classe na conformação nacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O campo do pensamento social no Brasil;
2. Pensamento autoritário;
3. As interpretações sobre o Brasil nos anos 1920;
4. A geração de 1930;
5. Temas do pensamento social brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. 2010. Horizontes das Ciências Sociais: pensamento social brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza (orgs.). Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia. São Paulo: ANPOCS.

BRANDÃO, Gildo Marçal. 2007. Linhagens do pensamento político brasileiro.. São Paulo: Hucitec.

BICUDO, Virginia Leone. 2010. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. São Paulo: Editora Sociologia e Política.

BOMFIM, Manoel. 2008. A América latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. 1973. Sociologia e Desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. 1980. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

FAORO, Raymundo. 2001. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo.

FERNANDES, Florestan. 2006. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Editora Globo.

CARDOSO, Fernando Henrique. 2004. Dependência e desenvolvimento na América Latina (com Enzo FALETTO). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FREYRE, Gilberto. 2000. Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. Rio de Janeiro: Record.

FURTADO, Celso. 2007. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. 1994. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

MARTINS, Luciano. 1987. “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 2, n. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NABUCO, Joaquim. 2000. O Abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Livro inteiro)

NASCIMENTO, Abdias. 2016. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas.

PRADO Jr., Caio. 2011. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras.

RAMOS, Guerreiro. 1996. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

ROMERO, Silvio. 2001. Compêndio de história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora.

TORRES, Alberto. 1982. A organização nacional. Brasília: Editora da UnB.

VIANNA, Oliveira. 2005. Populações Meridionais do Brasil. Brasília: Senado Federal.

WEFFORT, Francisco. 1978. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PESSOA, INDIVÍDUO E MODERNIDADE

Código: CSO121	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
As construções históricas e representações de pessoa e indivíduo no pensamento social. A problemática do holismo/individualismo e a concepção de pessoa e indivíduo. A vivência de pessoa e indivíduo em sociedades tradicionais. Cosmologias do individualismo ocidental.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Fundamentos antropológicos do estudo de Pessoa 2. Regimes disciplinares do corpo e subjetivação 3. Interação pessoa/coletividade 4. Identidade e intersubjetividade	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BUTLER, Judith. 2003. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização Brasileira. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. 2004. "Honra, dignidade e reciprocidade". Série Antropologia, 344. Brasília, UnB/Departamento de Antropologia. DUMONT, Louis. 1985 (1980). O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco. DUMONT, Louis. 2000. Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru: EDUSC. ELIAS, Norbert. 1993. O processo civilizador. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. ELIAS, Norbert. 1994. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. FOUCAULT, Michel. 1976-1984. História da sexualidade. Vols. I a III (A vontade de saber, 1976; O uso dos prazeres, 1984; O cuidado de si, 1984). Rio de Janeiro: Graal. GEERTZ, Clifford. 1978. "Pessoa, tempo e conduta em Bali". In: A Interpretação das Culturas. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, p. 277-225. GOLDMAN, Marcio. 1996. "Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa". Revista de Antropologia, v.39 (1), p.83-109. MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS de CASTRO, V. 1979. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. Boletim do Museu Nacional (Série Antropologia), n. 32, p. 2-19. SIMMEL, Georg. 2006. Questões fundamentais de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. VELHO, Gilberto. 1981. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar. VELHO, Gilberto. 1994. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. 1979. "A fabricação do corpo na sociedade xinguna". Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia, n. 32, p. 40-49. VIVEIROS de CASTRO, E.; BENZAQUEN DE ARAÚJO, R. 1977. "Romeu e Julieta e a Origem do Estado". In: VELHO, Gilberto. Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte. Rio de Janeiro: Zahar, p.130-169.	

POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso discute os governos na nova república; o conceito de lulismo; as pesquisas acerca da nova classe média no Brasil; as manifestações de Junho de 2013 e os novos movimentos sociais; a crise da democracia e seus desdobramentos; a ascensão da extrema-direita no Brasil.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Principais interpretações sobre o Brasil pós-constituente; 2. Manifestações de rua e novos movimentos sociais; 3. Crise da democracia e instabilidade institucional; 4. Emergência da extrema-direita no Brasil; 5. Tópicos contemporâneos sobre política brasileira.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
AVRITZER, Leonardo. 2016. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. BRAGA, Ruy. 2017. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo. CARVALHO, Laura. 2018. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). 2018. Encruzilhadas da democracia. Porto Alegre, RS: Zouk. NOBRE, Marcos. 2013. Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras. NUNES, Rodrigo. 2022. Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo, SP: Ubu Editora.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
SAFATLE, Vladimir. 2012. A esquerda que não teme dizer seu nome. São Paulo: Três Estrelas. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 2017. A democracia impedida: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora. SINGER, André. 2012. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras. SINGER, André. 2018. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras.	

POLÍTICA COMPARADA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

A disciplina oferece uma introdução ao estudo da política comparada, abordando as principais teorias, conceitos, métodos e ferramentas utilizados para a análise e compreensão dos sistemas políticos ao redor do mundo. Também examina a diversidade de arranjos institucionais, processos eleitorais, sistemas de governo, e a interação entre Estado e sociedade em diferentes contextos nacionais e regionais. Ao final do curso, os(as) estudantes devem estar familiarizados com os principais conceitos e abordagens teóricas da política comparada; compreenderem as diferenças e semelhanças entre diversos sistemas políticos; e terem uma visão crítica sobre os impactos das variações institucionais e contextuais na governança, na democratização, e na política pública. Além disso, o curso visa desenvolver habilidades analíticas para a comparação sistemática e rigorosa de fenômenos políticos em diferentes países.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à Política Comparada
2. Métodos e Técnicas de Pesquisa
3. Sistemas Políticos Comparados
4. Sistemas Eleitorais e Partidários
5. Governança e Políticas Públicas
6. Estado e Sociedade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMOND, Gabriel A., Powell, G. Bingham Jr., Dalton, Russell J., & Strom, Kaare. *Política Comparada Hoje: Uma Abordagem Mundial*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

AMORIM NETO O, Rodriguez JCC. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. *Rev Adm Pública*.

AVRITZER, Leonardo. "Modelos de Democracia: Participação e Deliberação no Brasil e na América Latina." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, no. 68, 2008, pp. 3-20.

CARAMANI, Daniele (Org.). *Manual de Política Comparada*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

COPPEDGE, Michael. "Sistemas de Partidos e Governabilidade nas Novas Democracias." In: Meneguello, Rachel (Org.). *Partidos e Governos no Cone Sul: Desafios da Consolidação Democrática*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

GIRAUD O. Comparação dos casos mais contrastantes: método pioneiro central na era da globalização. *Sociologias* [Internet]. 2009Jul;(22):54–74.

HUNTINGTON, Samuel P. *A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

IMMERGUT, Ellen M. - *As Regras do Jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia*, (1992) Nova York, Cambridge University Press.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA, Lúcio Rennó & Guarnieri, Fernando. "Polarização Política e a Crise da Democracia no Brasil: Uma Análise Comparativa." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 34, no. 99, 2019, pp. 1-26.

MAINWARING, Scott & Pérez-Liñán, Aníbal. "A Nova Geografia dos Sistemas Partidários." In: Mainwaring, Scott. *Sistemas de Partidos e Governabilidade nas Democracias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MAINWARING, Scott. *Sistemas de Partidos e Governabilidade nas Democracias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MARENCO, A.. (2010). Quando leis não produzem os resultados esperados: financiamento eleitoral em perspectiva comparada. *Dados*, 53(4), 821–853.

MELO, MA. O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática. *Rev bras Ci Soc* [Internet]. 2007Feb;22(63):11–29.

MENEGUELLO, Rachel (Org.). *Partidos e Governos no Cone Sul: Desafios da Consolidação Democrática*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

PERISSINOTTO R. Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. Rev bras Ci Soc [Internet]. 2013Oct;28(83):151-65.

PERISSINOTTO, Renato; Botelho, João Carlos Amoroso; Bolognesi, Bruno; Batista, Mariana; Santos, Manoel Leonardo (Orgs.) Política comparada: teoria e método. EDUERJ - EDITORA DA UNIVERSIDA; 1ª edição (1 janeiro 2024).

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SANTOS AM dos. Quando comparamos para explicar: desenhos de pesquisa e sequências temporais na investigação de instituições políticas. Rev bras Ci Soc [Internet]. 2012Oct;27(80):203-17.

SINGER, André. "Reforma Política e Sistemas Eleitorais: Uma Análise Comparativa." Lua Nova, vol. 70, 2007, pp. 89-116.

POLÍTICA PÓS-COLONIAL E DECOLONIAL

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso aborda a política colonial e suas persistências; o surgimento de teorias pós-coloniais e decoloniais; epistemologias alternativas e a crítica aos falsos universalismos; subalternidade e crítica à democracia; a política a partir do Sul global.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Estudos pós-coloniais e decoloniais; 2. Epistemologias alternativas e crítica aos falsos universalismos; 3. Colonialismo, gênero, raça e identidade; 4. Subalternidade e crítica à democracia; 5. Relações políticas a partir do Sul global.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
BAHBHA, Homi. 2005. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG. CÉSAIRE, Aimé. 1978. Discurso sobre o Colonialismo. Lisboa: Sá da Costa. FANON, Frantz. 1968. Os Condenados da Terra. São Paulo: Civilização Brasileira. FANON, Frantz. 2008. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: Edufba. GILROY, Paul. 2001. O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência. São Paulo: Editora 34. GONZALEZ, Lélia. 1988. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, no 92/93, pp. 69-82.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
HALL, Stuart. 2003. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG. SAID, Edward. 1990. Orientalismo, o Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras. SEGATO, Rita. 2012. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-Cadernos CES, no 18. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG.	

PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Código: CSO145	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Temas que ofereçam a possibilidade de uma discussão das condições macro-teóricas da análise política, a exemplo dos processos trans-nacionais e de globalização. Blocos econômicos, política internacional e a estratégia brasileira. Temas ligados aos problemas de sustentabilidade da economia e o modo de vida originado na modernidade, direcionado ao consumo e à acumulação. Problemas estruturais do capitalismo e dos Estados, simultaneamente como objetos empíricos de análise e conceitos analíticos de uma teoria crítica das relações internacionais. Os temas do local versus global, a depreciação dos controles domésticos face aos fluxos políticos e econômicos internacionais.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Globalização 2. Economia e guerra entre as nações 3. Blocos econômicos e sociedades mundiais 4. Os dilemas do nacional (local) frente ao global 5. O capitalismo de hoje e seus críticos dentro e fora do liberalismo e do marxismo. 6. Crise econômica mundial e crise ambiental: o retorno ao estado de natureza. 7. Prospecções e estudos exemplares (pesquisas recentes e relevantes sobre o tema)	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARON, R. Paz e Guerra entre as Nações. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. KANT, I. A paz perpétua. L&PM, Porto Alegre, 2011. WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como o concebemos. Rj, Revan, 2002. ALBERTI, Raquel Lorensini. Estado x Mercado e o Tipo de Definição da Ordem Global. Disponível na Internet em www.angelfire.com/sk/holgonsi , Maio- 2003 AMBROSE, Stephen. O Dia D – 6 de junho de 1944 – A Batalha Culminante da Segunda Grande Guerra. Civilização Brasileira. ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. 3.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997. Baran, P; Sweezy, P. Capitalismo monopolista. R. Janeiro: Zahar, 1966. BAUMAN, Zygmunt. La globalización: consecuencias humanas. México, Fondo de Cultura Económica, 1999. BECK, Ulrich. O que é globalização? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999. BLACKBURN, Robin. (org.) Depois da queda. O fracasso do Comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 BOBBITT, Philip. A Guerra e a Paz na História Moderna. Campus. BRAGA, Sérgio; MIRANDA, Luiz C. de (Orgs.). Comercio e meio ambiente: BULL, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília, UNB, 2002. CASTELLS, Manoel. O poder da Identidade. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2001 CERVO, Amado Luiz. & BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: UNB, 2002 CHESNAI, François. A Mundialização do Capital. Ed. Xamã, 1996. CHOMSKY, Noam. 11 de setembro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. CHURCHILL, Winston S. Memórias da Segunda Guerra Mundial. Nova Fronteira. CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. Ed. da UnB. DROZ, Bernard & ROWLEY, Anthony. História do Século XX. Lisboa, Dom Quixote, 1988. 4 V. EHRENREICH, Bárbara. Ritos de Sangue – Um Estudo sobre as Origens de Guerra. Record. escolhidas. V. 1. S. Paulo: Alfa-Ômega, 1982. FEATHERSTONE, Mike. Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. Studio Nobel. FEATHERSTONE, Mike. Cultura Global. Vozes. 1	

FRIEDEN, Jeffry A. & MANHEIMER, Vivian. Capitalismo Global: Historia Economica E Politica Do Seculo XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 572p.

GADDIS, John Lewis. História da Guerra Fria. Nova Fronteira.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo, UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. O Estado-Nação e a Violência. EdUSP. GOLDBLATT, David. Teoria social e ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1998

GÓMES, José Maria. Política e democracia em tempos de globalização. Petrópolis, Vozes, 2000.

GONÇALVES, Williams. Relações internacionais. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002 Grande do Sul: UFRGS, 1998

GROTIUS, Hugo. O Direito da Guerra e da Paz – vols. 1 e 2. Ed. da UNIJUI.

HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional: ensaios políticos. São Paulo, Littera Mundi, 2001.

HELD, David & MCGREW, Anthony. Prós e Contras Da Globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 108p.

HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HONNETH, Axel. “Teoria Crítica” in: GIDDENS e TURNER. Teoria Social Hoje. EdUNESP.

HUNTINGTON, Samuel. Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, s.d

IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais: Teorias E Abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 448p.

JOHNSON, Steven. Cultura da Interface. Jorge Zahar.

KEEGAN, John. Inteligência na Guerra. Companhia das Letras.

KISSINGER, Henry. Diplomacia. Ed. da Faculdade da Cidade (UniverCidade).

KRUGMAN, Paul. Economia Internacional – Teoria e Política. Pearson.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Paz e Terra. KURZ, Robert. Os Últimos Combates. Vozes.

LANDES, David. A Riqueza e a Pobreza das Nações. Campus.

LE PRESTRE, Pierre. Ecopolítica internacional. São Paulo: Editora do SENAC, 2000. Lênin , V. I. U. Imperialismo a face superior do capitalismo. In: Obras

LENS, Sidney. A Fabricação do Império Americano – Da Revolução ao Vietnã. Civilização Brasileira.

Magdoff, H. A era do imperialismo. S. Paulo: Hucitec, 1969.

MARTIN, Hans-Peter. SHUMANN, Harald. A armadilha de Globalização. São Paulo. Ed. Globo, 1999

MORGENTHAU, Hans. A Política entre as Nações. Ed. da UnB/IPRI/Imprensa Oficial do estado de São Paulo.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. Império. Record.

NOGUEIRA, João P. & MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. Paulo, 2002

RESENDE, Paulo-Edgar et alli. Desafios da globalização. 2.ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

SADER, Emir (org.). A Guerra Infinita – Hegemonia e Terror Mundial. Vozes.

SADER, Emir. O mundo depois da queda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as Novas Tecnologias. Ed. 34.

TOYNBEE, A.J. Estudos de História Contemporânea. Ed. da UnB. uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Brasília: MMA/SDS, 2002

VIDAL, Gore. Sonhando a Guerra. Nova Fronteira.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro. Rio

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Os dez anos que abalaram o século 20: a política internacional de 1989 a 1999. Porto Alegre, Novo Século, 1999.

Wallerstein, I. Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista. Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. Após o liberalismo. Petrópolis, Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. São Paulo, Contraponto, 2004.

WALTZ, Kenneth. O Homem, o Estado e a Guerra. Martins Fontes.

WALZER, Michael. Guerras Justas e Injustas. Martins Fontes.

WIGHT, M. A Política do Poder. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

RAÇA E POLÍTICA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O curso discute o estudo das relações raciais no Brasil; os conceitos, linguagens e abordagens do campo das relações raciais; os movimentos sociais e políticas públicas antirracistas; as questões raciais em perspectiva comparadas;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O campo de estudos das relações raciais no Brasil;
2. Conceitos linguagens e abordagens do campo das relações raciais;
3. Movimentos sociais anti racistas;
4. Políticas públicas de enfrentamento à desigualdade racial;
5. Relações raciais em perspectiva comparada.
6. Sub-representação política dos não brancos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNARDINO, Joaze. 2002. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Estudos afro-asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2.

CAMPOS, Luiz Augusto e MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2015, n.16, pp.121-151.

CAMPOS, Luiz Augusto e MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Rev. Sociol. Polit.* 25 (61), 2017.

CAVALLEIRO, E. et al. 2005. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10639/03. Brasília: MEC/SECAD.

GUIMARÃES, A. S. 1999. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34.

GUIMARAES, A. S. 2003. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 29, n. 1.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Orgs.) 2000. Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.

HALL, Stuart. 2003. Diáspora. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. 1988. Estrutura Social, Mobilidade e Raça. São Paulo: Vértice.

QUEIROZ, Delcele (Org.). 2002. O negro na universidade. Salvador: Novos Toques.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. 2006. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, no. 4, p. 883-873, 2006.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. 2012. Reconhecimento. Utopia. Distopia. Os sentidos da política de cotas raciais. São Paulo: Annablume/Fapesp.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. 2006. O movimento negro e o Estado (1983-1987). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

SANTOS, R. E.; LOBATO, F. 2003. Ações afirmativas: Políticas Públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A.

SILVERIO, Valter Roberto. 2002. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117.

SOUZA, Celina. 2006. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16.

SOCIEDADES CAMPONESAS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Definição de campesinato. A organização social do campesinato: família, parentesco e vizinhança. A especificidade da economia camponesa. Sociabilidade, moralidade e religião. A cidade e o campo. Natureza e cultura no campesinato. Política de facções, messianismo e questão agrária. Novos nominalismos: quilombolas, populações tradicionais e outros.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Campesinato: uma categoria em debate 2. O mundo da casa e as relações vicinais 3. Produção e troca econômica no mundo camponês 4. A moralidade camponesa: religião, cotidiano e festas 5. A relação entre a cidade e o campo 6. O meio ambiente na perspectiva camponesa 7. Política e movimentos sociais no campo 8. O camponês na contemporaneidade: novos nomes para o mesmo personagem?	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ALMEIDA, Mauro. 2007. "Narrativas agrárias e a morte do campesinato". Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais, Vol 1 (2). BOURDIEU, Pierre. 1962. "Célibat et Condition Paysanne". Études Rurales, 5-6, pp. 32-109. BOURDIEU, Pierre. 1963. "La Société Traditionnelle: attitudes à l'égard du temps et conduite économique". In: Sociologie du Travail, n.l, pp. 24-44. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1981. Os Sacerdotes da Viola. Petrópolis: Editora Vozes. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1999. O afeto da terra. Campinas: Editora da Unicamp. CARNEIRO, Maria José. 2001. "Herança e gênero entre agricultores familiares". Revista Estudos Feministas, 9 (1). CHAYANOV, Alexander V. 1981. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). A Questão Agrária - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense. COMERFORD, John Cunha. 1999. Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política. COMERFORD, John Cunha. 2003. Como uma Família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará. FIRTH, Raymond. 1974. Elementos de organização social. Rio de Janeiro: Zahar. FORTES, Meyer. S/d. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Brasília: UnB (Caderno de Antropologia, 6). GARCIA JUNIOR, Afrânio. 1983. Terra de Trabalho, Trabalho Familiar e Pequenos Produtores. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. GEERTZ, Clifford. 1967. "Form and Variation in Balinese Village Structure". In: POTTER et. al.: Peasant Society: a Reader, pp.255-278. GODOI, E.P. de; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. 2009. Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Construções Identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP; DF: NEAD. GODOI, E.P. de; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. 2009. Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de Reprodução Social. São Paulo: UNESP; DF: NEAD. HEREDIA, Beatriz. 1979. A Morada da Vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MENDRAS, Henri. 1978. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar.
- MINTZ, Sidney. 1959. "Internal market system as mechanism of social articulation". In: V.F. Ray (ed.), The Intermediate Society. Washington: University of Washington Press.
- MINTZ, Sidney W. and Eric R. Wolf. 1967. "An Analysis of Ritual Co-Parenthood (Compadrazgo)". In: Peasant Society: A Reader, Jack M. Potter et al. eds. Boston: Little, Brown, pp. 174-199
- MOURA, Margarida M.. 1988. Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- POLANYI, Karl. 2012. "A economia como processo instituído". In A subsistência do homem e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 293-329.
- PRADO, Regina. 2007. Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa. São Luís: EDUFMA.
- SHANIN, Teodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações". Estudos Cebrap, n. 26, p. 41-80.
- SCOTT, James C.. 2002. "Formas cotidianas de resistência camponesa". Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Vol. 21, nº 1, p. 10-31.
- SIGAUD, Lygia. 1979. Os clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. 2015. "O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência". RESR, Vol. 52 (1).
- WILLIAMS, Raymond. 1989. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras.
- WOORTMANN, Ellen. F. 1982. "O sítio camponês". In: Anuário Antropológico 81, Vol. 6 (1). Pp. 164 a 202.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. 1997. O trabalho da terra. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- WOORTMANN, Klass. 1990. "Com Parente não se Negueia: o campesinato como ordem moral". Anuário Antropológico/87. Brasília/Rio: Ed.UnB/Tempo Brasileiro.
- WOLF, Eric. 1970. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar.
- WOLF, Eric. 2003. Antropologia e Poder. São Paulo: Ed. Universidade.

SOCIEDADE E ECONOMIA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Esta disciplina visa debater a relação entre Sociologia e Economia, tendo como eixo norteador as múltiplas interpretações do capitalismo. Ao longo do século XX, diversas abordagens foram traçadas para a organização econômica das sociedades, tendo como eixos Estado, crescimento e desenvolvimento, em suas diversas matizes. O liberalismo e suas implicações, o compromisso fordista, as variações estratégicas de gestão empresarial e seus impactos sociais, o institucionalismo, a financeirização, as análises dos mercados e de cadeias de valor. Também serão abordadas as formas de relação entre Estado e empresas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Estados e mercados 2. Crescimento, desenvolvimento e seus impactos na sociedade 3. Escolas de pensamento econômico e seus reflexos na sociedade 4. Regulação e instituições 5. Mercados, financeirização e agentes econômicos	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. O novo espírito do capitalismo. WMF Martins Fontes, 2009. pp. 35-79.

BOYER, Robert; DRACHE, Daniel; PINHEIRO, Jorge. Estados contra mercados: os limites da globalização. 1996.

DIMAGGIO, Paul Joseph; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. Caderno CRH, v. 25, p. 481-504, 2012.

GERSCHENKRON, Alexander. O atraso econômico em perspectiva comparada. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014.

GRAÇA, J. C. Afinal, o que é mesmo a Nova Sociologia Económica? Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 73, 2005. p. 111-129.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE eletrônica, v. 6, n. 1, 2007. p. 1-41.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. Novos estudos-CEBRAP, n. 85, 2009. p. 151-170.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Editora Saga, 1960.

OSORIO, Jaime. O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

críticas e perspectivas". Horizontes Antropológicos, n. 58, pgs 7-31. Porto Alegre, set/dezembro 2020, UFRGS.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PINTO, L. A. C. Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Leya, 2013.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, R. (org) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. São Paulo: Record, 2000

SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre. Editora ARTMED. 2010.

SCHUMPETER, J.A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo, Abril Cultural, 1997.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das letras, 2019.

STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. Boitempo Editorial, 2019.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. Tempo Social, v. 16, n. 2, 2004. p. 7-34.

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A disciplina propõe discutir temáticas e autores/as contemporâneos/as que tiveram forte influência no pensamento sociológico a partir das últimas décadas do século XX, com destaque para a diversidade de correntes e posições teórico-metodológicas, e para o caráter multiparadigmático da sociologia. Entre as possibilidades de temas a serem trabalhados estão: reconhecimento social, relações de poder, ação comunicativa/estrutura comunicacional, conflito social, identidade, relativismo, colonialismo e decolonialidade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. O caráter multiparadigmático da sociologia
2. Debates sociológicos contemporâneos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- APPADURAI, Arjun. *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris: Payot, 2005, p. 91-113.
- BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BUTLER, J., & BRETAS, A. Meramente cultural. *Ideias*, 7(2), 227–248, 2017. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. "Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'", em LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p.23-75.
- FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo, Ed. Graal, p.167-179, 1979.
- FOUCAULT, M. O corpo dos condenados. In: *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997, p. 9-30.
- FRASER, Nancy e HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York; London: Verso, 2003.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, 2006, p. 231-239.
- GRIMSOM, Alejandro. Las culturas son más híbridas que las identificaciones. *Anuário Antropológico/2007-2008*, 2009: 223-267.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- JOAS, H.; KNÖBEL, W. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LUGONES, María. "Colonialidade e gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. "Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas". In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. LANDER, Edgardo (org.). *Colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SPIVAK, Gayatri. "Pode o subalterno falar?" Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOCIOLOGIA DA CULTURA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica

Pré-requisitos: Não há

EMENTA

A disciplina intenta apresentar a especificidade da reflexão sociológica quando confrontada com o domínio da cultura. Assim, um dos princípios será o de fornecer um panorama geral das contribuições teóricas e epistemológicas que já se tornaram clássicas no âmbito da sociologia da cultura, possibilitando a compreensão de seus conceitos basilares, de escolas determinadas e de autores diversos neste campo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Cultura na Sociologia
2. Escolas Sociológicas e o conceito de cultura

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. "A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas", IN: *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985, pp. 113-156.
- ADORNO, Theodor W. "A indústria cultural", IN: Cohn, Gabriel (org.), *Theodor W. Adorno - Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Editora Ática, 1984, pp. 92-99.
- ADORNO, Theodor W. "Caracterização de Walter Benjamin" IN: *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo, Editora Ática, 2001, pp. 223-237.
- ADORNO, Theodor W. "Televisão, consciência e indústria cultural", IN: COHN, Gabriel (org.), *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1971, pp. 346-354.
- BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução", IN: *Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas: Os Pensadores – Vida e Obra*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1980, pp. 3-28.
- BOURDIEU, Pierre & HAACKE, Hans. *Livre troca: diálogos entre ciência e arte*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. "Fundamentos de uma ciência das obras" IN: *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 203-318.
- BOURDIEU, Pierre. "Por uma ciência das obras", IN: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Editora Papirus, 5.ª edição, 2004, pp. 53-73.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2009, 6.ª edição, pp. 27-98; 99-182; 269-294.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk, 2004, pp. 19-98.
- BOURDIEU, Pierre. *O amor pela arte*. São Paulo, Editora Zouk e EDUSP, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2003, pp. 37-50.
- CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e Sociedade na Arte Italiana: Ensaios de história social da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 125-222.
- CHARTIER, Roger. "O mundo econômico ao contrário", IN: ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose Marie (org.): *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2005, pp. 253-260.
- COHN, Gabriel. "Adorno e a teoria crítica da sociedade", IN: Cohn, Gabriel (org.), *Theodor W. Adorno - Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Editora Ática, 1984, pp. 7-30.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.
- ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios I: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 21-34.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994, pp. 11-60.
ELIAS, Norbert. *Mozart: a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
FERNANDES, Dmitri Cerboncini. "A Sociologia da cultura no Brasil: uma interpretação". In: MICELI, Sergio & MARTINS, Carlos Benedito: *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2017.
FREDERICO, Celso. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo, Moderna, 1997.
FURIÓ, Vicenç. "Objetivos, límites y problemas de la sociología del arte", IN: *Sociología del Arte*, Madrid, Ediciones Cátedra, 2000, pp. 19-34.
GUTIERREZ, Alicia B. "A modo de introducción. Los conceptos centrales en la sociología de la cultura de Pierre Bourdieu", IN: BOURDIEU, Pierre: *El sentido social del gusto: Elementos para una sociología de la cultura*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores, 2010, pp. 9-18.
HEINICH, Nathalie. *La sociologie de l'art*. Paris, La Découverte, 2004.
HENRY, Charles. "Elementos para uma teoria da individualização. Quando o criado Mozart se achava um livre artista", IN: GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard (org.): *Norbert Elias e a história*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001, pp. 145-162.
JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Editora Ática, 1996.
JURT, Joseph. « L'apport de la théorie du champ aux études littéraires », IN: PINTO, Louis, SAPIRO, Gisèle, CHAMPAGNE, Patrick (org.): *Pierre Bourdieu, sociologue*. Paris, Fayard, 2004, pp. 255-278.
KOHE, Flávio. *Benjamin e Adorno: confrontos*. São Paulo, Editora Ática, 1978.
KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.
LUKÁCS, György. "Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels", IN: *Arte e Sociedade: escritos estéticos (1932-1967)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2.ª Edição, pp. 87-119.
MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. "A história dos homens", IN: FERNANDES Florestan (org.), *Marx, Engels – História*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Editora Ática, 1989, pp. 182-214.
MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.
MICELI, Sergio. "Norbert Elias e a questão da determinação", IN: NEIBURG, Federico et alli (org.): *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo, EDUSP, 2001, pp. 113-128.
MICELI, Sergio. « Effet de réel et réalité de l'illusion. Le Flaubert de Bourdieu », IN: PINTO, Louis, SAPIRO, Gisèle, CHAMPAGNE, Patrick (org.): *Pierre Bourdieu, sociologue*. Paris, Fayard, 2004, pp. 279-288.
PALHARES, Taísa Helena Pascale. *Aura: a crise da arte em Walter Benjamin*. São Paulo, Editora Barracuda, 2006.
PINTO, Louis. "A teoria dos campos", IN: *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, pp. 65-90.
PONTES, Heloísa. "Elias, renovador da ciência social", IN: NEIBURG, Federico et alli (org.): *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo, EDUSP, 2001, pp. 17-36.
SAPIRO, Gisèle. "Autonomia estética, autonomização literária", IN: ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose Marie (org.): *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2005, pp. 293-300.
WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código: CSO140	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

Refletir sobre a Educação como fenômeno sociológico, a partir de eixos transversais: às tradições sociológicas e sua leitura da Educação, os papéis sociais da Escola e as matrizes para análise histórica da Educação como objeto da pesquisa social. A Educação no contexto da Estrutura de Classes investiga o papel da escola nos processos de estratificação, reprodução e mobilidade social. Segue-se a análise sociológica do fracasso escolar, o papel político da escola e sua relação com o Estado. Os determinantes endógenos e exógenos do processo de escolarização são analisados em conexão com os processos culturais e os processos educativos extra-classe. Sociologia da Educação no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Educação como objeto sociológico: Educação nas tradições sociológicas: Durkheim, Weber, Marx e o marxismo (Gramsci). A Educação no liberalismo: A. Marshall (economia) e TH Marshall (política). Algumas interpretações do papel social da educação no século XX: Dewey, Bourdieu, Boudon, Giddens.
2. Socialização e aprendizagens sociais: Os processos de socialização primária e secundária. Capital Social, Civismo e Cidadania.
3. Classes Sociais e Educação: Estratificação, desigualdades e equalização social. Economia material x posicional e credencialismo. Mobilidade Social: fluidez, fechamento e efeitos de trajetória.
4. Economia e Educação: Teoria do Capital Humano e seus contrapontos; Produtividade e “proletarização”; Economia do conhecimento, inovação e empreendedorismo.
5. Estado, Política e Educação: A Escola como espaço de poder; Gestão escolar e a relação entre Estado e Escola. Sistemas de Ensino: diferentes modelos (*tracking*) e realização social; Os profissionais de educação; Movimentos Sociais e Educação.
6. Cultura, Pluralidade e Educação; Currículo como produção social; Pedagogias visíveis e invisíveis e violência simbólica; *Habitus*, Pedagogia da repetência e profecia auto-realizadora; Pós modernidade e Educação.
7. Sociologia da Educação no Brasil; Escola tradicional e a Escola Nova; Reformas educacionais e a lenta democratização do acesso; Os desafios de rendimento (fluxo), desempenho (qualidade) e equidade; Pesquisas contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- PETITAT, André. Produção de Escola / Produção de Sociedade. Análise sócio histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.
- FORQUIN, Jean Claude. *Sociologia da Educação: 10 anos de pesquisa*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- VALLE SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos. "Tendências da desigualdade educacional no Brasil". Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. “Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil”. Texto para Discussão nº 857. Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 2002.
- BOUDON, Raymond. A Desigualdade de Oportunidades. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- HIRSCH, Fred. Limites Sociais do Crescimento. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. Tratado Introdutório. São Paulo, Nova Cultural, 1996, vol. 1.
- VALLE SILVA, Nelson & HASENBALG, Carlos A. “Recursos familiares e transições educacionais”. Cadernos de Saúde Pública, nº 18, sup., mar. 2002, pp.67-76.
- NOGUEIRA, Maria Alice. “Trajetórias Escolares, Estratégias Culturais e Classes Sociais”. Teoria e Educação, nº 3, 1991.
- VALLE SILVA, Nelson & HASENBALG, Carlos A. (orgs.). Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM, Topbooks, 2003.
- APPLE, Michael W. Educação e Poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. Ed. Cortez, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1999
- SILVA, Tomaz Tadeu (org). Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 250p

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. Estudos Avançados. São Paulo, v. 5, n. 12, Aug. 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 28 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. Sociologia Educacional. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BAUDELLOT, C. e ESTABLET, R. L'école capitaliste en France. Paris, Maspero. 1971.

BECKER, Gary, Human Capital: a Theoretical and Empirical Analysis, with Special reference to Education. Nova York: Columbia University Press, 1964.

BLUESTONE, Barry; HARRISON, Bennett. The deindustrialization of America: plant closings community abandonment, and the dismantling of basic industry. New York: Basic Books, 1982. 323p.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução - Elementos para uma teoria do sistema de ensino. (2ª. Ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 1982.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no séc. XX. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Guabunabara, 1987.

BUCHMANN, Claudia e HANNUM, Emily. "Education and Stratification in Developing Countries: A Review of Theories and Research". International Sociological Association (ISA), Research Committee 28 on Social Stratification and Mobility (<http://www.soc.duke.edu/~rc28/>). Conference Paper, Libourne, 2000.

COLEMAN, James S. et al. Report on Equality of Educational Opportunity. U.S. Government Printing Office for Department of Health, Education and Welfare, 1966.

COLLINS, Randall. The credential society : an historical sociology of education and stratification. Nova York: Academic Press, 1979.

COMENIUS, Iohannis Amos. Didactica Magna. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DAVIES, Brian. Bernstein, Dukheim e a sociologia da educação na Inglaterra. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 120, Nov. 2003.

DEWEY, John. Experiência e Educação. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1971.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da escola improdutiva. SP, Cortez, 1984.

GRANOVETTER, Mark S. Getting a job: a study of contacts and careers. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1974.

GRIFFIN, P. e COX EDWARDS, A. Rates of Return to Education in Brazil: Do Labor Market Conditions Matter?. Economics of Education Review, vol. 12, nº 3, pp. 245-255. 1993

HASENBALG, Carlos A.; LIMA, Marcia e SILVA, Nelson do Valle. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HUME, David. Tratado da Natureza Humana. Livro I, partes 3 e 4 (Credulidade). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

JENCKS, Christopher. Inequality: A Reassessment of the effect of family and Schooling in America. New York, Basic Books, Inc., 1972.

JENCKS, Christopher & PHILLIPS, Meredith (orgs). The Black-White Test Score Gap. Oxford: Brookings Institution Press, 1998.

LAM, David. Intergenerational educational mobility in Brazil. Rio de Janeiro: IPEA, 1992

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status, Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo, Ed. Hucitec, 1984.

MURPHY, Raymond. Social closure: the theory of monopolization and exclusion. Oxford, Claredon Press, 1988.

PERRENOUD, Philippe. Escola e Cidadania. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2005.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia. A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 29o ed., 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SALM, Cláudio. Escola e Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980.

SCHULTZ, Theodore W. The economic value of education. Nova York, Columbia University Press, 1963.

SCHUMPETER, Joseph A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982

SHAVIT, Y. e MULLER, W. From school to work: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations. Oxford, Clarendon Press/Oxford Univ. Press, 1998.

THUROW, Lester C. Generating inequality. Nova York, Basic Books, 1975.

VALLE SILVA, Nelson do. "Race, schooling and social mobility in Brazil". Ciência e Cultura, vol. 51, nº 5/6, set. 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira, Ed., 1989.

WILLIS, Paul. Aprendendo a ser Trabalhador. Escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991.

SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA

Código: CSO137	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Explicações sociológicas sobre o fenômeno da violência. A violência no Brasil contemporâneo. A violência e os padrões de sociabilidade no Brasil. A violência e suas repercussões sobre a juventude, a saúde pública, a organização territorial, a exclusão social.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Os conceitos de violência, crime e desvio 2. O crescimento da violência desde o fim do século 20 3. Agressores e agredidos 4. Violência e cultura 5. Violência, poder e controle social	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
DADOUN, Roger. 1998. A violência. São Paulo: Difel. MICHAUD, Yves. 1989. A violência. São Paulo: Ática. PAIVA, Vanilda (org.). 2007. Juventude em conflito com a lei. Rio de Janeiro: Garamond.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ZALUAR, Alba. 2004. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio De Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. YOUNG, Jock. 2002. A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan.	

SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	

EMENTA

O objetivo da disciplina é oferecer ao/à aluno/a uma introdução ao debate da questão étnico-racial na atualidade. Sendo assim, o curso permite um conhecimento da história do debate sobre raça, suas principais correntes teóricas e os temas tratados até o momento. Cada aula abordará esses debates a partir de textos de autores e autoras de diferentes contextos nacionais e perspectivas teóricas. Por fim, a bibliografia selecionada privilegia, da perspectiva sociológica, estudos recentes sobre raça e racismo no debate público contemporâneo, tomando como central a emergência das teorias pós-colonial e decolonial para o debate racial e racismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O que é raça?
2. O conceito de raça
3. Desigualdades raciais
4. Racismo
5. Raça e a Teoria pós-colonial

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa. 2003, v. 29, n. 1, pp. 93-107

HOFBAUER, Andreas. De raça a identidade. Cadernos de Campo (USP. 1991), São Paulo, v. 5/6, p. 173-188, 1997.

BETHENCOURT, Francisco. Racismos: Das Cruzadas ao século XX. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

OTH, Wendy. The multiple dimensions of race, Ethnic and Racial Studies, v. 39, n. 8, pp. 1310-1338, 2016. DOI: 10.1080/01419870.2016.114079

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JESUS, Matheus. O Massacre dos Libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889). São Paulo: Editora Perspectiva.

Hasenbalg, Carlos Alfredo. (1979), Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal. Capítulo 3.

LIMA, R. K. ; CAMPOS, M.S. Sujeição sanitária e cidadania vertical: Analogias entre as políticas públicas de extermínio na segurança pública e na saúde pública no Brasil de hoje. Revista Dilemas IFCS-UFRJ, v. 14, p. 1-9, 2021.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. Dados, v.49, n.4, pp.833-873, 20

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. Capítulos 1 e 5. Complementar

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, v. Anpocs, p. 223-243, 1984

FERNANDES, Florestan. "Pauperização e anomia social" A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Editora Globo, 2008.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Letramento e Justificando, 2019.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de 'raça' e o ideário do 'branqueamento' no séc. XIX -bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria & Pesquisa, São Carlos (UFSCar), v. 42-43, n.jan / jul, p. 63-110, 2003.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, no. 87, p. 77-95, Julho de 2010.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João e CAMPOS, Luiz Augusto. "Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico". Cadernos de Pesquisa, vol.43, n.148, pp. 302-327, 2013

FANON, F. Os condenados da terra. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005, p.23-75.

Bernardino-Costa, Joaze. A prece de Frantz Fanon. Civitas - Revista de Ciências Sociais. 2016, v. 16, n. 3, pp. 504-521.

SAID, Edward. Introdução e capítulo 1. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Bueno, Tomás Rosa (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13-121.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem Imperialidade? O Elo Perdido do Giro Decolonial. Dados-Revista de ciências sociais, v. 60, p. 505-540, 2017.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? 2a. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? São Paulo: Letramento e Justificando, 2017.

ROSA, A R., MEDEIROS, C. R.O e VALADÃO JÚNIOR, V. M. Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais. Cadernos EBAPE.BR . 2012, v. 10, n. 2, pp. 393-410

Gilroy, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001, p.33-101.

Guimarães, A. S. Formações nacionais de classe e raça. Tempo Social, v. 28, p. 161-182, 2016.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.55-101.

GUIMARAES, A. S.; RIOS, Flavia; SOTERO, E. C. Coletivos negros e novas identidades raciais. Novos Estudos. CEBRAP, v. 39, p. 309-327, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do Negro Brasileiro; Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

SCHWARCZ, L. K. M.. Questão racial e etnicidade. In: Sérgio Miceli. (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) Antropologia. São Paulo: Sumaré, 1999, v. 1, p. 267-326.

SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A disciplina propõe acompanhar as discussões sobre os estudos de gênero e suas contribuições para a compreensão do mundo social. Serão trabalhados e refletidos aspectos de seu desenvolvimento: como se construiu a própria noção de gênero e como ela foi sendo interpelada e mesmo desconstruída no desenvolvimento desses estudos; e quais são algumas tendências capazes de sinalizar a originalidade e o vigor da contribuição dos estudos de gênero para a sociologia. Trata-se de oferecer um painel das inovações teóricas e metodológicas presentes no campo nos últimos anos e o modo como dão continuidade a estudos anteriores e trazem novos desdobramentos.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. O conceito de gênero: história e desenvolvimento 2. Os caminhos da institucionalização dos estudos de gênero 3. Identidade, igualdade e diferença 4. Perspectivas interseccionais 5. Estudos Queer 6. Perspectivas decoloniais 7. Política, gênero e feminismos	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABREU, Maira e CASTRO, Bárbara. "Marxismos, feminismos, queer e sexualidades – Parte I". *Crítica Marxista*, n.48, p.89-107, 2019.
- ANZALDÚA, Gloria. "La conciencia de la mestiza / Rumor a uma nova consciência". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARNEIRO, Sueli. "Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. "Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória". *Parágrafo*, vol. 5, n.1, jan/jun de 2007.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CURIEL, Oschy. "Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, Christiane. "O inimigo principal: a economia política do patriarcado". In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, Brasília, maio-agosto de 2015.
- FALQUET, Jules. "A combinatória straight. Raça, classe, sexo e economia política: análises materialistas e decoloniais". *Crítica Marxista*, n.48, p.127-146, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRANÇA, Isadora Lins e FACCHINI, Regina. "Estudos de gênero no Brasil: 20 anos depois". In: MICELI, Sérgio e MARTINS, Carlos Benedito (orgs.). *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afro-latino-americano". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HARAWAY, Donna. "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 07-41, 1995.
- HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil". In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970-1995)*. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré, 1999. v. 2 (Sociologia).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. "Novas configurações da divisão sexual do trabalho". *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez 2007, pp. 595-609.
- HIRATA, Helena. "Gênero, raça e classe: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014, pp. 61-73.
- KERGOAT, Danièle. "O trabalho, um conceito central para os estudos de gênero?" In: MARUANI, Margaret. *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2019.
- LAURETIS, Teresa de. "Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LUGONES, María. "Colonialidade e gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.
- MATOS, Marlise. "Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

MISKOLCI, Richard. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

NASCIMENTO, Beatriz. "A mulher negra no mercado de trabalho"; "A mulher negra e o amor". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NOYÉ, Sophie. "Por um feminismo materialista e queer". Crítica Marxista, n.48, p.147-163, 2019.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PIERUCCI, Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: Editora 34, 1999.

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a categoria mulher". In: ALGRANTE, Leila. A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas, IFICH, 2002.

PRECIADO, Paul Beatriz. "Multidões queer: notas para uma política dos anormais". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

REBUCINI, Gianfranco. "Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais". Crítica Marxista, n.48, p.109-126, 2019.

RIVERA-CUSICANQUI, Silvia. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

RUBIN, G.; BUTLER, J. "Tráfico sexual – entrevista". Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 21, p. 157–209, 2016.

RUBIN, Gayle. "O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo". Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].

RUBIN, Gayle. "Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade"

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para a análise histórica". In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995 [1986], pp. 71-99.

VÊRGES, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CSO XXX - SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Apresentar aos estudantes a trajetória da temática do trabalho como objeto de análise da Sociologia ao longo do século XX. A disciplina perpassa as formas iniciais de organização coletiva dos trabalhadores, a gênese dos sindicatos e seus desafios ao longo do tempo, os conflitos de classe em meio à sociedade industrial e as formas de luta. Ao abordar a temática no Brasil, trata da Consolidação das Leis Trabalhistas, formalidade e informalidade, a temática do desemprego e as transformações institucionais com as diversas reformas à CLT, além das transformações do trabalho ante as mudanças no regime de acumulação capitalista.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Trabalho, produção e mundo industrial 2. Organizações coletivas e conflitos de classe 3. Primeiras organizações de trabalhadores no Brasil 4. Legislação trabalhista, formalidade e informalidade no Brasil 5. Mudanças na acumulação capitalista, novas configurações do trabalho e reformas	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. Boitempo Editorial, 2020.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Editora FGV, 2013.

CARDOSO, Adalberto. A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Editora FGV, 2015.

CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. Editora 34, 2004.

HOBBSBAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

LEITE, Márcia De Paula. Trabalho e sociedade em transformação. Sociologias, p. 66-87, 2000.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. Caderno CRH, v. 32, p. 325-342, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

RAMALHO, José Ricardo. Além da Fábrica-trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo, Boitempo, 2003.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. São Paulo, Scritta, 1997.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. Edições Símbolo, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Industrialização e atitudes operárias. São Paulo, Brasiliense, 1970.

SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Editora Paz e Terra, 2020.

VIANNA, Luis Jorge Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOCIOLOGIA DO MEIO AMBIENTE

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O debate da relação homem/natureza nos clássicos. Pensamento socioambiental e as perspectivas críticas das consequências dos impactos econômicos e políticos na modernidade e o desenvolvimento do capitalismo para o meio ambiente. Análise das perspectivas do desenvolvimento sustentável nas sociedades contemporâneas. Conflitos ambientais na América Latina e Brasil.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Discussão da relação homem-natureza nos clássicos e a crítica ao antropocentrismo. 2. Debate dos eixos analíticos do paradigma socioambiental 3. Sociedade de riscos e modernização ecológica. 4. Abordagens do construcionismo ambiental 5. Discussão ambiental na América Latina e Brasil	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

Beck U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34; 2010.

BUTTEL, Frederick H.. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**, São Paulo, n. 15, p. 69-94. 1992.

CATTON, William R.; DUNLAP, Riley E. Sociologia ambiental: um novo paradigma. **Revista Sociedade e Estado**, v. 36, n. 02, p. 773-787, maio/agosto 2021.

FERREIRA, Leila da C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, n. 7, p. 105-118, out. 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

_____. **As Consequências da Modernidade**. FIKER, Raul (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Piaget, 1997.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

ZHOURI, Andréa. A Revolta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol. 7, n. 2, p. 211-213, 2004.85.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SOCIOLOGIA DO CRIME

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
A disciplina tem por objetivo debater as abordagens sociológicas sobre o fenômeno da criminalidade, enfocando os principais conceitos, as correntes interpretativas e explicativas, às temáticas inerentes à disciplina e pesquisas brasileiras desenvolvidas nas últimas décadas abordando temas correlatos e utilizando metodologias e enfoques teórico-metodológicos variados e críticos. Enfatiza a reflexão sociológica sobre a questão das relações entre Estado, indivíduos, grupos e relações instituições no que se refere aos direitos à segurança pública e à produção do crime e da criminalidade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. Escolas e abordagens sociológicas clássicas e contemporâneas do crime: Teorias funcionalistas, a escola de Chicago e teorias de subcultura Durkheim e a abordagem moral do crime. Merton e a teoria anômica do crime. A Segunda Geração da Escola de Chicago. Os interacionistas e a “Teoria da Rotulação”. Teoria da Associação Diferencial e Estigma Social. Tradições ocultas da juventude e as técnicas de neutralização da culpa. 2. Abordagens conservadoras do crime e a vitimologia: A teoria das janelas quebradas. A vitimologia como abordagem conservadora. 3. Drogas, punição e criminalidade: As drogas como questão política e de segurança pública. Drogas e violência. O debate ideológico sobre drogas. A economia gerada pelos mercados legais e ilegais. 4. Políticas de segurança e Polícia: Instituição, conceitos de segurança Segurança e violência: A segurança pública como direito e relação de poder. Estudos sobre a relação entre polícia e criminalidade. Modelos de polícias. O monopólio da violência e seu uso ilegítimo.	

5. Estudos brasileiros sobre violência e criminalidade: Estudos de autores brasileiros e autoras brasileiras sobre temas relacionados à sociologia do crime e da criminalidade. Homicídios e desaparecimentos no Brasil. Violência racial e violência de gênero.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Araújo, Fábio Alves. "Não tem corpo, não tem crime": notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. Horiz. antropol. [online]. 2016, vol.22, n.46 [cited 2020-06-19], pp.37-64.

Bandeira, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Soc. estado. [online]. 2014, vol.29, n.2 [citado 2020-06-19], pp.449- 469.

Bayley, D. H.; Skolnick, J. Nova Polícia. São Paulo: EDUSP, 2006.

Becker, H. Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

Bergeron, H. Sociologia da Droga. Aparecida/SP. Letras e Ideias, 2006

Bordua, D. Delinquent Subcultures: Sociological Interpretations of Gang Delinquency. The Annals of American Academic. 119-136

Durkheim, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999.. Lições de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Fraga, P.C.P; Delgado, L.P. "MORTES QUE SE ACUMULAM: homicídios, perfis das vítimas e políticas públicas em Juiz de Fora." Revista de Política Públicas. 2020, vol.24, n.1.

Goffman, E. Estigma. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

Hardyns, W. and Lieven J.R. Pauwels The Chicago School and Criminology. In The Handbook of the History and Philosophy of Criminology, First Edition. Ruth Ann Triplett. John Wiley & Sons, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Kopp, P. Economia da droga. Bauru, EDUSC, 1998.

Matza, D. As tradições da Juventude In: Vários autores, Sociologia da Juventude, Vol III, Rio de Janeiro, Zahar Ed. PP. 81-106, 1968.

Merton, R. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.

Riccio, V; Skoogan, W.G. Police and Society in Brazil. New York, Routledge, 2018.

Sinhoreto, J; Souza, D. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada, Rev.estud.soc. No. 64 • abril-junho.

Sutherland, E. White-Collar Criminality. American Sociological Review, Vol. 5, No. 1 (Feb., 1940), pp. 1-12. URL: <http://www.jstor.org/stable/2083937>

Wilson, J e Keeling, G. The police and neighborhood safety broken windows Wemmers, Jo-Anne. Introduction à la Victimologie. Montreal, Presse de U. Montréal, 2005.

SOCIOLOGIA E ECONOMIA: DIÁLOGOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Código: CSO135	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Discutir a interface entre Ciências Sociais e Economia, através da aplicação da sociologia à análise dos fenômenos econômicos, de modo a destacar como as ações econômicas (concernentes à produção, distribuição, troca e consumo) estão circunscritas pela escassez dos recursos que as sustentam e pelas características da estrutura social e das estruturas de significados, social e culturalmente produzidas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. Introdução: o campo sociologia econômica.
2. O debate clássico/moderno em torno do capitalismo: Marx e Weber, Pareto e Veblen; os neoclássicos e o mercado como agente decisivo; bases sociais da economia em Keynes e Schumpeter.
3. Limites da economia (e da sociologia): limites da economia, de Mauss a Polanyi; política versus mercado: a produção de bem estar.
4. A “nova” sociologia econômica: sociologia política da economia: Bourdieu; Granoveter e Steiner.
5. Conclusão: uma construção social do mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ABRAMOVAY, Ricardo. 2004. “Entre Deus e o Diabo: mercado e interações humanas nas ciências sociais”. Tempo Social, vol. 16, n.2.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. “Gostos de classe e estilos de vida”. In: R. ORTIZ (org.), Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, p. 82-121.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. “É possível um ato desinteressado?” In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, , p.137-156.
- ESPING-ANDERSEN, Gösta. 1994. “Welfare States and the Economy”. In N. SMELSER; R. SWEDBERG, (eds.), The Handbook of Economic Sociology. Princeton: Princeton Univ. Press, p. 711-732.
- FLIGSTEIN, Neil. 2001. “Mercado como política: uma abordagem político cultural das instituições de mercado”. Contemporaneidade e Educação, 9, p. 26-55.
- GRANOVETER, Mark and SWEDBERG, Richard. 1992. The sociology of economic life. Colorado: Westview Press.
- GRANOVETER, Mark. 2007. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE eletrônica. FGV-SP, v. 6, n.1.
- KEYNES, JOHN M. 1992. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo, Atlas,
- LEYS, Colin. 2004. A política a serviço do mercado. Rio de Janeiro: Record.
- MARX, Karl. 2002. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valor. In: O Capital (Vol. 1, Cap. 5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 211-231.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MAUSS, Marcel. 2001. Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: Edições 70.
- POLANYI, Karl. 2000. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- RAUD, Cecile. 2003. “A construção social do mercado em Durkheim e Weber. uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica”. Cadernos de Pesquisa, PPGSP/UFSC, 34.
- SCHUMPETER, Joseph. 1988. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural.
- SMELSER, Neil and SWEDBERG, Richard (eds). 1994. The handbook of economic sociology. Princeton: Princeton Univ. Press.
- SWEDBERG, Richard. 2004. Sociologia econômica: hoje e amanhã. Tempo Social, 16(2), p. 7-34.
- STEINER, Philippe. 2004. “A doação de órgãos. A lei, o mercado e as famílias”. Tempo Social, vol. 16, n. 2.
- STEINER, Philippe. 2006. Sociologia econômica. São Paulo: Atlas.
- VEBLEN, Thorstein. 1965. A teoria da classe ociosa. São Paulo: Pioneira.
- WEBER, Max. 1991. Economia e Sociedade. Brasília: UnB.

CSO 141 - SOCIOLOGIA E SOCIEDADE BRASILEIRA

Código: CSO141	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	

O objetivo é discutir os principais modelos produzidos pela reflexão sociológica sobre o Brasil (século XX), discriminando temas e obras relevantes, bem como os suportes metodológicos mobilizados pelos autores escolhidos. Evitando o tratamento canônico de obras e autores que compõem a produção sociológica no Brasil, é essencial o estudo criterioso das condições que presidiram a construção do conhecimento sociológico, reconhecendo como dimensões fundamentais que deverão ser exploradas: a caracterização da produção dos autodidatas e dos professores universitários, o acompanhamento das trajetórias regionais (MG, RJ, SP etc), o desenvolvimento da indústria editorial e a construção das políticas culturais produzidas a partir do Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Autodidatismo, impressionismo e ecletismo na interpretação do fenômeno brasileiro: os recursos teóricos, o estágio da pesquisa e a forma ensaística; intelectuais e política; Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda.
2. As ciências sociais entre a Universidade e a produção teórica “militante”: as mudanças no campo sociológico: pesquisa, escrita e leituras; ciência e política: opções excludentes?; USP, IBESP e ISEB; Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Fernando de Azevedo, Fernando Henrique Cardoso, Raimundo Faoro.
3. Novas interpretações sobre a dinâmica do capitalismo brasileiro: as mudanças no campo sociológico: a profissionalização e a internacionalização dos cientistas sociais brasileiros, mudanças no padrão de financiamento da produção intelectual; o impacto das ciências sociais norte-americanas e dos novos autores marxistas na produção dos cientistas sociais brasileiros; a nova geografia da produção intelectual: CEBRAP, IUPERJ, UNICAMP, UFMG, USP; a esfera da política: Wanderley G. dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Francisco Weffort, Simon Schwartzman, Florestan Fernandes.
4. Interpretações sobre o Brasil no novo século.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AMADO, Gilberto. 1947. A chave de Salomão e outros escritos. Rio de Janeiro: José Olympio.
- AMARAL, Azevedo. 1930. Ensaaios brasileiros. Rio de Janeiro: Omena e Barreto.
- AZEVEDO, Fernando de. 1943. A cultura brasileira. Rio de Janeiro: Nacional.
- BASTOS, Tocary Assis. 1965. O positivismo e a realidade brasileira. Belo Horizonte: UFMG.
- BOMFIM, Manoel. 1935. O Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BOMFIM, Manoel. 1931. O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira. 2 vols. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- CARDOSO, Fernando Henrique. 1964. Empresário industrial e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difel.
- FERNANDES, Florestan. 1963. A sociologia numa era de revolução nacional. São Paulo: Editora Nacional.
- FERNANDES, Florestan. 1975. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar.
- FERNANDES, Florestan. 1980. A sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, Florestan. 1980. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. 4ª ed. São Paulo: T. A. Queirós.
- FRANCO, M. S. de Carvalho. 1969. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: USP.
- HOLANDA, SÉRGIO B. de. 1981. Raízes do Brasil. 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- IANNI, Octávio. 1975. O colapso do populismo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LAMOUNIER, Bolívar. 1977. Formação de um pensamento autoritário na primeira República: uma interpretação, in FAUSTO, B. (org.). O Brasil republicano. São Paulo: Difel, v. II.
- LAVALLE, Adrián Gurza. 2004. Vida pública e identidade nacional. São Paulo: Globo.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. 1967. Crise do Brasil arcaico. São Paulo: Difel.
- MICELLI, Sérgio (org.). 1999. O que ler na ciência social brasileira. 2ª ed. São Paulo: Sumaré/Anpocs.
- MICELLI, Sérgio (org.). 1995. História das ciências sociais no Brasil. 2 vols. São Paulo: IDESP/Vértice.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- RAMOS, Alberto Guerreiro. 1965. A redução sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. 1995. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1978. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1988. Paradoxos do liberalismo. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). 1979. O pensamento nacionalista e os cadernos de nosso tempo. Brasília: UNB.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). 1982. Bases do autoritarismo brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus.

SODRÉ, N. W. 1962. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SORJ, Bernardo. 2001. A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SORJ, Bernardo. 2000. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SOUZA, Jessé de.(org.). 1999. O malandro e o protestante. Brasília: UNB.

TORRES, Alberto. 1982. O problema nacional brasileiro. 4ª ed. Brasília: UNB.

WEFFORT, Francisco. 1978. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WEFFORT, Francisco. 1984. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense.

WEFFORT, Francisco. 1992. Qual democracia? São Paulo: Cia. das Letras.

SOCIOLOGIA URBANA: CIDADE E POLÍTICAS URBANAS

Código: CSO136	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Oferecer aos alunos oportunidade de conhecimento e debate dos principais temas tratados pela Sociologia Urbana, desde sua constituição como campo das Ciências Sociais até sua aplicação mais recente no planejamento urbano e políticas públicas. A trajetória compreende também o diálogo com o Urbanismo e Planejamento Urbano, áreas de aplicação da Sociologia. A disciplina deve propiciar aos alunos uma experiência de pesquisa na área.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1. A sociologia urbana na escola de Chicago. 2. Novos temas e novas visões sobre a cidade. 3. Sociologia urbana e urbanismo. 4. Sociologia urbana e planejamento urbano.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ARANTES, Otilia. 2001. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. 2a. ed. São Paulo: EDUSP. BONDUKI, Nabil (org.). 1996. Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel. CARDOSO, Adauto (org.). 2001. Cadernos do programa Habitar-Brasil-BID. Vol.1. Brasília/Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ & Ministério do desenvolvimento Urbano. CARDOSO, Adauto Lúcio. 2001. Notas metodológicas sobre o déficit habitacional. Rio de Janeiro: IPPUR, UFRJ. CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. 2007. Proposta de Política Municipal de Habitação – Juiz de Fora. Juiz de Fora: CPS/UFJ. CHOAY, Françoise. 1992. O urbanismo. 3. ed. São Paulo: Perspectiva. CONNIFF, Michael. 2006. Política Urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945. Rio de Janeiro: Relume Dumará. EUFRÁSIO, Mário. 1999. Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da USP/Editora 34.	

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2005. Déficit habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

GIDDENS, Anthony. 2005. Sociologia. Porto Alegre: Artmed.

HAROUËL, Jean-Louis. 1990. História do urbanismo. Campinas: Papirus.

LACAZE, Jean-Paul. 1993. Os métodos do urbanismo. Campinas: Papirus.

LOPES, Rodrigo. 1998. A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad.

MARICATO, Ermínia. 2003. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados. n. 48, v. 17, . 151- 167.

MARICATO, Ermínia. 2000. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva. n. 4, v. 14, p. 21-33.

OLIVEN, Ruben G. 1992. A Antropologia de grupos urbanos. 3. ed. Petrópolis: Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PARK, Robert E. 1987. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O. VELHO, Otávio. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.

PASTERNAK TASCHNER, Suzana. 2003. O Brasil e suas favelas. In: P. ABRAMO (org.), A Cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Letras/FAPERJ, p. 13-42.

PRETECEILLE, Edmond; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. 1999. "Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80". Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14, n. 40, p. 143-162.

RIBEIRO, Luiz César de Q.; CARDOSO, Adauto L.; LAGO, Luciana C. do. 2003. Necessidades habitacionais: déficit habitacional e inadequação habitacional. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ – FASE.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. 2007. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. Sociedade e Estado. Brasília, Vol. 22, n. 3, p. 525-544.

SANTOS, Carlos Nelson F.; VOGEL, Arno (coords.). 1985. Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. São Paulo: Projeto.

SIMMEL, George. 1987. A metrópole e a vida mental. In: O VELHO (ORG.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.

SUSSER, Ida (ed.). 2001. La sociología urbana de Manuel Castells. Madri: Alianza Editorial.

TORRES, Haroldo da Gama. 2004. "Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990". Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, n. 54, p. 41-56.

VELHO, Otávio. 1987. O fenômeno urbano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

WIRTH, Louis. 1987. "O urbanismo como modo de vida". In: o. velho (ORG.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara.

WIRTH, Louis. 1973. "Os desafios da cidade e da metrópole". In: F. FERNANDES (org.), Comunidade e Sociedade. São Paulo: Nacional/EDUSP, p. 501-14.

TÉCNICAS DE ANÁLISE POLÍTICA

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso discute a formação do campo da ciência política no Brasil; a institucionalização da Ciência Política no Brasil e suas técnicas de pesquisa; controvérsias acerca do uso métodos e técnicas de pesquisa no campo disciplinar; problema de pesquisa em ciência política; desenho de pesquisa em ciência política; pesquisa quantitativa: conceito, métodos e prática; pesquisa qualitativa: conceito, métodos e prática.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. O campo da Ciência Política e suas técnicas de pesquisa;
2. Problema e hipótese;
3. Desenho de pesquisa;
4. Metodologias quantitativas;
5. Metodologias qualitativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGRESTI, Alan; FINLAY. 2012. Métodos estatísticos para as Ciências Sociais. Consultoria, supervisão e tradução técnica Lori Viali. 4.ed. Porto Alegre, RS: Penso.

AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (Orgs.). 2016. A ciência política no Brasil: 1960-2015. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BABBIE, Earl. 2001. Métodos de pesquisas de survey. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.) 2015. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

FLICK, Uwe. 2009. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa; consultoria, supervisão e revisão técnica Sônia Elisa Caregnato. 3.ed. Porto Alegre, RS: Armed.

FORJAZ, Maria Cecília Spina Forjaz. 1997. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, no. 35.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. 2015. Fundamentos da pesquisa em Ciência Política. São Paulo, SP: Blucher.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. 1999. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, RS: Artmed; Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. 2014. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. 2005. O calcanhar metodológico da Ciência política no Brasil. Sociologia, problemas e práticas, no. 48, p. 27-52.

YIN, Robert K. 2016. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Tradução Daniel Bueno; revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso.

TEORIA POLÍTICA GREGA E MEDIEVAL

Código: CSO146	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
O curso objetiva fornecer uma visão introdutória do pensamento político clássico, desde suas origens na Polis grega, analisando seus desdobramentos nos contextos históricos imediatamente posteriores, ou seja, o advento da noção de Estado Imperial em Roma, seguida de sua substituição pelas monarquias cristãs medievais. Ao discutir as interrelações entre Igreja e Estado, deverão ficar evidenciados, a partir da idade média até o renascimento, as questões que irão continuamente criar um caráter próprio para a ciência política, independentemente de qualquer filosofia moral e religiosa. Além de trabalhar os conceitos dentro do quadro social de sua produção, o curso deve estabelecer pontes entre as proposições da teoria política clássica e suas apropriações mais modernas e contemporâneas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	

1. O pensamento grego: a- Da filosofia da natureza à filosofia social; b- A noção de Polis e a democracia grega; c- Platão e a noção de sociedade justa; O conhecimento como guia da política; A justiça e a especialização das funções sociais; A corrupção das formas históricas de governo; Aristóteles e o estabelecimento da ciência política; A análise da composição social da Polis; A teoria das formas de governo; A política como realização de um fim ético
2. Roma: a- A decadência da Polis e o advento do Estado-Império; b- as noções de autoridade e de res-pública; c- a concepção do estado burocrático romano; d- o advento do cristianismo e a decadência do império.
3. O pensamento político medieval: a- A Cidade dos Homens e a Cidade de Deus; b- A autoridade do rei versus a autoridade do papa; c- O tomismo e o neo-tomismo na política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

_____. Dos argumentos sofísticos, Os pensadores. São Paulo, Abril, 1978.

_____. Ética nicomaquea, in Obras. Madrid, Aguilar, 1982.

_____. Tópicos, Os pensadores. São Paulo, Abril, 1978.

BARBOZA, Rubem Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na formação americana Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.

BARKER, Ernest. Teoria política grega. Brasília, UNB, 1978. BARROW, R. H. Los Romanos. México DF, Fondo de Cultura Económica, 1992.

BIGNOTTO, Newton. O Tirano e a Cidade. São Paulo, Discurso Editorial, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

_____. Maquiavel Republicano, São Paulo, Edições Loyola, 1991. BOBBIO, Norberto et alli. Dicionário de Política, Brasília, UNB, 1986.

_____. A teoria das formas de governo. Brasília, UNB, 1980.

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia, volume 1, São Paulo, Brasiliense, 1994.

COULANGES, Fustel. A cidade antiga. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

DAHRENDORF, Ralf. Em Louvor de Trasímaco. in: Ensaios para a Teoria da Sociedade, Rio de Janeiro

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA I

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA III

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA IV

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA V

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise antropológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I

Código: CSO122	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA III

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA IV

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA V

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria política e em análise política, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA III

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA IV

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA V

Código: CSOXXX	Departamento: Ciências Sociais
Carga-Horária: 60 horas	Modalidade: Teórica
Pré-requisitos: Não há	
EMENTA	
Curso de ementa livre para que sejam explorados temas específicos em teoria e análise sociológica, bem como temas aplicados, conforme a proposta do professor.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
De acordo com o programa, a critério do professor responsável.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

De acordo com o programa, a critério do professor responsável.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

9.1 – A Transição de PPCs no Curso de Ciências Sociais

Em agosto e dezembro de 2024, o Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) e o Conselho Universitário (CONSU) da UFJF aprovaram, respectivamente, a Proposta de Reestruturação dos Cursos em Ciclo do Instituto de Ciências Humanas, que garantiu a possibilidade que esta Reforma Curricular de Ciências Sociais viesse a ser apresentada nesses termos ao CONGRAD.

A Proposta de Reestruturação, em seus detalhes, assegura aos discentes que ingressaram anteriormente a esta reforma por meio do Primeiro Ciclo no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (BACH) a conclusão do curso de Ciências Sociais nos moldes do Projeto Político-Pedagógico originário, anterior a este aqui apresentado. Ou seja: após o término do curso do BACH, o discente terá garantido o seu direito por optar seguir para o segundo ciclo. Assim como ocorre atualmente, ao ingressar no curso de segundo ciclo, o aluno se vinculará ao currículo do curso de segundo ciclo que estiver vigente no semestre do seu ingresso no curso de primeiro ciclo.

O tempo recomendado para conclusão do BACH é de cinco períodos, conforme previsto em seu PPC. O RAG assegura, no máximo, o dobro do tempo para que o discente conclua seu curso. Assim, os discentes do formato antigo do BACH terão regularmente dez períodos para concluí-lo, excetuando-se as extensões de prazo garantidas pelos regimentos internos da Universidade. Em reuniões do Conselho de Unidade do ICH, os departamentos do ICH asseguram a manutenção da oferta de turmas para o curso durante todo processo de transição, garantido assim a qualidade do mesmo e a execução de suas atividades essenciais de ensino e pesquisa.

Logo, ao longo de cinco anos de transição (dez períodos letivos, que se estende do primeiro período letivo do ano de 2026 ao segundo período letivo do ano de 2030, o dobro do período recomendado para alunos do BACH integralizarem o mesmo), o Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) passará a operar a partir de uma dupla entrada de discentes: 1) por meio do processo seletivo do PISM/ SISU, no qual os discentes serão alocados na nova matriz curricular dos cursos; 2) a continuação da entrada de discentes oriundos do BACH no curso de segundo ciclo em seu formato mais antigo, tendo em vista o período assegurado a eles de conclusão de curso acima mencionado.

Assim, a fim de se evitar um grande crescimento da quantidade de discentes no curso de Ciências Sociais durante a fase de transição, aumentando exponencialmente o número de vagas em disciplinas, bem como a demanda da carga horária de trabalho dos docentes do Instituto, foi aprovada pelo CONGRAD e pelo CONSU uma entrada seriada de discentes via PISM/ SISU ao longo dos cinco anos no curso de Ciências Sociais (2026 a 2030), curso este que tem sido historicamente procurado pelos discentes oriundos do BACH, sendo provavelmente aquele que irá mais sofrer o impacto da dupla entrada de discentes durante esses cinco anos de transição, projetando a quase duplicação semestral de seu corpo discente frente ao fluxo atual.

As 95 vagas anuais que passarão a existir no curso para entrada direta nos moldes apresentados no tópico 2.6 (48 vagas para ingressantes no primeiro semestre vespertino do bacharelado; 47 vagas para ingressantes no segundo semestre noturno em Licenciatura) não serão disponibilizadas de imediato logo no primeiro ano da transição para ingresso via PISM/

SISU mas, sim, de maneira gradual, conforme o passar dos cinco anos, a fim de que o curso consiga receber com qualidade o quantitativo de discentes represados do BACH e que ainda seguirão para o segundo ciclo.

A proposta de entrada gradativa de estudantes no curso de Ciências Sociais ao longo dos cinco anos se expressa na Tabela presente no tópico 9.2, por meio de uma gradação anual de dez vagas para ingresso direto até o término do período de transição, acompanhada de uma redução gradual e bem pontual de vagas para a entrada de discentes oriundos do BACH. Optou-se por essa proposta na medida em que serão nos primeiros anos de transição o período de maior entrada de discentes do BACH no curso de ciências sociais, dado o quantitativo ainda represado no primeiro ciclo após aprovada a reestruturação. Com o passar dos anos, essa procura tende a diminuir, permitindo com que seja possível convocar mais discentes via entrada direta PISM/SISU.

A meta é que não se ultrapasse o número de 80 ingressantes por semestre no Curso de Ciências Sociais, principalmente ao final do período de transição, tendo em vista as dificuldades do Departamento de Ciências Sociais em arcar com uma quantidade alta de estudantes nas disciplinas, uma vez que, conforme o PPC de Segundo Ciclo, tem-se a entrada de apenas 45 alunos semestralmente. Sendo assim, receber o quantitativo de 70 a 80 alunos por semestre durante o período de transição (sendo que, atualmente, são apenas 45 o número de ingressantes por semestre, como dito) demonstra o quanto o departamento ficará sobrecarregado neste período, bem como a disposição e empenho do mesmo em arcar com esse aumento temporário de trabalho a fim de garantir a reforma curricular que seja mais desejável aos seus atuais interesses político-pedagógicos.

Nesse sentido, reforça-se a importância da transição escalonada aqui apresentada, tendo em vista que, ao longo dos cinco anos, o Curso de Ciências Sociais passaria a ter o dobro de alunos matriculados por semestre quando comparado ao atual modelo, caso não houvesse tal entrada gradual de discentes via PISM/ SISU. A proposta de escalonamento mantém o limite de até 160 discentes anuais nas ciências sociais. Sem ela, seriam 45 alunos via BACH e 47 via entrada direta por semestre; em um total anual de mais de 180 discentes, um quantitativo que torna impossível um atendimento qualificado por parte dos docentes do Departamento de Ciências Sociais.

O escalonamento visa garantir também uma infra-estrutura adequada no ICH para durante o período de transição, bem como a não necessidade de professores substitutos, vagas de professores concursados ou outra mão-de-obra docente para atendimento dos discentes. A transição escalonada impactará menos na carga-horária dos docentes do Departamento em Ciências Sociais em sala de aula e mais no número de discentes por turma. Sem ela, não é possível garantir que não haja aumento da carga-horária dos docentes do Departamento, dado o quantitativo de alunos que necessitariam ser cobertos.

A distribuição das vagas escalonadas segue, assim, a maior ocupação de alunos nas Ciências Sociais oriundos do sistema antigo do BACH nos primeiros anos, com redução gradual desses discentes conforme o passar dos anos, já que boa parte deles começará a colar grau.

Após o 5º ano de transição, foi aprovada pelo CONGRAD e pelo CONSU a redução do número de vagas ofertadas para ingresso nos cursos de segundo ciclo para um quantitativo pequeno destinado a acolher os discentes que obtiveram autorização para dilatação de prazo para conclusão, dentre outros procedimentos previstos nos regulamentos da UFJF. Este quantitativo continuaria a ser ofertado até o último discente do currículo antigo encerrar seu vínculo com o curso. Caso haja a necessidade de mais vagas após o período de transição, os

curso se comprometem a rever tais quantitativos e levar o assunto ao CONGRAD, a fim de sempre garantir com qualidade o segundo ciclo aos discentes oriundos do modelo antigo do BACH.

Número de vagas por semestre nos cursos de segundo ciclo após o 5º ano de transição (a partir de 2030/1)

CURSO	Nº DE VAGAS NO 1º SEMESTRE	Nº DE VAGAS NO 2º SEMESTRE
CIÊNCIA DA RELIGIÃO	3	3
CIÊNCIAS SOCIAIS	7	7
FILOSOFIA	3	3
TURISMO	3	3
TOTAL	16	16

9.2 – Cronograma de Transição e Distribuição de Vagas: Segundo Ciclo e entrada direta via PISM/ SISU

Conforme resoluções aprovadas no âmbito do CONGRAD e do CONSU acima mencionadas, a distribuição gradual de entrada de discentes no curso de Ciências Sociais durante o período de transição entre os anos de 2026 e 2030 se estabelecerá da seguinte forma:

Número de vagas no curso de ciências sociais por entrada durante transição	Discentes oriundos do BACH (conforme PPC atual)	Discentes oriundos do PISM/ SISU por semestre	Total de discentes ingressantes no curso durante transição
1º ano/ 1º semestre 2026	Até 45 vagas	25 vagas	Até 70 vagas
1º ano/ 2º semestre 2026	Até 45 vagas	25 vagas	Até 70 vagas
2º ano/ 1º semestre 2027	Até 40 vagas	30 vagas	Até 70 vagas
2º ano/ 2º semestre 2027	Até 40 vagas	30 vagas	Até 70 vagas

3º ano/ 1º semestre 2028	Até 40 vagas	35 vagas	Até 75 vagas
3º ano/ 2º semestre 2028	Até 40 vagas	35 vagas	Até 75 vagas
4º ano/ 1º semestre 2029	Até 35 vagas	40 vagas	Até 75 vagas
4º ano/ 2º semestre 2029	Até 35 vagas	40 vagas	Até 75 vagas
5º ano/ 1º semestre 2030	Até 32 vagas	48 vagas	Até 80 vagas
5º ano/ 2º semestre 2030	Até 33 vagas	47 vagas	Até 80 vagas

9.3 - Equivalência de Disciplinas entre Antigo Curso de Segundo Ciclo e a Nova Matriz

A fim de facilitar a transição entre o antigo e novo PPC do Curso de Ciências Sociais, institui-se as seguintes equivalências entre as disciplinas das duas matrizes curriculares:

Antigo Currículo de Ciências Sociais (73C; 73CB e 73CL)	Novo Currículo de Ciências Sociais
CSO 115 – Teorias da Socialização	CSO 001 – Sociologia I
CSO 116 – Pensamento Social Brasileiro II	CSO XXX – Política Brasileira
CSO 133 – Cultura, Ideologia e modernidade	CSO 003 – Sociologia III
CSO 123 – Antropologia Brasileira	CSO 123 – Antropologia Brasileira
CSO 134 – Sociologia do Brasil Contemporâneo	CSO XXX – Sociologia Brasileira
CSO 155 – Teorias Antropológicas Contemporâneas	CSO 043 – Antropologia III
CSO 152 – Método Etnográfico	CSO XXX – Metodologia da Pesquisa Antropológica

CSO 153 – Metodologia Aplicada à Ciência Política	CSO XXX – Metodologia da Pesquisa em Ciência Política CSO 015 – Métodos e Técnicas de Pesquisa II
CSO 148 – Projeto de Bacharelado	CSO 148 – Projeto de Bacharelado
CSO 149 – Monografia/ Artigo de Conclusão de Curso	CSO 149 – Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais
CSO 109 – Teoria Política Contemporânea	CSO 039 – Política II
CSO 111 – Teorias Antropológicas I	CSO 010 – Antropologia I
CSO 113 – Tradição e Contemp. Do Pensamento Sociológico	CSO 002 – Sociologia II
CSO 119 – Teorias Antropológicas II	CSO 042 – Antropologia II
CSO 120 – Instituições Políticas em Perspectiva Comparada	CSO 040 – Política III
CSO 143 – Políticas Públicas e Sociedade	CSO 035 – Política I
CSO 151 – Metodologia da Pesquisa Sociológica	CSO 151 – Metodologia da Pesquisa Sociológica CSO 014 – Métodos e Técnicas de Pesquisa I
CSO 156 – Instrumentos para Licenciatura em CSO I	CSO XXX – Juventudes, Gerações e Educação
CSO 157 – Instrumentos para Licenciatura em CSO II	CSO XXX – Juventudes, Gerações e Educação

9.4 - Questões Omissas

Em caso de situações não contempladas neste Projeto Político-Pedagógico, cabe ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais (CLC) bem como ao Conselho de Unidade do Instituto de Ciências Humanas (ICH) a análise e decisão sobre os assuntos omissos.

ANEXO 1 – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado e Licenciatura)

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

Dispõe sobre as normas que regulamentam o Núcleo Docente Estruturante do Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

CAPÍTULO I

Da Natureza e Composição

Art. 1º O Núcleo Docente Estruturante é órgão complementar à estrutura do Curso de Ciências Sociais e suas atribuições consultivas e propositivas sobre matéria acadêmica, subsidiam as deliberações do Colegiado do Curso no processo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, observando o previsto na Resolução CONAES No. 01, de 17 de junho de 2010.

Art. 2º Para efeito de representação no Núcleo Docente Estruturante do curso, serão considerados: o Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente); o vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente); 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais; 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);

Art. 3º Os membros do Núcleo Docente Estruturante do curso terão o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução. A renovação do colegiado ocorrerá dentro de um período mínimo de 02 (dois) anos, sempre de forma parcial, com a substituição de até três membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso.

§ 1º - 60% dos membros componentes do NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

§ 2º - 20% dos membros tem que ter regime de trabalho integral;

Art. 4º Os membros do Núcleo Docente Estruturante serão indicados pelos Departamentos relacionados ao curso, sendo nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas.

CAPÍTULO II

Das competências

Art 5º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Sociais;
- V – realizar avaliação continuada do Projeto Pedagógico do Curso, encaminhando suas conclusões ao Colegiado do Curso.

CAPÍTULO III

Do funcionamento e Deliberação

Art. 6º A coordenação do Núcleo Docente Estruturante caberá ao coordenador de curso, a ele competindo:

- I - convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II - representar o NDE junto à outras instâncias da instituição e fora dela;
- III - encaminhar as proposições do NDE;
- IV - designar relator ou constituir comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE.

Art. 7º O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á ordinariamente pelo menos seis (06) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu coordenador.

§1º As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 8º As reuniões dos órgãos colegiados serão convocadas, por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, constando da convocação a respectiva pauta.

§1º Em caso de urgência, poderá a reunião ser convocada com antecedência de 1 (um) dia útil, ficando restrita ao assunto de caráter excepcional que lhe houver dado causa.

Art. 9º Às reuniões do Núcleo Docente Estruturante somente terão acesso seus membros; facultada a participação de terceiros em assuntos específicos, a juízo do plenário, desde que previamente solicitada ao presidente.

Art. 10º Qualquer membro de núcleo tem o direito de solicitar vista dos processos submetidos à sua deliberação.

§1º O processo objeto do pedido de vista será incluído na pauta da reunião do núcleo docente estruturante, imediatamente subsequente.

§2º O pedido de vista será concedido pelo prazo máximo de 3 (três) dias.

Art. 11º A participação nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante prefere qualquer outra atividade e obriga o comparecimento de seus integrantes.

§1º Perderá o mandato aquele que, sem causa justificada, faltar, no período de um ano, a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões não-consecutivas do Núcleo Docente Estruturante ao qual estiver vinculado.

Art. 12º Nenhum membro de Núcleo Docente Estruturante poderá participar e votar matéria direta ou indiretamente relacionada com seus interesses particulares, do cônjuge ou de parente consanguíneo ou afim até 3º grau inclusive.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 13º As omissões desse regulamento serão solucionadas no colegiado ou pelo presidente

Art. 14º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 2 – REGIMENTO DO COLEGIADO DO CURSO (CLC)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

(Bacharelado e Licenciatura)

REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO (COC) DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

Dispõe sobre as normas que regulamentam o Colegiado do Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

CAPÍTULO I

Da Natureza e Composição

Art. 1º O colegiado do curso de graduação em Bacharelado e Licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora é órgão consultivo e de assessoramento do coordenador do curso, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua área de competência.

Art. 2º O Colegiado do curso de ciências sociais é presidido pelo coordenador do curso, sendo ele composto por professores (80% dos membros), discentes do curso de ciências sociais e técnicos-administrativos (20% dos membros).

Art. 3º A presidência do colegiado do curso de Ciências Sociais será exercida pelo Coordenador do curso, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente, para um mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução, sendo substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Coordenador, eleito pela mesma forma e também componente do Colegiado pelo período de 03 (três) anos.

Art. 4º Para efeito de representação no órgão colegiado do curso, serão considerados, além do coordenador de curso e vice, 03 (três) representantes dos departamentos que compõe o curso de Ciências Sociais; 01 (um) representante discente do curso de Ciências Sociais e 01 (um) técnico-administrativo do Instituto de Ciências Humanas que serão reconduzidos como forma de manutenção e continuidade das propostas do colegiado. Os membros no total do colegiado são: o Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente); o vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente); 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais; 1

docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia); 1 representante estudantil do curso de ciências sociais; 1 representante técnico-administrativo do Instituto de Ciências Humanas (ICH);

Art. 5º Os membros do colegiado do curso terão mandatos assim definidos: docentes e técnico-administrativos terão o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução. O discente representante terá mandato de 01(um) ano, permitida uma recondução. A renovação do colegiado ocorrerá a cada 4 (quatro) anos de forma parcial, com a substituição de até três membros por vez, de modo a garantir a continuidade no acompanhamento do curso.

Art. 6º Os membros do Colegiado serão indicados pelos Departamentos relacionados ao curso, pela direção do Instituto de Ciências Humanas (no caso dos técnicos-administrativos) e pelo centro acadêmico de ciências sociais (no caso dos discentes), sendo nomeados pelo Conselho de Unidade de suas respectivas Unidades Acadêmicas.

CAPÍTULO II

Das competências

Art 7º Compete ao colegiado de curso:

I – Analisar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento pedagógico do curso, propondo às instâncias competentes, se necessário, as devidas alterações;

II – Participar da administração acadêmica, assessoramento à coordenação e o núcleo docente estruturante no desempenho de suas funções;

III – Propor medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinas, administrativas e didático-pedagógicas, necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;

IV- Constituir comissões específicas para o estudo de assuntos de interesse do curso de Geografia;

V – Propor alterações nas disposições desse regulamento, observadas as competências dos conselhos superiores;

VI – Propor ao coordenador do curso providências necessárias à melhoria do curso;

VII – Funcionar como órgão de recurso para as decisões do coordenador do Curso;

VIII – Propor alterações curriculares;

IX – Propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso;

CAPÍTULO III

Do funcionamento e Deliberação

Art. 8º As reuniões dos órgãos colegiados serão convocadas, por escrito, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, constando da convocação a respectiva pauta.

§1º Em caso de urgência, poderá a reunião ser convocada com antecedência de 1 (um) dia útil, ficando restrita ao assunto de caráter excepcional que lhe houver dado causa.

Art. 9º Às reuniões dos órgãos colegiados somente terão acesso seus membros; facultada a participação de terceiros em assuntos específicos, a juízo do plenário, desde que previamente solicitada ao presidente.

Art. 10º Ressalvados os casos em que for exigido “quórum” especial, os órgãos colegiados funcionarão e deliberarão com a presença da maioria simples de seus membros.

§1º A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não for requerida nem expressamente prevista.

§2º Além do seu voto, o presidente do Órgão Colegiado terá, também, nos casos de empate, o voto de qualidade.

§3º- Não será permitido o voto por procuração.

Art. 11º Qualquer membro de órgão colegiado tem o direito de solicitar vista dos processos submetidos à sua deliberação.

§1º O processo objeto do pedido de vista será incluído na pauta da reunião do órgão colegiado, imediatamente subsequente.

§2º O pedido de vista será concedido pelo prazo máximo de 3 (três) dias.

Art. 12º A participação nas reuniões dos órgãos colegiados prefere qualquer outra atividade e obriga o comparecimento de seus integrantes.

Parágrafo único- Perderá o mandato aquele que, sem causa justificada, faltar, no período de um ano, a mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões não-consecutivas do colegiado ao qual estiver vinculado.

Art. 13º Nenhum membro de órgão colegiado poderá participar e votar matéria direta ou indiretamente relacionada com seus interesses particulares, do cônjuge ou de parente consanguíneo ou afim até 3º grau inclusive.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 14º As omissões desse regulamento serão solucionadas no colegiado ou pelo presidente

Art. 15º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 3 – REGIMENTO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (CAEX)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
(Bacharelado e Licenciatura)**

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (CAEX) DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

Dispõe sobre as normas que regulamentam a curricularização da extensão do Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1º Este regimento dispõe sobre as normas que regulamentam a Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX) do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da UFJF, órgão suplementar da estrutura da Coordenação do Curso de Ciências Sociais da UFJF no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 2º Compete à CAEX:

- I. Assegurar a observância do conceito, das diretrizes e dos princípios fundantes da política de extensão da UFJF no que se refere às atividades de extensão como parte do currículo de graduação do curso, conforme a resolução Nº 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura (CONEXC);
- II. Atuar como elemento articulador entre a Pró-Reitoria de Extensão e o curso de ciências sociais;

- III. Integrar-se e colaborar com as demais unidades acadêmicas e administrativas da UFJF, no que tange às ações de extensão desenvolvidas por docentes e técnicos-administrativos em educação vinculados ao curso de ciências sociais;
- IV. Assessorar docentes, técnicos-administrativos em educação e discentes na elaboração e encaminhamento dos programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços de extensão;
- V. Apoiar os proponentes, departamentos e direção, analisando as ações de extensão propostas quanto à sua adequação às normativas e princípios da extensão na UFJF, sugerindo melhorias nas propostas, quando se fizer necessário;
- VI. Contribuir para a viabilização das ações de extensão por meio de abertura de chamamentos/editais para seleção de beneficiários, organização de banco de dados permanentes de interessados em serem beneficiários e divulgação;
- VII. Garantir um ambiente que promova a integração dos docentes, técnicos-administrativos em Educação e discentes no desenvolvimento de ações de extensão;
- VIII. Analisar a oferta das atividades de extensão e o percurso dos(as) discentes na integralização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- IX. Atender ao Art. 6º da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) – segundo o qual as ACE serão registradas no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), para fins de registro no Histórico Escolar dos(as) discentes de graduação, após a validação da CAEX, quando necessário;
- X. Atender ao Art. 9º, §4º, da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) – segundo o qual as ACE desenvolvidas como disciplinas devem estar vinculadas a um programa ou projeto previamente aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), ser avaliadas previamente pela CAEX, registradas em Plano Departamental e encaminhadas para registro junto à PROEX a cada novo oferecimento;
- XI. Validar as atividades acadêmicas a serem consideradas como Programas especiais com interface extensionista, propiciando uma compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos, conforme previsto no Art. 9º, inciso II, da Resolução Nº 75/2022 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD);
- XII. Definir, fundamentada no PPC e na política institucional de extensão da UFJF, os critérios para aceitação de atividades extensionistas desenvolvidas em outras Unidades Acadêmicas e Instituições de Ensino no Brasil e no exterior, bem como o percentual mínimo e máximo de carga horária passível de ser computada para fim de integralização de cada ACE nos respectivos PPC;
- XIII. Fornecer à PROEX e à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), quando solicitado, informações acerca das ACE desenvolvidas pelo curso.

CAPÍTULO III

Da Composição, Estrutura e Elegibilidade

Art. 3º A CAEX será composta pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de ciências sociais e de 1 (um) representante discente do curso de ciências sociais.

§1º Conforme o Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, o NDE é constituído por, pelo menos, 5 (cinco) professores efetivos lotados nos departamentos que atendem o curso. Os membros são: O Coordenador do curso de ciências sociais (Presidente);

O vice-coordenador do curso de ciências sociais (Vice-Presidente); 2 docentes do Departamento de Ciências Sociais; 1 docente do Departamento de Educação (área de Ensino de Sociologia);

§2º É desejável que Coordenador e Vice-coordenador tenham experiência prévia no desenvolvimento de atividade extensionista;

§3º O representante discente será indicado pelo Centro Acadêmico de estudantes de ciências sociais, preferencialmente com experiências prévias em extensão universitária. O discente representante terá mandato de 01(um) ano de mandato, permitida uma recondução.

§4º Os membros a que se refere este artigo serão substituídos por seus substitutos legais, escolhidos pelo mesmo processo dos titulares;

§5º A estrita função de membro da CAEX não será remunerada, considerando-se relevante serviço público.

Art.4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 4 – REGIMENTO DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS (COE) E DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NÃO-OBRIGATÓRIOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
(Bacharelado e Licenciatura)**

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIOS (COE) DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF

Dispõe sobre as normas que regulamentam a Comissão de Orientação de Estágios e estabelece normas complementares para o estágio não-obrigatório do Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O Colegiado do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião ordinária do dia 23 de novembro de 2023, e sem prejuízo do disposto na Lei nº 11.788/08, no Regulamento Acadêmico de Graduação da UFJF, na Resolução nº 46/2023 CONGRAD/UFJF, e no Projeto Pedagógico do Curso,

RESOLVE:

Art. 1. Constituir a Comissão Orientadora de Estágio (COE) do curso de Ciências Sociais. A COE possui caráter consultivo e deve ser composta por três (03) membros, eleitos pelo Colegiado do curso, sendo um (01) membro obrigatoriamente o Coordenador Acadêmico do curso.

§ 1. Cada membro deverá ser oriundo do Departamento de Ciências Sociais;

§ 2. O Coordenador do curso será substituído, como membro da COE, pelo Vice-Coordenador em suas licenças e impedimentos.

§ 3. Os membros da COE elegerão o Presidente e Vice-Presidente da Comissão, entre seus pares, excluindo-se o Coordenador do Curso, para mandato de dois (02) anos.

Art. 2. É responsabilidade da COE a organização didática pedagógica do estágio.

Art. 3. É responsabilidade do docente orientador o acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

Art. 4. É facultado aos discentes do curso a realização do estágio não-obrigatório.

§ 1. O estágio poderá ser realizado na área das Ciências Sociais, dentro dos campos de atuação profissional previstos neste Projeto Político Pedagógico (PPC).

§ 2. O estágio-não obrigatório poderá ser contabilizado como atividade complementar (flexibilização curricular) para a integralização do curso até o limite máximo de 60 horas por semestre letivo regular.

Art. 5. O estágio tem por objetivos:

- I - Proporcionar complementação do ensino e da aprendizagem;
- II - Favorecer a integração Universidade/sociedade civil;
- III - Proporcionar ao discente, através de sua inserção em situações reais, treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-científico e de relacionamento humano;
- IV - Fornecer parâmetros e referências para uma permanente avaliação do curso.

Art. 6. São requisitos para realização do estágio não-obrigatório, além dos definidos na legislação:

- I - Estar pelo menos no 3º período do curso, e ter sido aprovado em pelo menos 05 disciplinas necessárias para a integralização do curso;
- II - Ter IRA suficiente, conforme o Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG) da UFJF e a Resolução nº46/2023, e mantê-lo durante o período do estágio;
- III - apresentar à COE o formulário de solicitação de Estágio, juntamente com a declaração de aceite do orientador, o Plano de Atividades assinado pelo orientador, o Histórico escolar e o Comprovante de Matrícula do aluno, documentação feita através do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da UFJF;
- IV - tramitar toda a documentação referente à autorização do estágio, junto à COE, ao orientador, à Coordenação de Estágios da UFJF, e à Concedente antes do início do estágio, e dentro do período letivo regular, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da UFJF;

Art. 7. São competências da COE:

I – Elaborar normas complementares para o estágio não obrigatório no âmbito do respectivo curso.

II – Auxiliar o professor orientador do estágio na definição de instrumentos de avaliação para o estágio não-obrigatório.

III – Fixar as atribuições dos professores orientadores e demais instruções necessárias ao bom desenvolvimento dos estágios.

a) a orientação do estágio em cada curso deve ser exercida, obrigatoriamente, por docente da UFJF com formação superior em área afim ao Plano de Atividade de Estágio (PAE), sendo o docente o responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades acadêmicas do estagiário;

b) a responsabilidade pela análise das atividades descritas no Plano de Atividades, as quais deverão estar diretamente relacionadas ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular do estágio não obrigatório;

c) garantir que a orientação de estágio não-obrigatório seja entendida como efetivo acompanhamento sistemático e processual do desenvolvimento e avaliação das atividades de acordo com o Plano de Atividade de Estágio (PAE) do estagiário;

d) avaliar, sempre que os dispositivos do convênio não tiverem a previsão, as condições das instalações onde serão desenvolvidas as atividades de estágio, dando ciência à Coordenação de Estágios da UFJF;

e) zelar para que o professor temporário ou substituto somente oriente alunos em estágio se o término do estágio for anterior ao vencimento do contrato deste profissional;

f) exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, do relatório das atividades, no qual deverá constar avaliação do supervisor em conjunto com o orientador do estágio;

g) zelar pelo acompanhamento dos estágios, reorientando o estudante para outro campo em caso de descumprimento das cláusulas e condições pactuadas nos documentos regulatórios do estágio pelo estudante, orientador ou pelo supervisor;

h) comunicar, por escrito, quando solicitado pelo estagiário, à parte concedente do estágio, as datas de realização das avaliações acadêmicas.

IV – Oficiar à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) bem como ao Setor da Prograd responsável pelos estágios de graduação da UFJF sobre o período de mandato do Presidente e Vice-Presidente da COE, bem como a relação nominal de seus participantes.

Art. 8. São competências do docente orientador, além das definidas na legislação:

- I - manter encontros periódicos com o discente estagiário para acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das atividades do estagiário;
- II - atentar-se para os prazos estabelecidos pela COE e cuidar para que as datas estipuladas para entrega dos relatórios sejam cumpridas por seus orientandos;
- III - após análise, entregar os relatórios de atividades do estágio à COE para arquivamento.

Art. 9. São obrigações do discente estagiário, além das definidas na legislação:

- I - conhecer a legislação, regulamentação, documentação e trâmites referentes à realização do estágio;
- II - apresentar-se periodicamente ao docente orientador em horário por este estabelecido;
- III – apresentar o Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio e encaminhar ao setor da Prograd responsável pelos estágios de graduação da UFJF, para análise, caso haja coincidência de horários em um semestre letivo subsequente àquele em que se iniciou o estágio não-obrigatório.
- III - apresentar ao docente orientador o relatório de atividades do estágio, no início de cada semestre letivo regular, independentemente da data de início do estágio, e ao final do estágio.
 - a) O relatório deve contemplar a descrição das atividades realizadas; a contribuição para formação do estudante; e o parecer do professor orientador e ser devidamente assinado pelo estagiário, professor orientador e supervisor de estágio. A não apresentação dos relatórios parciais dentro do prazo poderá implicar no cancelamento do estágio, com a devida solicitação de rescisão do estágio para a concedente e impedimento de realização de novos estágios não obrigatórios
 - b) Os prazos para entrega do relatório de atividades serão: o 15º dia letivo de cada semestre letivo regular, conforme as datas estabelecidas no Calendário Acadêmico da Graduação da UFJF; e 5 dias após a data de término do estágio.
 - c) Para o estudante que estiver matriculado somente em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), este deverá apresentar, junto ao processo SEI de Homologação de Estágio aos documentos de estágio, a Declaração de Comprometimento do seu professor orientador disponível no SEI para fins de assegurar o atendimento ao inciso I do art. 3º da Lei 11.788/08, que estabelece a obrigatoriedade de matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior. Caso o estudante venha a não concluir o TCC, com a indicação de “Sem Conceito” por 2 semestres seguidos implica na suspensão do estágio.

Art. 10. Casos omissos serão analisados pela COE, e em instância de recurso, pelo Colegiado do curso de Ciências Sociais.

Art. 11. Esta norma entra em vigor a partir da data de sua aprovação no Colegiado do Curso de Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Humanas (ICH)/UFJF.

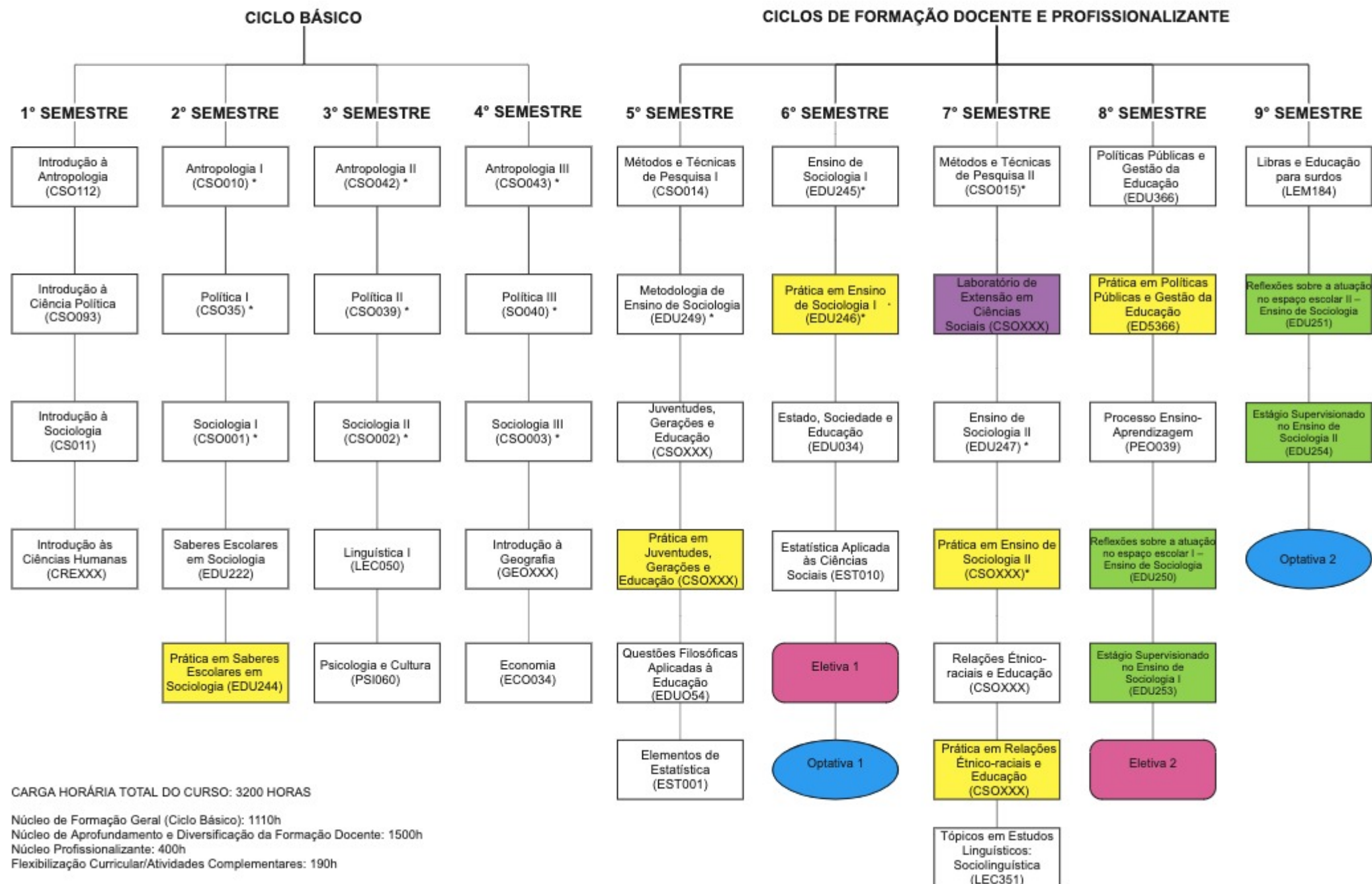
ANEXO 5 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ATIVIDADES PREVISTAS PARA FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR)

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	COMPROVAÇÃO NECESSÁRIA	LIMITE VALIDÁVEL
Atividade culturais (festivals e exposições)	Apresentação de documento comprobatório de carga horária	40h
Atividades de extensão, monitoria e treinamento.	Apresentação de documento comprobatório de carga horária	100h
Iniciação científica ou pesquisa	Apresentação do relatório com avaliação do orientador/professor responsável	120h
Participação em grupo de estudo	Declaração do professor responsável pelo grupo	60h
Participação em projetos ligados à licenciatura	Apresentação de documento comprobatório de carga horária	120h
Participação e/ou apresentação em eventos e/ou organização de eventos (congresso, seminário, colóquio, simpósio, encontro, oficina, curso de curta duração etc.)	Apresentação de documento comprobatório de carga horária	120h

Participação no Programa de Educação Tutorial (PET)	Declaração do professor responsável pelo programa	120h
Atividades de representação estudantil	Apresentação de documento comprobatório de carga horária	60h
Estágio não obrigatório em órgãos públicos	Declaração do professor responsável pelo estágio	120h
Estágio não obrigatório em empresas privadas	Declaração do professor responsável pelo estágio	120h
Estágio não obrigatório em associações civis e organizações não-governamentais	Declaração do professor responsável pelo estágio	120h
Estágio obrigatório em suas horas excedentes	Declaração do professor responsável pelo estágio	60h
Certificação em língua estrangeira	Certificações reconhecidas internacionalmente	60h



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS



CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3200 HORAS

Núcleo de Formação Geral (Ciclo Básico): 1110h

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação da Formação Docente: 1500h

Núcleo Profissionalizante: 400h

Flexibilização Curricular/Atividades Complementares: 190h

Disciplinas sinalizadas com asterisco (*) possuem pré-requisitos que podem ser consultados no Projeto Político-Pedagógico do curso